

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 722  
29 de Outubro de 1987  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nota da Comissão Política do CC do PCP

## A ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado

A Comissão Política do Comité Central do PCP examinou a intensa campanha de intoxicação política e ideológica (designada por um dos seus propagandistas como de «preparação psicológica») que o Governo PSD/Cavaco Silva e toda a reacção têm vindo a desenvolver, procurando criar um clima favorável ao processo das chamadas «privatizações».

Esta campanha visa o inconstitucional dismantelamento do sector público da economia, a liquidação das empresas públicas e nacionalizadas e insere-se no quadro mais vasto da restauração do poder do grande capital sobre a economia nacional e de uma perigosa ofensiva global (que tem como pedra angular a revisão da Constituição) contra o regime democrático-constitucional.

**1.** O PCP alerta para o facto de os projectos anunciados pelo Governo violarem directamente e por várias formas o disposto no artigo 83.º da Constituição, que estabelece garantias das nacionalizações, bem como a regra de vedar ao capital privado os sectores básicos da economia (artigo 85.º, n.º 3), particularmente quando tomadas à luz dos princípios fundamentais da organização económica consagrados no artigo 80.º da Constituição da República.

As medidas e planos anunciados distorcem e invertem o sentido essencial da organização económica consagrada na Constituição orientando-se para a reconstituição do capital financeiro e de grupos monopolistas e a sujeição de meios de produção fundamentais e da própria economia aos interesses e ao comando de tais grupos, em infracção aos valores básicos da Constituição da República, cujo conteúdo essencial se encontra também neste ponto garantido pelo que se dispõe no artigo 290.º, que fixa os limites materiais de qualquer revisão da Constituição.

**2.** O PCP alerta para a manifesta inconstitucionalidade e para a grave irregularidade institucional de que se revestem as acções e medidas anunciadas e em preparação com vista a consumir — antes de qualquer revisão e fora dos limites a que está sujeita qualquer revisão da Lei Fundamental — desnacionalizações de empresas públicas ou de elementos fulcrais do seu património.

O PCP considera necessário combater concepções, que se têm vindo a expandir, segundo as quais seria constitucional facultar ao capital privado a propriedade, titularidade de capital social ou gestão de empresas directamente nacionalizadas, através da violação do seu estatuto por transformação em empresas mistas com participação do capital privado até 49%. Tal expediente, de cunho marcadamente fraudulento, ofende a garantia constitucional das nacionalizações tal qual decorre designadamente dos artigos 83.º, 85.º, n.º 3 e 89.º, n.º 2.

**3.** Enquanto escamoteia os objectivos profundos de liquidação do sector público da economia, o Governo PSD/Cavaco Silva vai assentando a campanha de intoxicação e mistificação num conjunto de sofismas, designadamente através do empolamento e distorção do valor dos prejuízos de algumas empresas públicas e das suas relações financeiras com o Orçamento do Estado pelo recurso ao artifício da capitalização para valores de 1987, do escamoteamento dos elevados lucros das empresas públicas do sector financeiro (banca e seguros), da confusão propositada entre subsídios efectivos, indemnizações compensatórias pela prestação de serviços públicos a preços inferiores aos custos e participações de capital para a realização de investimentos, entre outros.

É também de sublinhar a falsidade da argumentação de que as nacionalizações dão prejuízos ao Estado quando ao mesmo tempo o Governo declara o plano de «privatizar» as empresas públicas rentáveis e conservar no Estado as que dão prejuízos.

O Governo omite fraudulentamente as causas reais e os responsáveis pela situação económica e financeira actual de muitas empresas públicas, nomeadamente as causas relativas à utilização das empresas públicas como instrumento de políticas conjunturais e as causas decorrentes de uma prática de gestão a favor do grande capital privado, de uma gestão sem a devida autonomia e responsabilização e sem resposta adequada quer à necessária valorização e dinamização do Sector Empresarial do Estado como factor de desenvolvimento quer à situação concreta das empresas. Estas causas encontram-se indissolvelmente ligadas às políticas prosseguidas pelos governos do PSD, PS e CDS e aos gestores por eles nomeados na base de critérios partidários e clientelistas.

**4.** Ao mesmo tempo que denuncia a inconstitucionalidade do processo em curso tendente à liquidação do Sector Empresarial do Estado e afirma o interesse nacional da defesa e desenvolvimento das empresas públicas, o PCP reafirma a necessidade de pôr cobro à política deliberada de atrofimento e destruição das empresas públicas, de se proceder ao seu urgente saneamento económico e financeiro — tornado imperioso pelas causas anteriormente referidas — bem como a necessidade de as dotar de gestores competentes e não adversários das próprias nacionalizações. O Sector Empresarial do Estado deve ser considerado como uma unidade económica e política colocada ao serviço do desenvolvimento do País e dos interesses dos portugueses e de Portugal.

27 de Outubro de 1987

A Comissão Política do Comité Central  
do Partido Comunista Português



XI Conferência da Reforma Agrária: uma afirmação de força e confiança

## PORTUGAL PRECISA DA REFORMA AGRÁRIA

Num clima de grande combatividade, unidade e confiança, a XI Conferência analisou de forma séria e rigorosa o quadro em que se desenvolve a acção corajosa dos trabalhadores, apontando simultaneamente importantes direcções de luta e trabalho no plano da organização interna das UCPs/Cooperativas, da produção e da luta em defesa da Reforma Agrária — Págs. 1, 2 e 3/Semana

Discurso de Álvaro Cunhal no comício de encerramento — Págs. 4 e 5/Semana



## VIVA O 70.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Documento do Secretariado do Comité Central do PCP

Págs. 4 e 5/Em Foco



Numerosas iniciativas em Portugal

Pág. 13/Semana

## A força da democracia

**N**os dias que vão correndo, a verdadeira força da Democracia em Portugal, no quadro político saído das eleições de Julho, não pode ser medida pela simples leitura dos resultados eleitorais.

Sem dúvida o resultado das eleições constitui um importante elemento de análise da realidade política actual:

a) As eleições de 19 de Julho produziram alterações qualitativas de vulto na esfera do Poder a favor da direita;

b) Em resultado delas potenciaram-se nos horizontes políticos do País perigos mais sérios para o regime democrático nascido com o 25 de Abril.

c) A gravidade da nova situação não deve nem pode ser subestimada pelas forças democráticas.

Mas a «aritmética» do voto, com toda a sua carga política e as suas consequências imediatas e a prazo, não é o dado essencial e único para uma correcta avaliação de forças no momento presente.

Sabemos — e sabem-no os actuais detentores do Poder — que o voto no PSD que lhe deu o controlo do Governo e a maioria absoluta da Assembleia da República não corresponde a um voto na contra-revolução e na destruição do 25 de Abril. Os factos o estão demonstrando já na prática.

Factores intrínsecos à natureza e à política de classe da direita governante, cujas arestas vivas tinham sido momentaneamente «arredondadas» pela demagogia eleitoralista do cavaquismo, retomaram de novo a sua tradicional acutilância logo ao dia seguinte das eleições.

E também, de maneira incipiente ainda mas inequívoca — e apesar dos efeitos retardadores da demagogia cavaquista —, começaram já a operar-se novos deslocamentos de forças que não jogam a favor do Governo mas a favor da democracia.

São expressão concreta destes primeiros ventos de mudança a resposta institucional dada nos últimos dias pelas forças democráticas mais consequentes, com natural destaque para o PCP, e a resposta de massas em sectores sociais variados mas significativos, afectados pelas primeiras medidas e pela reposição em pleno da política de classe de direita do Governo remodelado Cavaco Silva/PSD.

**N**a frente de massas é de assinalar um já apreciável conjunto de acções:

a) A mobilização nacional das estruturas dirigentes do movimento sindical unitário aos mais diversos níveis para o enfrentamento das novas realidades políticas e das suas consequências para a situação e a luta dos trabalhadores;

b) A realização do importante Plenário de mais de 500 delegados das ORTs do Sector Público e Empresarial do Estado que fez o ponto da ofensiva declarada contra as nacionalizações e definiu de maneira combativa as linhas de acção contra a reprivatização das empresas públicas e os seus efeitos sociais imediatos;

c) A realização no último fim-de-semana da 11.ª Conferência da Reforma Agrária em Évora que constituiu uma impressionante jornada de resistência dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e do Ribatejo (de que publicamos uma larga reportagem neste número do «Avante!») contra as intenções confessadas e programadas pelo Governo Cavaco Silva, em estreita associação com os grandes agrários e grandes proprietários de terras, de completa destruição dessa mais bela e mais humana conquista do 25 de Abril que é a Reforma Agrária e para o restabelecimento em pleno dos latifúndios;

d) A reanimação da luta de massas contra o encerramento de empresas e o lançamento no desemprego de novos contingentes de trabalhadores; contra a deterioração do mercado do trabalho; contra as tentativas de imposição de um novo tecto salarial com base numa hipotética taxa de inflação não correspondente ao agravamento real do custo de vida — lutas a que deve dar-se menção particular às dos trabalhadores da Facar, da Fornos Eléctricos, da Siderurgia Nacional e com destaque especial a greve de dois dias, na segunda e terça-feira últimas, da Petrolgal;

e) O desfile dos seareiros de tomate do Baixo Ribatejo (Alpiarça, Almeirim, Samora Correia e Vila Franca de Xira) que com 300 máquinas na última segunda-feira se concentraram junto dos serviços do MAP nesta última cidade como protesto contra os atrasos no pagamento do tomate entregue nas fábricas.

Noutras áreas desenvolvem-se acções e cresce a disposição de luta contra a política cavaquista. No sector do ensino os professores lutam por melhores condições para o exercício da sua profissão e das condições escolares; no sector da saúde multiplicam-se as manifestações contra a política do Governo e a acção da ministra Leonor Beleza, devendo mencionar-se com destaque a luta da população de Tomar contra a supressão de numerosas valências do Hospital local de ingente necessidade para a defesa da saúde das populações do concelho.

E embora localizada e sem representar ainda uma tendência generalizada no terreno eleitoral deve referir-se a importante derrota do PSD nas eleições autárquicas do concelho do Fundão.

As iniciativas do PCP para as comemorações da Grande Revolução Socialista de Outubro estão suscitando entusiástico interesse não só dos comunistas como de todos os trabalhadores e portugueses progressistas que abraçaram ou perfilham e admiram os ideais do socialismo.

**N**a frente institucional e política acentua-se a ofensiva restauracionista e de subversão constitucional do Governo de Cavaco e do PSD e de toda a direita, definem-se linhas de actuação da oposição democrática no Parlamento e fora dele, agrava-se o enfeudamento de Portugal aos monopólios eurocentrais e ao imperialismo no âmbito da CEE e da NATO.

O Governo Cavaco/PSD prossegue nas tentativas de impor a «lei da rolha» à oposição na Assembleia da República, prepara-se para tentar ganhar o complemento necessário à obtenção

dos dois terços da AR, designadamente da parte dos deputados do PS, indispensável à revisão constitucional e antidemocrática da Constituição.

A privatização dos sectores básicos nacionalizados da economia nacional e a formalização da nossa produção industrial e agrícola aos interesses monopolistas das multinacionais tiveram na semana acabada de passar um rasgo de consequências imediatas com a assinatura de uma convenção retroactiva de 1986 entre o Governo português e a CEE (via CECA) para a chamada «readaptação» do sector siderúrgico português (leia-se submissão aos interesses monopolistas dos grandes grupos multinacionais siderúrgicos da CEE) que implica o licenciamento e o desemprego de 2000 trabalhadores — a que a CEE se propõe uma «ajuda compensatória» de 1280 milhões de contos (160 contos por trabalhador) «que não pode passar do prazo máximo de dois anos a partir da perda do emprego».

Um outro acto revelador das pressões e da ajuda dos monopólios da CEE para a liquidação das nacionalizações em Portugal é o anúncio da preparação de um «projecto de directivas» de coordenação das legislações bancárias da Europa comunitária para a «liberdade de instalação e concorrência da Banca Internacional em cada país da CEE», prevista para entrar em vigor dentro de 5 anos.

Na segunda-feira última foi assinado um protocolo entre a CAP, a ACEL (das celulósicas) e o Governo para a intensificação da exportação de eucalipto — de que os signatários dizem ser Portugal deficitário em 2 milhões de metros cúbicos/ano — o que claramente aponta para a intensificação criminosa da eucaliptização do País e a grave diminuição da nossa superfície agrícola útil. Para isso querem a destruição da Reforma Agrária.

**D**eve tornar-se claro que o crescente enfeudamento de Portugal aos grupos multinacionais da CEE e dos Estados Unidos é parte integrante da ofensiva de restauração do poder dos monopólios e de destruição de Portugal de Abril que motiva a política económica e social do Governo Cavaco Silva/PSD de concentração, centralização e acumulação capitalistas, política que está além disso a arrastar o nosso país para a área mais ameaçadora da nova fase da crise geral do sistema capitalista que ameaça mergulhar os países capitalistas — e com maior gravame os menos desenvolvidos como Portugal — para uma nova recessão de imprevisíveis consequências.

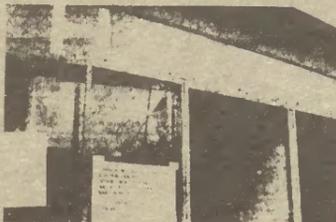
A mais flagrante manifestação desta ameaça está patente na estrondosa queda das cotações bolsistas nas grandes Bolsas mundiais com reflexos imediatos na actividade bolsista de Lisboa e Porto há pouco mais de um ano reactivada em Portugal.

A desenfreada especulação bolsista pode virar e atirar para a ruína muitos pequenos e médios aforradores que desprevenidamente nela se deixaram emalhar.

O ministro Cadilhe multiplica-se em afirmações de folgança económica em perspectiva

# Resumo

## 21 Quarta-feira



A «Parry & Son», a mais antiga empresa portuguesa de construção naval, começa a ser leiloadada ■ As II Jornadas da Informação Aeronáutica acusam de má gestão a empresa LAR ■ Segundo dados divulgados pelo INE referentes ao período de Janeiro a Agosto deste ano, o défice comercial acumulado teve um agravamento de 58,4 por cento relativamente a idêntico período do ano passado ■ O executivo da direcção do SPN, em documento final de reunião, considera «ultrajante para a dignidade dos trabalhadores da Função Pública» a proposta governamental de aumento de seis por cento para a tabela salarial ■ Torres Pereira, presidente da Associação Nacional de Municípios, é eleito presidente da Comissão de Estruturas e Finanças Locais da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa ■ Felipe Gonzalez recebe em Madrid o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Pascoal Mocumbi.

## 22 Quinta-feira

O Governo aprova uma proposta de Lei da Rádio, que revoga a lei aprovada pelo parlamento anterior e pretende «salvaguardar» os direitos «legitimamente adquiridos» pela Rádio Renascença ■ Em conferência de imprensa, o grupo parlamentar do PCP defende que os trabalhos de revisão da Constituição sejam públicos ■ O VIII Congresso Português de Geriatria revela que Portugal é o úni-



co país da CEE onde não existe um serviço hospitalar vocacionado para o atendimento de idosos ■ O principal terminal petrolífero do Koweit, no Golfo, é atingido por um míssil, que causa avultados danos ■ Em Moscovo inicia-se o encontro de dois dias entre o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, e o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros Eduard Chevardnadze.

## 23 Sexta-feira

O Governo de Cavaco Silva assina com a CEE uma convenção para



despedir 2000 trabalhadores da Siderurgia ■ Inicia-se o IV Congresso de Gastronomia de Viana do Castelo para debater a integração da caça no turismo do Alto Minho ■ Os secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros de Espanha e Portugal, Luis Yanez e Durão Barroso, reúnem-se para tratar de questões relativas à cooperação dos dois países com a América Latina e a África ■ Mikhail Gorbatchov propõe aos Estados Unidos a adopção de uma moratória sobre a produção, testes e instalação de mísseis nucleares de curto e médio alcance até um acordo definitivo para a sua eliminação ■ O Partido Trabalhista acusa os serviços secretos britânicos de terem tentado raptar quatro dirigentes do ANC.

## 24 Sábado



Com a presença de 1500 delegados tem início em Évora a II Conferência da Reforma Agrária ■ Encerra os seus trabalhos o 2.º Congresso da FSTFP que se expressa pela obtenção de melhores condições de vida e trabalho para os ferroviários e pela defesa da CP como empresa pública ■ O governo francês impõe o estado de emergência na ilha polinésia de Taiti ■ O primeiro-ministro polaco, Zbigniew Messner, anuncia uma remodelação governamental que inclui a redução do número de ministérios de 26 para 19 ■ Milhares de pessoas manifestam-se no centro de Londres para exigir da primeira-ministra Margaret Thatcher a imposição de sanções económicas contra a África do Sul ■ Sessenta «máquinas» com idades compreendidas entre os 48 e os 85 anos saíram à estrada para comemorar a criação do Real Automóvel Clube de Portugal e realizar o 85.º Raid Figueira da Foz-Lisboa.

## 25 Domingo

Álvaro Cunhal, no comício de encerramento da II Conferência da Reforma Agrária, apela «aos socialistas e àqueles que votaram PS» no senti-



do de que intervenham «em defesa da Constituição e do regime democrático, em defesa da Reforma Agrária» ■ O Presidente da República, Mário Soares, instala em Beja a Presidência por um período de duas semanas ■ O I Encontro de Sindicatos de Lisboa e Madrid conclui, em Paço de Arcos, ser indispensável contrapor «o reforço da solidariedade e cooperação internacional dos trabalhadores» à internacionalização do capital e à acção concertada dos monopólios ■ Inicia-se em Pequim o 13.º Congresso do Partido Comunista da China ■ Cerca de 150 mil pessoas participam em Bruxelas numa marcha pacífica em prol do desarmamento nuclear ■ As forças dos Estados Unidos estacionadas no território da RFA iniciam manobras com mísseis Pershing-2 a norte do estado de Bad-Wuerttemberg.

## 26 Segunda-feira

O sector de distribuição de combustíveis da Petrogal a Sul do Tejo paralisa totalmente, como resultado da greve de 48 horas convocada pela FSTIQ e FP ■ Dezenas de produtores de tomate do Ribatejo manifestam-se de Benfica do Ribatejo até Vila Franca de Xira, protestando contra as quotas de produção de tomate impostas a Portugal pela CEE ■ O presidente da Comissão dos Direitos Humanos de El Salvador, Herbert Anaya Sanabria, é assassinado a tiro por dois homens não identificados ■ A Bolsa de Nova York volta a descer em flecha apesar de a Reserva Federal norte-americana ter de novo injectado milhares de milhões de dólares no sistema bancário ■ A organização ilegal polaca «Solidarnosc» exorta os polacos a boicotarem o referendo do governo sobre reformas económicas previsto para o próximo dia 29 de Novembro.

## 27 Terça-feira

Termina a greve a nível nacional dos trabalhadores da Petrogal, com uma adesão da ordem dos 72 por cento ■ As ORT's da Quimigal manifestam desacordo com o plano de «Reestruturação» desta empresa pública ■ A Associação dos Jornalistas Portugueses pela Paz divulga apelo de congratulação a propósito do Dia Internacional dos Jornalistas pela Paz ■ O PCP alerta para o facto de as «privatizações» anunciadas pelo Governo violarem o Artigo 83.º da Constituição ■ Presidente dos EUA reconhece que a crise bolsista é grave, tem perigos e não resulta de uma simples «correção» ■ O coronel golpista filipino Gregório Honasan afirma que tentará desencadear outra sublevação contra a presidente Corazon Aquino ■ Sul-coreanos referendam nova Constituição, com conteúdo mais democrático ■ EUA lançam para o espaço um satélite militar para espionar o território de países socialistas, através de fotografias com alta definição-de imagens.

para Portugal sob a política restauracionista do Governo. Mas a verdade da política económica do cavaquismo vai-se mostrando no agravamento de componentes estratégicas e fundamentais da economia portuguesa.

Cavaco Silva diz levemente que a Dívida Externa de Portugal de mais de 16 000 milhões de dólares é «zero» mas se pagássemos agora ao estrangeiro o que devemos ficaríamos sem quaisquer reservas de ouro e divisas, segundo os valores que ele próprio enuncia.

O défice acumulado do nosso Comércio Externo que atingia em fins de Julho 315 milhões de contos subiu em fins de Agosto para 377,5 milhões de contos. A taxa de cobertura das nossas exportações caiu de 74,54% nos primeiros oito meses de 1986 para 68,76% em igual período de 1987.

Nos primeiros nove meses de 1987 o investimento estrangeiro atingiu 41,227 milhões de contos mas deste total foram canalizados para instituições financeiras e bancárias, para restaurantes e hotéis, para agricultura (florestação) e caça, para o comércio e operações sobre imóveis 38,517 milhões de contos, enquanto que para o fabrico de máquinas e produtos metálicos foram apenas 2,710 milhões (menos de 7% do total).

Em compensação, aumentaram os preços dos combustíveis, das rendas de casa, do tabaco (que apesar dos seus efeitos nocivos para a saúde tem um largo consumo popular em Portugal) e de produtos e serviços sociais de primeira necessidade.

É este o quadro em que gravita a política restauracionista do Governo Cavaco/PSD e em que necessariamente se inscreve de imediato a luta institucional para a defesa do regime democrático — rudemente ameaçado pela acção e pelos projectos do Executivo e do Legislativo dominados pelo cavaquismo e de revisão inconstitucional da Constituição — e a luta de massas por reivindicações fundamentais e pela solução de problemas vitais dos trabalhadores e do povo português em geral.

Esta realidade impõe-se ao movimento operário e popular e aos partidos e forças democráticas, em particular aos socialistas de quem depende no momento actual a possibilidade de salvaguarda dos princípios essenciais da Constituição de Abril e numa parte substancial a defesa das conquistas democráticas do nosso povo.

O Partido Comunista Português tomou como sempre tem tomado nos momentos decisivos a iniciativa do combate pela democracia, pelo bem-estar do povo, pela independência nacional ao lado de todos os que se dispõem a lutar pela sobrevivência do regime democrático.

A força da democracia permanece hoje como antes do 19 de Julho em condições de dar uma resposta vitoriosa aos planos de contra-revolução.

Errata — Por lapso de que pedimos desculpa aos nossos leitores, refere-se no Editorial do «Avante!» da última semana a dívida externa portuguesa como «16 000 milhões de contos». Deve ler-se 16 000 milhões de dólares.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Livreira,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57 - 2.º —  
1000 Lisboa  
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:  
Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora  
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:  
Rua 1.º de Dezembro, 23 —  
8000 Faro  
Tel. 24417

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa - Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heskla Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87



## Reforma Agrária resiste e luta!

### XI Conferência da Reforma Agrária

■ João Chasqueira  
e Domingos Mealha

Prosseguir a resistência às tentativas de destruição das suas UCP's/Cooperativas e continuar em simultâneo a trabalhar tendo em vista a produção dos bens alimentares de que o País carece, constituem linhas essenciais da vontade que anima os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo, inequivocamente reafirmadas no último fim-de-semana, em Évora, no decorrer da XI Conferência da Reforma Agrária. Uma Conferência participada, viva, combativa, no decorrer da qual o debate franco e sério dos grandes problemas com que se defronta a agricultura e nomeadamente a Reforma Agrária permitiu apurar e definir com rigor o actual quadro em que se desenvolve a acção corajosa dos trabalhadores e as direcções fundamentais de trabalho e de luta para o futuro.

Culminando um intenso trabalho preparatório de vários meses — importa não esquecer os mais de 250 plenários anteriormente realizados e o inquérito efectuado às UCP's/Cooperativas abrangendo 80 por cento da área actualmente na posse dos trabalhadores — os dois dias de trabalhos evidenciaram um grande amor e apego dos trabalhadores às suas UCP's/Cooperativas e uma clara determinação da sua parte — pese embora as adversas condições que decorrem dos resultados eleitorais de 19 de Julho último — em continuar a produzir e a resistir, por todas as formas, dentro do quadro constitucional.

A XI Conferência contribuiu ainda para clarificar o significado e a importância históricos da Reforma Agrária iniciada em 1975, podendo-se afirmar — pelos numerosos dados e factos revelados — que constitui uma realização de grande alcance tanto sob o ponto de vista político e social como nos

planos da organização e produção.

Rompendo o atraso secular, a Reforma Agrária mudou a vida, aumentou a produção, criou riqueza e bem-estar. Exigência histórica, como ficou amplamente provado, foi a resposta a imperativos de desenvolvimento agrícola e à solução dos problemas sociais.

Com as suas explorações agrícolas democraticamente geridas pelos trabalhadores, mostrou ser um factor insubstituível de progresso, uma transformação sem a qual é impossível pensar em modernização ou desenvolvimento da agricultura nos campos do Sul.

Por isso foi tão rigorosamente condenada pelos delegados a política e destruição prosseguida pelo actual Governo do PSD, uma acção que não apresenta qualquer alternativa para a resolução dos problemas — antes os agrava — e que está orientada exclusivamente para satisfazer os interesses dos latifundiários.

Só uma razão de classe,

só o facto dos grandes agrários não se conformarem com a perda dos seus privilégios, conforme foi salientado, pode explicar a fúria destruidora de sucessivos governos contra esta realidade nova dos campos do Sul que corresponde não apenas à vontade das suas gentes como também às necessidades do País.

Por ser absolutamente necessária a Portugal, por estar em perigo, e porque são inexistentes as alternativas válidas, por tudo isto, foi imensa

a torrente de solidariedade que no último fim-de-semana chegou a Évora, de diferentes modos, proveniente de todos os pontos do País e do estrangeiro, das mais diversas áreas e sectores democráticos, solidariedade que a Conferência sublinhou ser importante alargar e reforçar.

Mas os delegados não se limitaram apenas a proceder a uma análise rigorosa da ofensiva e da situação presente. Com os olhos postos no futuro, evidenciando confiança na força e na unidade

dos trabalhadores e na solidariedade dos democratas, os trabalhos apontaram com clareza as principais direcções de luta e trabalho, das quais importa reter as respeitantes à batalha da produção, ao reforço da organização interna das UCP's/Cooperativas e à formação de quadros jovens.

Como salientou Álvaro Cunhal no grandioso comício de encerramento, na medida em que «Portugal precisa de Reforma Agrária» é preciso que esta seja uma «luta de

todos os trabalhadores, de todo o povo, dos democratas».

É contando com esse apoio, com a força da sua unidade, que o heróico proletariado rural e os técnicos progressistas do Alentejo e Ribatejo continuam a encarar com confiança o futuro. Como disse José Luís, da «1.º de Maio», «criámos uma vida nova, nos nossos campos, para nós, para os nossos pais, para os nossos filhos. Não a podemos perder. Não a vamos perder!».

## Urge parar a destruição

Às UCPs foram retirados, pela violência, 770 300 ha das melhores terras, foram liquidados 55 mil postos de trabalho e foram destruídas 248 UCPs/Cooperativas. Os roubos à Reforma Agrária atingem um valor monetário de 35 milhões de contos: 250 mil cabeças de gado, 124 mil máquinas e alfaias, mais de 31 mil hectares de terras recuperadas, infra-estruturas, equipamentos sociais. Só razões ideológicas e de classe podem justificar esta sanha destruidora, como foi afirmado e demonstrado de várias maneiras durante a Conferência.

O objectivo fundamental da ofensiva é «a reconstituição de uma classe e do poder económico dos grandes agrários através do restabelecimento da estrutura latifundiária e capitalista no Sul e também no resto do País, com a liquidação das UCPs/Cooperativas agrícolas e das pequenas explorações, à custa do agravamento da exploração, da repressão e da limitação das liberdades» — palavras de Lino de Carvalho, na intervenção de abertura.

Os interesses nacionais são espezinhados, as leis não são respeitadas. Com meios do Estado, recorrem à repressão, ao estrangulamento económico, à guerra psicológica para tentar quebrar a unidade e a determinação dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores.

No entanto, apesar dos ataques de que tem sido alvo desde há 11 anos, a Reforma Agrária mantém-se de pé e conta ainda com 360 mil hectares, 302 UCPs/cooperativas

e cerca de 17 mil trabalhadores! Porquê?

Respondeu assim Lino de Carvalho: «Porque corresponde aos interesses do País e às condições do Alentejo e do Ribatejo. Porque está no coração e na vida dos trabalhadores e do povo. Porque temos lutado palmo a palmo. Porque temos tido a solidariedade dos trabalhadores portugueses e do movimento sindical unitário. Porque temos tido connosco a luta e o apoio dos democratas portugueses, mesmo que, às vezes, lamentavelmente hesitante e contraditório. Porque temos tido, como hoje aqui, a solidariedade internacionalista.»

### Fracasso do latifúndio

Quem conhece a realidade da zona de intervenção, sabe que a RA trouxe consigo me-

lhores salários e salários certos, emprego garantido, férias e subsídios de férias e de Natal, direito à segurança social no regime geral, transportes. «Uma nova dinâmica e novas relações sociais, uma nova ligação do Homem à terra, uma nova dignificação do trabalho, uma nova esperança no futuro» — como se afirmou na conferência.

Por isso, sabe que a Reforma Agrária se justifica «inteiramente no plano económico, social e político» e que «as UCPs/cooperativas agrícolas demonstraram já as suas enormes potencialidades, são formas superiores de organização da exploração agrícola e de enquadramento das novas relações de produção e correspondem inteiramente às aspirações, características sociais e condições de solo, de clima, de ambiente do

## Sorte, esperança e caridade

«Vá pedir ao Cavaco!»

A frase como que rebentou no meio da rua, sobrepondo-se ao monótono altifalante que pedinchava uma ajuda aos inválidos de não sei que instituição, propondo em troca a sorte comprada num bilhete. O homem que vendia os bilhetes — dá direito a dois automóveis, meia dúzia de máquinas de lavar, vídeos e etc. — ficou estarecido. A mulher a quem se dirigira estava com cara de poucos amigos e de muita miséria. Ele próprio talvez tivesse arranjado o biscate de vender a sorte caridosa, apoiado na gravação que troava da camioneta, propondo este mundo e o outro em tecnologia em troca de alguns escudos que fariam a felicidade ou pelo menos amenizariam a velhice e a invalidez dos asilados da instituição.

«Vá pedir ao Cavaco, que ele é que é tão bonzinho!», gritava a mulher, já no meio de um pequeno ajuntamento.

O homem não foi pedir ao Cavaco. Sabia perfeitamente que não é pedindo ao Cavaco que se consegue alguma coisa que se veja. E o negócio dele eram os bilhetes que conseguia impingir. Mais fácil. Sempre com incautos que põem a sua esperança na roda da sorte. Porque este País parece tornar-se um país de sorteio. E de caridade. Sorte e caridade instituem-se ao mais alto nível.

Enquanto a mulher do Primeiro-Ministro parte para Nova Iorque onde presidirá, no próximo sábado ao jantar anual da American Foundation for Charities of Portugal, iniciativa que pretende servir à angariação de fundos destinados a instituições de beneficência em Portugal, estudantes de Coimbra vão a S. Bento dedilhar guitarras para «sensibilizar os deputados a corrigir assimetrias na distribuição dos rendimentos»... e recolhem nas capas estendidas na escadaria o que alguns deputados — entre eles Helena Roseta — parecem achar que deve ser o seu contributo para a resolução dos problemas: algumas notas de banco! Imagem sintomática?

Ou imagem distribuída e cuidadosamente valorizada para que se possa deduzir que a caridade é panaceia que pode, ao menos, diminuir as nossas dores ou que a sorte é uma receita que pode, num ápice, guindar-nos aos píncaros do capitalismo popular?

Num país com trezentos mil desempregados «inscritos» — fora os muitos outros —, o Governo lança-se na destruição das empresas públicas e no ataque à Reforma Agrária. Mas deixem estar que o FEDER vai «dar» a Portugal mais 37 milhões de contos... E, se não chegar, talvez a visita do papa resolva alguma coisa, pela segunda vez convidado.

Mota Amaral, por seu lado, ao saber provavelmente pela televisão do gesto do Presidente da República que em Beja mandou comprar um par de sapatos a um miúdo descalço, apressa-se a convidá-lo a levar a Presidência aos Açores. Durante algum tempo, pelo menos, alguns açorianos descalços talvez pensem que a sorte os poderá bafejar.

Entretanto os portugueses jogam. Muitos. Perseguido os *jack-pots* do totoloto, milhões amontoados pelos parques tostões de muitos milhares de desfavorecidos do trabalho e da segurança social. Por detrás dos totolotos e dos totobolas, das taludas e das lotarias populares — desmultiplicadas pelo País fora em milhões de bilhetes clandestinos, os portugueses são largamente perdoados desse venial pecado pela caridade que lhes asseguram ser o objectivo das iniciativas do jogo. A Bolsa, por seu lado, com o alto e moralíssimo aval do Estado, abre as suas portas às poupanças dos remediados. E faz estremecer os corações com as suas altas vertiginosas e as suas baixas que, por cá, ainda não baixaram assim tanto.

Parece quererem dizer-nos: Se tem algum dinheiro, jogue-o. Se não tem nenhum, estenda a mão à caridade.

De repente, porém, aquela invectiva indignada: «Vá pedir ao Cavaco!»

Que é todo o contrário do que afirma. Que é a afirmação, ainda velada, de uma certa consciência que vai ganhar, porque tem de ganhar, o País: assim a gente não se governa — nem com a sorte, nem com a caridade, nem com este Governo.

### Terra



Alentejo e do Ribatejo. Foi a RA que deu corpo à função social da terra, recuperando-a para a comunidade.»

Mas quem não sabe pode até acreditar que Cavaco Silva e os que aplicam e defendem a destruição da Reforma Agrária têm razão quando dizem que a experiência colectivista foi um fracasso. A Conferência respondeu à letra. Vejamos apenas alguns exemplos.

Na UCP «Esquerda Vencedora», disse Manuel Moita, «em 3414 hectares das piores terras trabalhamos 250 trabalhadores com os salários em dia, sem dívidas à Previdência nem ao Crédito Agrícola de Emergência. Em 7253 hectares das melhores terras de regadios e olivais entregues pelo MAP aos agrários, arrisco muito se disser que trabalham 30 trabalhadores sujeitos ao despedimento uma vez que o agrário queira».

Onde está o fracasso? Na «experiência colectivista» ou no modelo latifundista que está a restaurar?

Manuel Massarinho trouxe o caso da cooperativa «1.º de Maio», de Avis, provando «com dados concretos por que afirmamos que Portugal precisa da Reforma Agrária». Registamos uma passagem significativa: «No início tínhamos uma área de 11 500 hectares: formámos creches, lares para a 3.ª idade, garantimos mais de 500 postos de trabalho, produzimos mais cereais num ano do que o concelho teria produzido em seis. Tudo isto permitiu o desenvolvimento

da nossa terra: constroem-se casas individuais, confirma-se o regresso dos emigrantes, o comércio local passou a ter muito mais movimento. Nasceu uma vida nova para a vila de Avis!».



Lino de Carvalho

A ofensiva contra a Reforma Agrária deixou à cooperativa 60% da área inicial, que — destaque-se — inclui as terras ruins para produção cerealífera praganosa.»

«Na pecuária, nos 5 mil hectares de terra que nos tiraram, apenas existem actualmente 500 ovelhas e 70 vacas de ventre, enquanto que a cooperativa, com 6500 ha de terra, consegue manter 8 mil ovinos, 400 vacas de ventre e 500 turinas; enquanto que na área que nos roubaram não se produz leite, nós produzimos diariamente 4 mil litros de leite.»

«Nos 5 mil hectares de terra em poder dos agrários trabalham diariamente 20 pessoas; nos 6500 ha da cooperativa trabalham 326 efectivos. Os trabalhadores por conta destes agrários não recebem férias, subsí-



António Murteira

dio de férias e de Natal, não lhes descontam para a Previdência e não têm trabalho garantido; mas os 326 trabalhadores da cooperativa têm trabalho assegurado, têm férias, subsídio de férias e de Natal; têm alimentação gratuita na creche para os filhos, garantimos refeições por dia a mais de 40 trabalhadores da 3.ª idade e mais de 50 por cento dos cooperantes da 1.ª de Maio construíram a sua casa própria!».

Este é o caso da «1.º de Maio». Mas quantas mais UCPs/Cooperativas não estão nestas condições? Ou,

como se perguntou da tribuna da 11.ª Conferência da Reforma Agrária, «o que seria hoje da Reforma Agrária e dos nossos campos se o processo se tivesse podido desenvolver com um mínimo de estabilidade e apoio?».

É que, mesmo «debaixo de fogo», UCPs/cooperativas há que conseguem em áreas estatisticamente relevantes rendimentos unitários altamente reveladores das enormes potencialidades da Reforma Agrária, com índices de produtividade de trigo, milho, arroz, tomate, tabaco que ultrapassam em muito os valores nacionais.

Mas a ofensiva da direita não é só dirigida contra a RA. Ela visa também — como denunciou Arquimino Mocinho no comício de domingo à tarde — «a ruína e liquidação dos pequenos e médios agricultores». Além disso, «à medida que a RA vai sendo mais destruída e as UCPs/cooperativas vão tendo mais dificuldades, aumenta o desemprego e agrava-se a exploração dos trabalhadores agrícolas do sector privado».

A Reforma Agrária pode e tem de continuar a ser defendida em todas as frentes — afirmaram-no os participantes na conferência de Évora, exigem-no os interesses dos trabalhadores, a democracia, o País. Quando a gente das UCPs e cooperativas afirma que «temos de melhorar a gestão, a organização do trabalho, o aproveitamento das terras e dos recursos», os trabalhadores e os democratas respondem «contem connosco, nós contamos convosco».

## Conferência combativa e solidária

Reforçar e alargar mais a solidariedade à Reforma Agrária é «hoje mais do que nunca» uma «tarefa primordial e patriótica» — salientou Arquimino Mocinho ao apresentar publicamente os resultados da 11.ª Conferência da Reforma Agrária, que contou com a participação de 1578 delegados e mais de 1040 convidados: 317 organizações do movimento sindical unitário, 102 órgãos do poder local (o presidente da CM de Évora esteve na mesa e fez uma intervenção), diversas estruturas do movimento camponês e outras estruturas populares, representantes do PCP, do PRD, do Partido Ecologista «Os Verdes», do MDP, do MDM, da JCP, deputados à AR e ao Parlamento Europeu, o coordenador da comissão executiva da CGTP-IN,



A solidariedade esteve presente de múltiplas formas. Na foto a mesa dos convidados estrangeiros

Manuel Carvalho da Silva. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, esteve presente como convidado especial.

À Conferência assistiram 12 delegações de organizações cooperativas e sindicais de Angola, Cabo Verde, França, Checoslováquia, Dinamarca, Espanha, Federação Sindical Mundial, Holanda, Hungria, Polónia, RDA e São Tomé e Príncipe.

Foram recebidas 167 saudações e telegramas de solidariedade, nomeadamente da URAP, do MURPI, de António Arnault, general Ramalho Eanes, José Saramago, Federação dos Sindicatos da RP da China, Comissões Obreras, Grupo de Apoio à Reforma Agrária de Nijmegen (Holanda), comissões de trabalhadores da EPAC, CEL-CAT, Setenave, Petrolgal, sindicatos e federações sindicais, organismos do PCP e de outros partidos democráticos, colectividades. De Braga, do Porto, de Lisboa, das Beiras vieram excursões.

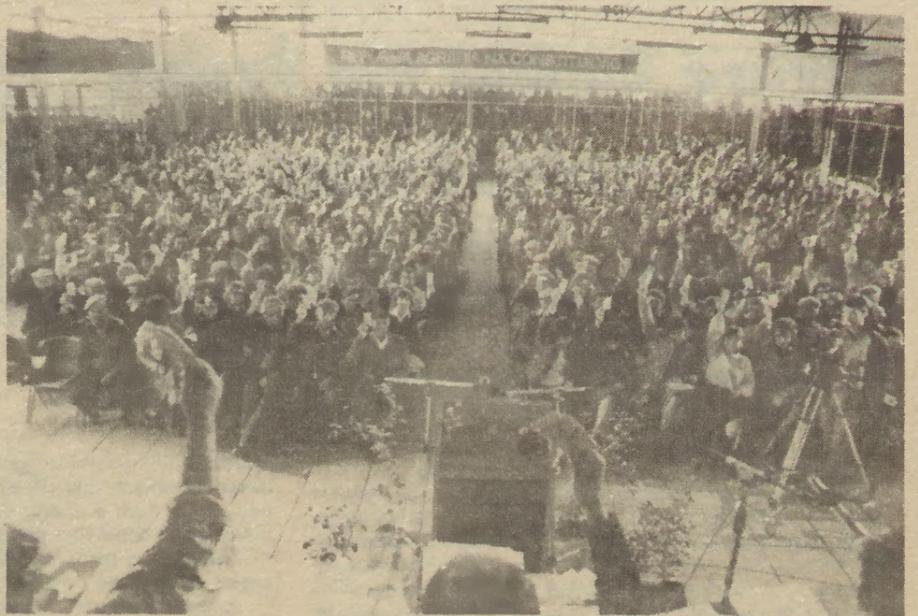
A Conferência aprovou por unanimidade e aclamação um documento de Conclusões, uma Proclamação, uma moção sobre a luta pela paz, considerada «a tarefa mais nobre de toda a humanidade», e uma outra manifestando a sua posição pela defesa do sector empresarial do Estado.

Integrado no programa da conferência, realizou-se sábado à noite, no Teatro Garcia de Resende, um espectáculo em que participaram Sérgio Godinho e os grupos corais dos Amigos do Barreiro e dos Ceifeiros de Cuba.

A Conferência encerrou com um comício no Jardim Público de Évora em que intervieram Arquimino Mocinho, da Comissão Organizadora, e Álvaro Cunhal.

Cobriram a 11.ª Conferência da Reforma Agrária 25 órgãos de informação nacionais e estrangeiros.

**Trabalhadores**



Mais de 1500 delegados e 1040 convidados participaram na 11.ª Conferência da Reforma Agrária

## Dois projectos em confronto

A defesa vigorosa do projecto democrático e constitucional da Reforma Agrária surgiu no decorrer dos trabalhos inseparável da denúncia frontal do projecto agrícola antidemocrático para aquela região defendido pelo Governo de Cavaco Silva.

O simples confronto dos projectos permite avaliar qual dos dois serve os interesses dos trabalhadores e do País. Foi o que fez António Murteira na sua intervenção quando lembrou que o primeiro — o projecto que constitucional-

mente consagra a Reforma Agrária — foi feito para benefício de mais de 95 por cento da população activa dos campos, visou resolver o problema do desemprego, dos salários de miséria, do analfabetismo e da exploração, aumentou a produção e a produtividade, sendo ainda um projecto democrático e amplo porque integra não apenas as UCPs/Cooperativas como também as explorações dos pequenos e médios agricultores e as cooperativas de tipo clássico.

Objectivos bem diversos encerra, por outro lado, o projecto da direita, alicerçado numa política de destruição, sem oferecer alternativas, um projecto elaborado para servir apenas menos de cinco por cento da população agrícola do Alentejo e Ribatejo, e no qual se prevê apenas o latifúndio e as empresas capitalistas como únicas formas de exploração da terra.

«Este projecto é ainda antidemocrático porque já destruiu 50 mil postos de trabalho e porque quer destruir o nosso aparelho produtivo», afirmou ainda António Murteira para mais adiante manifestar a sua convicção de que «mais tarde ou mais cedo o povo compreenderá qual o projecto que lhe serve».

## Superioridade evidente

Nos distritos que actualmente compõem a zona da Reforma Agrária havia antes 1064 explorações com mais de 500 ha, as quais representavam 1% do total das explorações mas ocupavam 50% da superfície agrícola.

Antes da Reforma Agrária semeavam-se 8 em cada 100 hectares; hoje nas UCPs/Cooperativas, apesar dos solos que lhes foram deixados e das condições em que são forçadas a trabalhar, semeiam-se, mesmo assim, 26 ha em cada 100.

A Reforma Agrária, ocupando cerca de 8% da superfície agrícola utilizada do país, contribui com 8,3% da produção nacional de trigo, 13% da cevada, 13,5% da aveia, 14% do arroz, 30% do tabaco.

A área de sequeiro semeada atinge 236 hectares por cada 1000 (85 ha antes da RA) e a de regadio 23 ha por 1000 (7,5 ha antes).

A produção actual de cereais praganosos é de 203 toneladas por 1000 ha, enquanto com os agrários não passava as 80 toneladas.

Os encabeçamentos pecuários são, em geral e mesmo ainda hoje, mais do dobro do que eram no tempo dos agrários.

Os 16 810 postos de trabalho ainda existentes correspondem a uma relação de 47 trabalhadores por 1000 ha, índice que é 2,5 superior ao do tempo dos agrários (18).



**Missionário Irmão Pedro:** «Hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções e muito menos de se fazerem ouvir. A nossa força é a solidariedade»



**Brigadeiro Pezarat Correia:** «A acumulação de ilegalidades na zona da Reforma Agrária envergonha a democracia portuguesa e retira ao Estado a confiança que devia merecer aos cidadãos»



**General Vasco Gonçalves:** «Por que é que os trabalhadores têm resistido e continuam esta luta? Porque a Reforma Agrária é justa, corresponde ao sentir das populações e é a melhor forma de organização da agricultura no Alentejo»



**Urbano Tavares Rodrigues:** «Com a Reforma Agrária, as herdades abandonadas tornaram-se em terras de pão... «Os intelectuais têm um papel a desempenhar na responsabilidade histórica de defender a Reforma Agrária»

## Direcções de luta e trabalho

Para além de proceder a um balanço sério e rigoroso da ofensiva e de analisar a situação presente nos campos do Alentejo e Ribatejo, a XI Conferência definiu com clareza as grandes linhas para a solução dos problemas com que se defronta a agricultura naquela vasta região do País, apontando simultaneamente importantes direcções de trabalho no plano da organização interna das UCPs/Cooperativas, da produção e da luta em defesa da Reforma Agrária.

Na proclamação aprovada por unanimidade no final dos trabalhos, aponta-se nomeadamente para o incremento das acções de massas com concentrações e manifestações nos mais variados locais e para a realização de um encontro de solidarieda-

de com a Reforma Agrária envolvendo o movimento sindical e cooperativo, personalidades nacionais e estrangeiras de diferentes áreas da vida política, cultural e científica.

A realização de um novo inquérito ao MAP, a criação de uma Comissão Pública de Inquérito e o conhecimento público da situação em que se encontram as queixas apresentadas à Alta Autoridade Contra a Corrupção e à Procuradoria Geral da República, constituem outras tantas reclamações da Conferência que não exclui, por outro lado, o recurso a entidades internacionais para denúncia das ilegalidades cometidas pelo Governo e da sua recusa em cumprir as decisões dos tribunais.

A par do reforço da infor-

mação e do movimento de solidariedade com a RA no País e no estrangeiro, a Proclamação propõe ainda que a CGTP-IN promova acções de sensibilização e mobilização do movimento sindical e realize uma iniciativa sindical de âmbito nacional num dos distritos da Reforma Agrária.

No plano da unidade e da organização, o texto define como prioritária a realização de plenários concelhios de trabalhadores das UCPs/Cooperativas (abertos à participação dos trabalhadores agrícolas do sector privado e às populações) e a constituição de comissões concelhias alargadas de defesa desta conquista do 25 de Abril.

O reforço dos Secretariados e Uniãoes Distritais em quadros e meios financeiros e uma melhor articulação destas estruturas com a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA), tal como a criação de um fundo de apoio à RA com verbas provenientes da solidariedade e das próprias UCPs/Cooperativas, constituem ainda tarefas que se colocam na ordem do dia aos trabalhadores e suas organizações.

Particular atenção da Conferência mereceram também as questões referentes à produção e à organização interna das UCPs/Cooperativas, sendo de destacar relativamente a estas áreas as orientações que apontam para a melhoria da gestão, nomeadamente através do aperfeiçoamento da democracia interna e do funcionamento regular do plenário de trabalhadores.



Os jovens estão com a Reforma Agrária e marcaram presença na conferência

## «O nosso governo já não é de cá»...

«O nosso Governo já não é de cá. Está em Bruxelas. Aqui está apenas o feitor». Nestes termos se referiu José Jacinto, da Associação de Rendeiros de Setúbal, quando da tribuna da Conferência abordou o comportamento ora de alinhamento ora de subserviência do Governo de Cavaco Silva face às imposições da CEE.

O tema mereceria a atenção de numerosos delegados, sendo preocupação comum nas suas intervenções os efeitos negativos da adesão, quer em termos de soberania quer em termos económicos.

Joaquim Miranda, deputado comunista ao Parlamento Europeu, afirmaria mesmo que os primeiros 19 meses de adesão «confirmam e reforçam» as preocupações anteriormente apresentadas, lembrando a propósito os termos gravosos do Tratado de Adesão e as diferenças «abismais e contraditórias» entre as agriculturas dos países da Comunidade.

Os avultados excedentes de alguns produtos agrícolas na CEE em contraste com a nossa situação de défice em produtos estratégicos, foram analisados pelo orador que acabou por pôr o dedo na ferida

ao chamar a atenção para as limitações à nossa produção e para a chamada «harmonização dos preços, eufemismo utilizado para explicar a baixa real dos preços ao produtor».

Entre outras consequências que já se fazem sentir em resultado desta política de cega obediência aos ditames da CEE, Joaquim Miranda referiu ainda o desmantelamento da EPAC e dos organismos de coordenação económica, as restrições nas ajudas aos agricultores, a nossa crescente dependência comercial com a Comunidade, o aumento do nosso défice que passou

no espaço de um ano (1985 para 1986) de 2,3 milhões de contos para 98 milhões.

Definindo a defesa intransigente da nossa soberania e da nossa independência como um objectivo prioritário, Joaquim Miranda defendeu que neste quadro deve ser modificado o Tratado de Adesão nas questões «que ferem o interesse nacional», salientando que urge alterar, nomeadamente, os prazos de transição, a harmonização dos preços agrícolas, o direito de estabelecimento de estrangeiros e a preferência na aquisição de produtos agro-alimentares da CEE.

## Terra

# Álvaro Cunhal em Évora: «A XI Conferência é uma poderosa demonstração de que a Reforma Agrária continua viva a trabalhar e a lutar»

Camaradas:

Assistimos aos trabalhos da XI Conferência da Reforma Agrária com numerosos convidados vindos de todas as regiões. É pena que muitos mais não tenham podido assistir à Conferência, não tenham podido ouvir as intervenções dos delegados e as conclusões da Conferência, não tenham podido conhecer directamente os problemas que se colocam, não tenham podido sentir toda esta solidariedade e este profundo calor humano que aqui vivemos nestes dois dias na cidade de Évora.

Porque, se pudessem ter ouvido, visto, conhecido directamente o que é, o que representa e o que quer a Reforma Agrária, ficariam também definitivamente convencidos de que a Reforma Agrária é uma grande conquista do povo português, é uma necessidade imperiosa para o País, é uma parte integrante do regime democrático que se impõe a todos defender, preservar e continuar.

## Valor e significado da XI Conferência da Reforma Agrária

A XI Conferência da Reforma Agrária que acaba de realizar-se constituiu uma poderosa afirmação por um lado de que a Reforma Agrária é uma grande conquista democrática do povo português, uma realidade económica e social do mais alto valor para o regime democrático e para Portugal, por outro lado, de que os trabalhadores estão unidos e firmemente determinados a defendê-la.

Se é legítimo utilizar a palavra milagre, parece milagre que depois de mais de 10 anos de furiosas ofensivas de sucessivos governos com o objectivo de destruir e liquidar a Reforma Agrária, a Reforma Agrária continue a semear, a produzir, a colher, a afirmar-se, a lutar, a olhar para o futuro.

Mas, como não há milagres, este milagre tem uma explicação e a XI Conferência deu essa explicação.

A explicação é que a eliminação dos latifúndios e a forma de organização da exploração agrícola que foi criativamente encontrada (as UCPs/Cooperativas) corresponde às características dos solos, à natureza das culturas, à composição social da população agrícola activa, e ao sentir da maioria esmagadora dos que trabalham a terra.

Os factos mostram que, se a Reforma Agrária tivesse sido apoiada pelo Estado e não sujeita a uma autêntica guerra de agressão, teria sido alcançado em toda a região um alto nível de desenvolvimento agrícola.

## A Reforma Agrária conquista do povo e imperativo nacional

A Reforma Agrária provou e prova plenamente corresponder a uma necessidade imperiosa do desenvolvimento agrícola, de solução dos graves problemas sociais, do bem-estar dos trabalhadores e das populações.

Com a Reforma Agrária, com a expropriação e liquidação dos latifúndios e a formação das UCPs/Cooperativas os trabalhadores provaram ser capazes de assegurar em pouco tempo um desenvolvimento agrícola que os agrários jamais foram capazes de realizar.

Quem se não recorda que antes da Reforma Agrária apenas era cultivada uma parte mínima (menos de uma décima parte) de terra em que vieram a formar-se as UCPs/Cooperativas?

Quem se não recorda desse trabalho exaltante que foi o desbravamento das terras incultas e o aumento da área cultivada de menos de 100 mil hectares para mais de 300 mil? tendo passado as culturas de regadio de menos de 10 mil hectares para mais de 20 mil?

Quem se não recorda que nas terras da Reforma Agrária se passou a produzir mais trigo e outros cereais, mais tomate, mais oleaginosas, mais forragens, que se diversificaram as culturas e que os rendimentos unitários aumentaram e ultrapassaram as médias nacionais?

Quem se não recorda que, com a Reforma Agrária, os trabalhadores desenvolveram rapidamente o efectivo pecuário, duplicando o número de cabeças de gado bovino e ovino, quintuplicando o número de suínos e aumentando consideravelmente a produção de leite, de queijo, de lã?

Quem se não recorda que com a Reforma Agrária a mecanização da agricultura deu um salto em frente passando o número de tractores de pouco mais de 2 mil para mais de 4 mil, triplicando o número de máquinas de colheita, aumentando os camiões, os reboques, os motores, as alfaias?

Quem se não recorda da grande obra realizada nos desbravamentos, nas despedragens, nas captações de água, da construção de instalações para gados e noutras construções?

Estes são factos históricos que hoje aqui é necessário lembrar porque a Reforma Agrária foi a substituição da estagnada, rotineira e miserável agricultura dos latifúndios, pro-

priedade dos grandes agrários, por uma agricultura em desenvolvimento que conseguiu notáveis êxitos apesar de não contar com o apoio, antes com a hostilidade, as dificuldades, e depois as ofensivas do Governo e do Estado.

Também no plano social, a Reforma Agrária provou ser capaz de resolver os mais graves problemas.

A Reforma Agrária provou ser capaz de pôr fim ao desemprego crónico que era a chaga social do Alentejo e Ribatejo, criando dezenas de milhar de postos de trabalho e assegurando o rápido melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e das populações em geral.

Qual era a situação antes da Reforma Agrária nas terras que vieram a ser ocupadas e expropriadas?

A situação podia caracterizar-se por um número reduzido de postos de trabalho (cerca de 10 mil permanentes e 10 mil eventuais) e uma grande massa de desempregados.

Com a Reforma Agrária, as UCPs/Cooperativas puderam assegurar trabalho a mais de 30 mil homens e mulheres permanentes e a mais de 25 mil homens e mulheres eventuais.

Com a Reforma Agrária os salários aumentaram, foram garantidos direitos sociais, foi dado apoio a muitos trabalhadores idosos que antes se encontravam completamente desamparados e as crianças passaram a ser melhor alimentadas, melhor vestidas, melhor calçadas e com actividades culturais que jamais tinham sido proporcionadas aos filhos dos trabalhadores.

Todas as actividades económicas e a vida social e cultural das regiões da Reforma Agrária receberam nos primeiros tempos a influência destas realizações. Enquanto as criminosas ofensivas contra a Reforma Agrária não desferiram os seus golpes destruidores, é bom lembrar e é bom não esquecer e a XI Conferência lembrou para que não se esqueça que as condições de vida dos trabalhadores e das populações em toda a região da Reforma Agrária melhoraram sensivelmente e melhorou o ambiente social sob todos os aspectos.

E, apesar das quebras da produção e do investimento provocadas pelas ofensivas, mesmo agora, como a XI Conferência demonstrou, nos 360 000 hectares de que as 302 UCPs/Cooperativas continuam a dispor, continua a produzir-se, a investir-se, a alcançar boas produções unitárias a nível nacional, e em alguns casos das mais elevadas do País.

Mesmo agora, apesar das ofensivas, a XI Conferência concluiu, na base de um estudo minucioso e de uma análise fundamentada em dados, a grandeza efectiva actual da Reforma Agrária, que em 1986 vendeu mais de 11 milhões de contos de produtos, adquiriu mais de 5,6 milhões de contos de bens e serviços e dispendeu 4,9 milhões de contos em pagamento de mão-de-obra.

Cesse a ofensiva, assegurem-se os apoios técnicos essenciais indispensáveis, deixe-se os trabalhadores trabalhar em paz e com segurança, cessem os roubos de terras, de gados, de máquinas, de instalações, e a Reforma Agrária continua a estar em condições de dar um enérgico impulso à agricultura nacional na zona do latifúndio e uma contribuição da mais alta importância à economia portuguesa.

## A ofensiva contra a Reforma Agrária e o novo Governo PSD

Em termos económicos, em termos sociais, em termos nacionais, parece não haver explicação para a fúria destruidora contra a Reforma Agrária.

Porquê, em vez de apoiar esta grande e bela conquista democrática, sucessivos governos a partir de 1976 (Governo do PS, do PSD, do CDS) lhe fizeram guerra?

Porquê a utilização dos mais poderosos meios do Estado — repressivos, financeiros, jurídicos, psicológicos, propagandísticos — para assaltar golpes sobre golpes contra a Reforma Agrária, numa obra que nada constrói, antes procura tudo destruir?

Porquê o roubo de mais de 700 mil hectares de terra? Porquê o roubo de mais de 50 mil cabeças de bovinos, de mais de 175 mil ovinos e caprinos, de mais de 20 mil suínos? Porquê o roubo de mais de 1700 tractores, de mais de 1600 ceifeiras, de mais de 1000 reboques, de 140 camiões? Porquê a destruição de 248 UCPs/Cooperativas? Porquê a liquidação de mais de 55 mil postos de trabalho?

Porquê o abuso do poder, as irregularidades, o arbítrio, a corrupção?

Porquê uma ofensiva que levou à destruição de culturas, ao aniquilamento de gados e de melhoramentos fundiários, de novo ao abandono de centenas de milhar de hectares de terra, de novo ao desemprego, de novo a corrida de jovens para as cidades, de novo às vagas de emigração, de novo à miséria, de novo à fome, e se aqui se diz à miséria e à fome é porque o Governo não fala nisso mas é uma realidade que com a ofensiva contra a Reforma Agrária de novo alastra no Alentejo e Ribatejo?

Porquê o Governo se tem sistematicamente recusado a aplicar os 459 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

dos quais 323 com trânsito em julgado que suspenderam ou anularam despachos de reservas?

Porquê esta política criminosamente contrária ao desenvolvimento agrícola, à economia nacional, ao bem-estar do povo?

Qual a razão por que os governos em vez de ajudarem, apoiarem, impulsionarem o trabalho e a produção na Reforma Agrária tão necessários à agricultura portuguesa, à economia portuguesa, ao bem-estar do povo português, qual a razão porque provocam pela força tanta destruição e tanta desgraça?

A razão principal, é que esses governos (e é também o caso do Governo actual com Cavaco Silva e o PSD) não estão ao serviço do povo, nem do País, não defendem os interesses do povo e do País, não têm uma política para resolver os problemas do povo e do País, mas estão sim ao serviço dos capitalistas e dos agrários, defendem os interesses dos capitalistas e dos agrários, interesses que são contrários aos interesses do povo, do País, da economia nacional, da democracia.

A ofensiva contra a Reforma Agrária não tem quaisquer objectivos relativos ao desenvolvimento da economia nacional, nomeadamente da agricultura, nem quaisquer objectivos sociais relativos ao melhoramento do bem-estar do povo português.

O objectivo central de sucessivos governos, nas suas ofensivas contra a Reforma Agrária, e é também o caso do Governo actual, é restaurar os latifúndios, entregar de novo a terra aos grandes agrários do tempo do fascismo, para que estes continuem a explorar os trabalhadores, a oprimir os trabalhadores, a reduzir os trabalhadores ao desemprego e à fome, para que eles, grandes agrários, continuem a fazer a sua vida de parasitas que nada fazem e tudo consomem.

O Governo e todas as forças de direita falam muito em nome da «modernização», proclamam que querem que Portugal caminhe em frente, mas afinal toda a sua política é para fazer Portugal voltar para trás, e no concreto, em relação aos campos alentejanos e ribatejanos, destruir o histórico passo em frente que é a Reforma Agrária, impedir os gigantescos passos em frente que a Reforma Agrária, pode garantir, e fazer voltar para trás a agricultura e a vida dos trabalhadores, fazer voltar o Alentejo e o Ribatejo ao tempo da terra a pertencer a um escasso número de grandes agrários, ao tempo dos campos abandonados, dos trabalhadores sem trabalho e desprezados na velhice, ao tempo dos salários que não dão para nada, do desemprego crónico, da fome e da miséria.

A agricultura portuguesa, os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores são sacrificados à política da direita ao serviço do grande capital e dos agrários e desde a integração na CEE às limitações da produção de cereais, de oleaginosas, de tomate, de leite impostas pela CEE, à concorrência que de futuro mais se fará sentir dos produtos agrícolas importados da CEE que dificultarão ainda mais o escoamento dos produtos agrícolas portugueses e conduzirá à ruína milhares de pequenos e médios agricultores.

Do Governo actual, de Cavaco Silva e do PSD, pelo que diz o seu programa e por declarações feitas, há a esperar, não finalmente a compreensão do que é a Reforma Agrária para o nosso povo e o nosso país, não o abandono das ofensivas criminosas, mas a intensificação da utilização dos mais diversos meios já bem conhecidos pelos trabalhadores, outros que se anunciam e de que nada de melhor há a esperar. Mas a intensificação da ofensiva.

São as chamadas reservas, as chamadas majorações, os chamados indivisos, as chamadas acções de reivindicação da propriedade, a recusa ao pagamento das dívidas do Estado, as penhoras, os leilões de terras, o não cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, a ausência de apoio técnico, as campanhas de mentiras e difamações procurando promover em vastos sectores do povo português a censura e a condenação da Reforma Agrária.

São muitos e variados os perigos (uns já conhecidos, outros novos) que espreitam a Reforma Agrária. A XI Conferência apontou os perigos e apelou aos trabalhadores para lhes fazerem frente.

Estamos certos, camaradas, que a XI Conferência da Reforma Agrária constituiu um extraordinário impulso para o trabalho e a luta dos trabalhadores para continuarem a defesa da mais bela conquista da revolução.

Se continua a ofensiva, também a luta continua.

## A revisão da Constituição e a defesa da Reforma Agrária

O esbulho das terras às UCPs/Cooperativas e a sua entrega aos agrários são actuações inteiramente ilegais. E são inteiramente ilegais porque violam o que está estabelecido na Lei Fundamental do país que é a Constituição da República que estabelece que não podem ser restaurados os latifúndios.

Nem todo o nosso povo conhece e acompanha estas ques-



Terra



tões relativas à Constituição. Há mesmo certamente muita gente que ainda hoje não sabe bem o que é a Constituição, o que ela representa. Há mesmo certamente quem pense que isso da Constituição «é lá com eles», com os políticos, com os deputados, com o Governo, mas não é uma questão que diga directamente respeito ao povo.

Se nós aqui trazemos essa questão e lhe damos tão grande importância é porque a Constituição é uma questão que diz respeito ao povo e é bom que todo o povo conheça, porque a Constituição é uma Lei fundamental cuja observância e aplicação é obrigatória para todos os órgãos do poder, para o Governo, para a Assembleia da República, para o Presidente da República, para os Tribunais.

E isto significa que, quando o Governo desencadela as suas ofensivas contra a Reforma Agrária (e contra as outras conquistas democráticas consagradas na Constituição) o Governo actua ilegalmente, o Governo coloca-se fora da Lei. E, quando os trabalhadores defendem a Reforma Agrária contra as ofensivas do Governo, os trabalhadores têm actuado e actuam no respeito pela Lei, pela legalidade, têm pleno direito reconhecido pela Lei para resistirem contra a actuação do Governo.

É certo que esta situação não tem impedido, apesar da luta heróica dos trabalhadores, as ofensivas contra a Reforma Agrária e os golpes que os governos têm desferido contra as UCP's/Cooperativas. Mas tem dificultado e atrasado essas ofensivas e tem sido e continua a ser um obstáculo a uma ofensiva final para a destruição completa da Reforma Agrária.

O Governo, o PSD e todas as forças reacconárias têm também consciência disso, sabem tão bem como nós que as suas ofensivas contra a Reforma Agrária são frontalmente inconstitucionais, são frontalmente ilegais, que violam a Constituição.

E é por isso que, ao mesmo tempo que continuam a sua ofensiva e preparam novas ofensivas, preparam também agora na Assembleia da República a alteração e a modificação da Constituição da República, a chamada revisão da Constituição, com a qual pretendem riscar da Constituição as disposições relativas à Reforma Agrária.

A revisão da Constituição que o Governo e o PSD pretendem fazer não diz só respeito à Reforma Agrária. Diz também respeito a outras grandes conquistas democráticas alcançadas pelo Povo português e que são parte integrante do regime democrático instaurado no nosso país pela Revolução de Abril.

Diz respeito aos direitos e liberdades dos trabalhadores e de todos os cidadãos que pretendem liquidar ou limitar. Diz respeito às nacionalizações que pretendem também liquidar para entregar aos grandes capitalistas as empresas que dão lucros e os sectores-chaves da economia. Diz respeito ao poder local democrático que pretendem subordinar ao Governo. Diz respeito à regra da proporcionalidade (ou seja, quem tem mais votos tem mais lugares na Assembleia da República) regra que pretendem liquidar para continuarem a ter a maioria de deputados mesmo quando em futuras eleições voltem a ter a minoria dos votos. Diz respeito a muitas outras disposições da Constituição que definem o regime democrático português, porque o plano do Governo de Cavaco Silva e do PSD é subverter o regime democrático, riscando da Constituição o que nela é essencial e entre as disposições que pretendem riscar contam-se as relativas à Reforma Agrária.

E então pergunta-se: poderão fazê-lo?

A verdade, camaradas, é que legalmente não poderão fazê-lo.

E não podem fazê-lo porque a Constituição estabelece (no seu art.º 290) limites materiais da revisão e entre eles que os latifúndios não podem ser restaurados.

E estabelece alguma coisa mais e importante. É que nenhuma lei incluindo qualquer lei de revisão da Constituição poderá modificar esse princípio fundamental da Constituição da República.

Se não for respeitado este princípio estaremos perante um verdadeiro golpe de Estado através de um aparente funcionamento das instituições.

Eu lembro aqui, camaradas, que a Constituição da República foi aprovada na Assembleia Constituinte em 1976. E a Constituição que está em vigor, incluindo naturalmente os princípios referentes à Reforma Agrária, foi aprovada não apenas pelos votos dos deputados do Partido Comunista Português, mas também pelos deputados do Partido Socialista e pelos deputados do Partido Popular Democrático, ou seja, o partido

de Cavaco Silva e do seu Governo.

**Ao aprovar a Constituição todos sabiam bem que estavam a fixar as características do regime democrático que se tornavam obrigatórias para o futuro, incluindo naturalmente para eles próprios.**

Houve eleições, o PSD obteve a maioria de deputados, certamente porque votaram no PSD milhares e milhares de pessoas que se deixaram enganar e muitas das quais provavelmente já hoje estão arrependidas. Mas o ter obtido a maioria de deputados não dá ao Governo e ao PSD o direito de subverter o regime democrático através de actuações ou decisões ilegais.

Ou seja: É bom que o povo saiba que a revisão da Constituição que a Assembleia da República val realizar não pode tocar nesses princípios fundamentais relativos à Reforma Agrária. E se a Assembleia da República tocasse nesses, ainda o Tribunal Constitucional poderia anular tal decisão da Assembleia.

E há mais ainda. Para modificar a Constituição, a maioria de deputados que o PSD tem não chega, e não chega porque a Constituição só pode ser modificada desde que as modificações sejam aprovadas por dois terços dos deputados e o PSD não tem esses dois terços. Mesmo que os 4 deputados do CDS se juntem aos do PSD não chegam para os dois terços.

Como foi salientado na Conferência só poderão fazer a revisão se o PS, se os deputados do PS, se juntarem a eles no seu plano de subversão do regime democrático.

O PS assume assim perante o Povo português uma grande responsabilidade em tudo quanto respeita à revisão da Constituição e no assunto que mais directamente hoje aqui nos interessa, em tudo quanto signifique tocar em princípios relativos à Reforma Agrária.

Pelas declarações até aqui feitas pelos dirigentes do PS, o PS aparece uma vez mais voltado para acordos com a direita contra a democracia e os interesses populares.

Mas a luta do nosso povo, incluindo a luta de socialistas e eleitores que votaram no PS, pode impedir um tal acordo entre o PS e o PSD.

É quase certo que aqui connosco, neste momento, entre os muitos milhares de participantes neste comício, se encontram também socialistas e eleitores do Partido Socialista. Na sua pessoa nós aqui fazemos um apelo aos socialistas e àqueles que votaram no PS para que se pronunciem e para que actuem, para que intervenham ao nosso lado na luta que se trava em defesa da Constituição e do regime democrático em defesa da Reforma Agrária.

Trazemos para aqui, para este nosso encontro, esta questão porque eles querem fazer a revisão da Constituição, querem destruir o regime democrático, nas costas do povo, no desconhecimento do povo, no segredo dos gabinetes, no jogo sujo dos acordos de baixa política.

Mas não conseguirão fazê-lo. É necessário levar a todo o Povo português o conhecimento do que se passa na Assembleia da República, do que querem os partidos, de quais são as suas propostas de revisão da Constituição, porque o Povo português tem também uma palavra a dizer na defesa do regime democrático e das suas conquistas que são parte essencial do regime democrático.

Cavaco Silva e o Governo do PSD procuram criar a ideia de que irão fazer tudo aquilo que querem.

O Povo português não os deixará fazer tudo aquilo que querem.

O Governo tem a maioria na Assembleia da República. Mas já outros governos com maioria na Assembleia da República caíram antes de terminarem 4 anos.

O Governo alcançou a maioria nas eleições. Mas já muitos dos que votaram no PSD estão sofrendo as consequências da política do Governo, já muitos concluem que foram enganados e esse número aumentará dia a dia.

Talvez aqui estejam alguns. E, se estão também daqui os saúdo por se encontrarem ao nosso lado numa luta que é nossa mas que também é sua.

### A luta continua

A Reforma Agrária foi atingida pelos golpes mais baixos e indignos. Foi ferida. Foi espoliada. Foi roubada. Mas a XI Conferência é uma poderosa demonstração de que a Reforma Agrária continua viva, a trabalhar e a lutar.

Nenhum dos governos que têm desenvolvido a ofensiva contra a Reforma Agrária (e é o caso do Governo actual) apresentou qualquer alternativa válida, qualquer solução para o desenvolvimento agrícola nos campos do Sul.

Nenhum dos governos que têm desenvolvido a ofensiva contra a Reforma Agrária (e é também o caso do Governo actual) resolveu um único dos graves problemas que na zona da Reforma Agrária atingem a agricultura, a economia em geral, a situação dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores.

A XI Conferência não se limitou a fazer um balanço da ofensiva contra a Reforma Agrária e uma análise da situação. A XI Conferência mostrou serem possíveis soluções em que coabitem as UCP's/Cooperativas, pequenas e médias explorações agrícolas e outros tipos de exploração e apontou grandes linhas para a solução dos problemas existentes.

A XI Conferência sublinhou justamente que além dos perigos que vêm do Governo, que vêm da reacção, existem também perigos que vêm de dentro, de debilidades e de comportamentos no seio da própria Reforma Agrária. Para combater com êxito os primeiros é indispensável combater também os segundos.

A XI Conferência definiu grandes linhas para a solução dos problemas existentes e grandes linhas para o trabalho, para a produção e para a luta.

Creio poder afirmar que todos aqueles que assistimos aos trabalhos da Conferência não podemos deixar de apoiar as linhas, orientações e propostas apontadas pela XI Conferência para o trabalho e para a luta que continua e que foram desenvolvidas e concretizadas na intervenção que neste comício acaba de fazer o camarada Mocinho.

Permitam-me que (com risco de fazer algumas repetições) aqui refira algumas tarefas essenciais:

- Aumentar e reforçar a vontade, a firmeza, a confiança dos trabalhadores na sua própria força, porque a determinação e a confiança são condições indispensáveis para o êxito;

- Reforçar a unidade dos trabalhadores em toda a zona da Reforma Agrária, em cada distrito, em cada concelho, em cada freguesia, em cada UCP/Cooperativa, certos de que o inimigo não tem nenhuma arma com maior poder contra a Reforma Agrária do que seria a divisão dos trabalhadores;

- Estreitar os laços das UCP's/Cooperativas com as populações circundantes, certos de que o apoio das populações é um elemento indispensável para a defesa da Reforma Agrária;

- Fazer um decidido esforço para melhorar a gestão das UCP's/Cooperativas e exigir com o combate e intervenção dos colectivos de trabalhadores, com o reforço da democracia nas estruturas da Reforma Agrária, que os dirigentes trabalhem, organizem, dirijam de facto a produção e combatendo firmemente, sem hesitações, quaisquer fenómenos que se manifestem de autoritarismo irresponsável ou de falta de seriedade na gestão;

- Continuar a trabalhar, a produzir, não abandonar terras pelo receio da ofensiva que avança tendo entretanto em conta a situação concreta de cada UCP/Cooperativa, porque na verdade há situações muito diferentes, há UCP's/Cooperativas com grande expansão e dinamismo económico e outras com grandes dificuldades;

- Cohecer com rigor as linhas e formas de ataque do Governo e ter a prontidão e a maleabilidade necessárias para que a resposta e as formas de resistência sejam adequadas e eficientes;

- Reforçar todas as organizações dos trabalhadores, seja nas UCP's/Cooperativas e nos seus secretariados, seja nos seus sindicatos, seja as organizações dos pequenos e médios agricultores;

- Insistir na importância determinante da luta de massas, definindo o lugar exacto, a forma exacta e o momento exacto, tendo em conta os objectivos e as condições concretas;

- Insistir na acção jurídica continuando a recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo, para os Tribunais de Comarca e eventualmente para o Tribunal Constitucional, contra medidas arbitrárias e ilegais do Governo;

- Multiplicar as diligências no quadro institucional, procurando apoio nos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, fazendo diligências junto do Presidente da República e do Provedor de Justiça, não desistindo de fazer exposições e reclamações ao Governo;

- Promover iniciativas de informação e esclarecimento junto dos órgãos de Comunicação Social, realizando exposições, conferências, colóquios, editando materiais;

- Desenvolver a solidariedade dos trabalhadores, dos intelectuais, das mulheres, da juventude, das camadas laboriosas, dos democratas de todo o país em apoio e defesa da Reforma Agrária;

- Apelar à solidariedade internacional alargando os apoios que nesta XI Conferência como em conferências anteriores tiveram magnífica expressão.

São linhas definidas pela XI Conferência que não só determinarão a actuação dos trabalhadores da Reforma Agrária, como merecerão certamente o apoio activo dos trabalhadores portugueses, de todos os verdadeiros democratas.

Pela nossa parte, daqueles que desde há muitos anos estamos convosco na luta, de todos aqueles que desde a primeira hora estivemos com a Reforma Agrária, queremos uma vez mais assegurar que no futuro, como hoje, como sempre, podéis contar com o nosso inteiro e activo apoio.

Os convidados, que tivemos a honra e a felicidade de assistir aos trabalhos da Conferência, podemos e devemos testemunhar perante todo o país que na Reforma Agrária o trabalho continua, a luta em defesa da Reforma Agrária continua, e que para reforçar essa luta é necessário desenvolver o apoio e a solidariedade dos trabalhadores, de todo o povo, dos democratas, para com a Reforma Agrária.

Portugal precisa da Reforma Agrária.  
A luta continua!  
Viva a Reforma Agrária!

## Trabalhadores

# A intransigência do CG pode levar a nova greve na Petrogal

O sector de distribuição de combustíveis da Petrogal paralisou totalmente, como resultado da greve de 48 horas, nos dias 26 e 27 de Outubro. A adesão foi de 62 por cento no primeiro dia, passando para 72 por cento a nível nacional no segundo dia, de acordo com as declarações de um representante da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica ao «Avante!». Houve um aumento bastante significativo de adesão dos trabalhadores dos serviços de Lisboa, Porto e Sines, no dia 27. Entretanto na terça-feira o abastecimento dos intermediários do Porto ficou completamente esgotado. Devido à falta de combustível, as bombas do Porto registaram enormes bichas. No Algarve os postos de abastecimento também esgotaram, tendo no entanto os vendedores recorrido a abastecedores privados. O responsável da Federação pelos contactos com a comunicação social, José Bento, informou que a normalização do abastecimento só será feita a partir de sexta-feira.

Se o conselho de gerência não evoluir significativamente nas suas posições depois desta greve de 48 horas, sindicatos e trabalhadores voltarão a parar «com grande determinação».

A paralisação de trabalho entre as zero horas de segunda-feira, 26, e as 24 horas de anteontem, 27, teve uma adesão geral entre os 60 e 70 por cento. O pré-aviso referia-se a todos os sectores da Petrogal: produção, manutenção, distribuição, serviços comerciais e administrativos.

Nova greve (aliás, está prevista a continuação das paralisações no que respeita às horas extraordinárias até ao próximo dia 31) provocará consequências que os sindicatos e, designadamente, a Federação da Química (CGTP) rejeitam totalmente.

Essas responsabilidades terão que ser assumidas pelo conselho de gerência da Petrogal e pelo Governo, afirma a comissão executiva do conselho nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalha-

dores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal (FSTIQFP).

A greve de dois dias foi convocada no passado dia 20, para 26 e 27, de acordo com um comunicado à imprensa daquela data, «por aumentos salariais justos, pela revisão dos enquadra-

**A lei da greve não foi respeitada pelos gestores da Petrogal durante a paralisação de dias 26 e 27. José Bento, da Federação da Química e Farmacêutica (FSTIQFP), declarou ao «Avante!» que o Conselho de Gerência da Petrogal destruiu a propaganda relativa à greve afixada nas instalações da empresa no Marquês de Pombal e procedeu à substituição de trabalhadores em algumas localidades, nomeadamente em Faro.**

mentos e por um plano de carreiras profissionais».

Segundo a FSTIQFP, as negociações sobre o acordo de empresa (revisão global do AE) iniciaram-se em 7 de Agosto findo e até à marcação da greve o conselho de gerên-

cia manteve-se nos 7 por cento, enquanto que noutras empresas públicas se conseguiram quase dez, na tabela salarial.

Segundo aquela Federação, as posições do conselho de gerência eram insustentáveis, depois de dois meses e meio de negociações.

O CG da Petrogal não estava disposto a negociar, com alterações significativas, nem o clausulado geral, nem os enquadramentos, nem as carreiras profissionais. Daí a unidade na adesão sindical.

Diz a Federação:

«O C. Gerência fundamenta as suas posições com base no chamado acordo de rendimentos, aprovado no Conselho Permanente de Concertação Social entre a UGT, Confederações Patronais e Governo e ainda em outras directivas do Governo que recusa divulgar.»

## Posições inaceitáveis

As posições do CG são de todo inaceitáveis, porque,



As anomalias na distribuição podem voltar a acontecer se não evoluírem significativamente as posições do Conselho de Gerência da Petrogal quanto aos aumentos salariais, à revisão dos enquadramentos e ao plano de carreiras profissionais na negociação do acordo de empresa

ços verificado no período de vigência da tabela actual (Out. 86 a Set. 87) foi de 9,7% — critério da variação anual média de 12 meses;

«As previsões do governo sobre a inflação esperada para 1988 estão hoje completamente desajustadas da realidade, como o próprio 1.º Ministro deixou reconhecer durante a sua recente entrevista televisiva, e como é também reconhecido por vários e prestigiados organismos nacionais e estrangeiros.

«Mas, as posições do CG são ainda inaceitáveis, porque:

«A situação actual da Petrogal é de desafogo económico-financeiro e de sério opti-

mismo, facto comprovado com os resultados de exploração muito positivos que se verificaram durante o 1.º semestre do corrente ano;

«A produtividade dos trabalhadores tem aumentado consecutivamente e é muito superior à média do País;

«Enquanto que, da parte da riqueza criada na Empresa, os trabalhadores apenas beneficiam de 31%, (percentagem inferior à média do país, a qual é já muito baixa);

«Os encargos com salários não chegam a representar 2% na estrutura de custos da Petrogal e, como tal, não tem qualquer significado.

«Os exemplos atrás referidos são bem elucidativos da

razão que assiste aos trabalhadores em defenderem uma solução justa. Mas, se se tiver ainda em conta que:

«a) o aumento salarial proposto pelo CG (7%) é quase metade dos valores médios aplicados no País no decurso de 1987 e constitui uma efectiva redução dos salários reais;

«b) que os trabalhadores da Petrogal perderam nos últimos dez anos, mais de 20% do seu poder de compra, então é forçoso concluir que os trabalhadores da Petrogal têm todas as razões para lutar», conclui a comissão executiva da FSTIQFP, a organização sindical que mais trabalhadores representa na Petrogal.



**IV Congresso da FSMMP** — A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMP), que acaba de publicar o anteprojecto do programa de acção e alteração aos estatutos para debate até ao próximo Congresso, o IV, que se efectua nos princípios de Dezembro, assinala no editorial do seu boletim «O Metalúrgico», órgão da FSMMP/CGTP-IN, que, nesta fase preparatória do Congresso privilegiará «um debate, que se pretende amplo e aprofundado, sobre os principais problemas que afectam os trabalhadores e as empresas do sector», bem como «as propostas e soluções para os vencer com êxito».

A FSMMP, que anuncia um Debate sobre Metalomecânica Pesada para o próximo dia 31 de Outubro, no auditório do CESL (sindicato do comércio) em Lisboa, refere a propósito do seu IV Congresso, que decorrerá nos dias 4, 5 e 6 de Dezembro próximo no Ginásio da SFUAP (Cova da Piedade) que a possível ocupação dos lugares da CGTP-IN no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) «não poderá ser interpretada como abdicação do direito de parti-

cipação dos trabalhadores e das suas organizações sindicais».

Segundo a FSMMP, que vinca a necessidade de empenhar os trabalhadores no esclarecimento e mobilização, «a eventual ocupação dos lugares (no CPCS) só poderá ocorrer por se considerar que, na actual conjuntura, a intervenção da CGTP-IN neste espaço pode servir melhor os objectivos do MSU (Movimento Sindical Unitário), tal como justamente se considerou em 1983, em conjuntura diferente, que a não ocupação era a solução melhor».

Refere ainda a FSMMP, sobre este assunto, que a mesma ocupação dos lugares da CGTP-IN no CPCS «não pode alterar a justa posição que a CGTP-IN tem no que respeita à natureza e ao papel do Conselho da Concertação. Igualmente não altera, nem alterará, os princípios (unitários, democráticos, independentes, de massas e de classe)», segundo os quais «orienta e desenvolve a sua acção», refere ainda o mesmo editorial do órgão informativo da FSMMP, referindo-se à Central unitária dos trabalhadores.

**CGTP: Plenário hoje** — Hoje, dia 29, com início às 9 e 30, no Teatro Villaret, em Lisboa, reúne-se o Plenário Nacional de todos os sindicatos. Aberto, como habitualmente às organizações não filiadas na Inter, o Plenário foi anunciado na quinta-feira passada, juntamente com a reunião, marcada para o dia anterior, 28, ontem, do Conselho Nacional, que deve ter-se efectuado, segundo o Departamento de Informação da Central, para «preparar este Plenário», no qual, de acordo com a mesma fonte, vai ser discutida «a situação político-sindical, a política reivindicativa, questões de organização sindical», bem como «o exercício do direito de participação», tanto no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social), como em «outros órgãos e organismos», acrescenta o comunicado emitido há uma semana pelo Departamento de Informação da CGTP.

**Professores e CES** — Um comunicado da passada quinta-feira, assinado por Manuela Esteves, em nome da Federação Nacional dos Professores (FEN-

PROF), assinala que esta Federação fará parte da delegação europeia à «próxima Conferência do Comité Sindical Europeu de Ensino, estrutura da Conferência Europeia de Sindicatos (CES), que se reunirá no Luxemburgo no próximo mês de Novembro». Vasco Graça, dirigente da FENPROF, é que integrará aquela delegação, de acordo com o que foi aprovado na conferência europeia anual da Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente (CMOPE), efectuada em Turku, na Finlândia, entre 16 e 20 do corrente, e na qual a FENPROF esteve representada pelo seu secretário-geral, António Teodoro, e por Manuela Esteves, membro do secretariado nacional da Federação, e que nessa qualidade esteve também na referida conferência que, em 1989, se realizará na Região Autónoma da Madeira, por proposta apresentada pela FENPROF e aprovada por aquela Conferência Europeia da CMOPE.

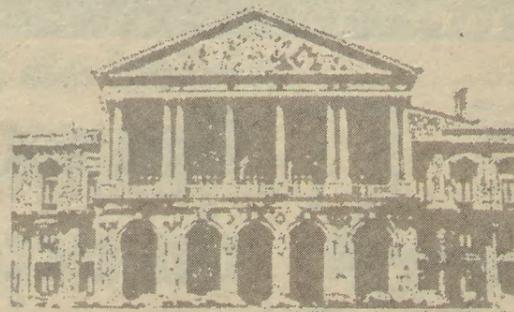
**Função Pública** — O secretariado da frente comum da função pública manifestou «grande apreensão» por o Governo ter cancelado a reunião negociada marcada para segunda-feira, considerando tal acto «no mínimo inoportuno» e afirmando que ele «vem dificultar o processo negocial». Os representantes governamentais tinham assumido o compromisso de apresentar nesta reunião a sua proposta concreta de aumentos salariais para 1988.

Reafirmando a sua «total disponibilidade para concluir com o Governo um acordo que sirva os interesses dos trabalhadores», o secretariado sublinha que, no entanto, «não acatará que, a pretexto de uma hipotética urgência em apresentar o Orçamento de Estado, o Governo venha a adular as etapas necessárias à negociação e a optar novamente, como em anos anteriores, por uma imposição salarial».

Aquele organismo decidiu manter para dia 28 (ontem) a convocação de um plenário nacional de dirigentes dos sindicatos (aberto a delegados sindicais) com o objectivo de «apreciar a actual situação do processo em curso e perspectivar acções concretas decorrentes das futuras posições governamentais».

Assembleia da República

# Revisão Constitucional PCP defende debate público e aberto



«A revisão constitucional que está a ser preparada por alguns não visa — nem sequer na sua aparência — aperfeiçoar a Lei Fundamental. É apenas um meio para subverter a Constituição e criar condições que provoquem uma verdadeira ruptura constitucional». A afirmação é do líder parlamentar comunista e foi proferida em recente conferência de imprensa destinada a dar a conhecer as iniciativas do Grupo Parlamentar do PCP no início da presente Legislatura. Em foco, no decorrer do encontro com os jornalistas, estiveram também as anomalias detectadas no Orçamento do Estado do ano em curso, o incumprimento dos prazos para a apresentação de um novo Orçamento para 1988 e as alterações ao Regimento e à Lei Orgânica da Assembleia da República.

Tema forte a dominar as atenções gerais, a revisão constitucional seria naturalmente objecto de grande

parte das questões colocadas pelos jornalistas, considerando-a o camarada Carlos Brito como «a mais res-

ponsável e complexa tarefa» do momento. Acentuando o carácter da sua importância, afirmou que se trata de uma «questão que interessa a todo o povo português» pelo que, disse, os trabalhos da comissão que vier a ter a cargo o processo de revisão deverão ser abertos à comunicação social, de molde a possibilitar um debate «público, aberto e participado».

Comentando o projecto de revisão constitucional do CDS — o único conhecido até ao momento — José Magalhães classificou-o de «constituída e suicida» na medida em que, explicou, ao advogar a abolição dos direitos da oposição e a diminuição do número de deputa-

dos, entre outros preceitos, tal conduziria à sua própria «erradicação». Aquele constitucionalista lembrou ainda que este projecto obedece a «uma lógica de classe» e funciona como «uma espécie de lebre da revisão constitucional».

Os projectos do PSD relativos à Lei Orgânica e ao Regimento da Assembleia — instrumentos fundamentais para o exercício das competências deste órgão de soberania — mereceram por seu turno uma detalhada referência de Carlos Brito que não escondeu a preocupação do Partido pelo que considerou a diminuição dos direitos dos partidos da oposição, as tentativas de monopartidarização da Assembleia e a me-

norização do seu papel e da sua capacidade de intervenção e, por último, a «rejeição de mecanismos que permitam a aproximação entre a Assembleia da República e os cidadãos».

Enumerando algumas das consequências que advirão para o normal funcionamento da Assembleia caso façam vencimento as pretensões do partido do Governo, citou como exemplos a diminuição do apoio aos deputados e aos grupos parlamentares, a extinção dos agrupamentos parlamentares, a redução do direito da oposição quanto às marcações de ordens do dia, ao uso da palavra, às perguntas ao Governo e a outros instrumentos de fiscalização da acção governativa.

Para além da posição do PCP face às anomalias existentes no tocante ao Orçamento de Estado (ver caixa) no decorrer da conferência de imprensa foram ainda dadas a conhecer algumas das iniciativas apresentadas pela bancada comunista neste início de Legislatura.

Sector Empresarial do Estado, Regionalização, Apoio Social Escolar, Livro escolar, «Administração Aberta», Estabelecimento de estrangeiros na Agricultura, Segurança social e descentralização, foram assim algumas das áreas que mereceram a atenção dos deputados comunistas, e em relação às quais existem já projectos de lei ou propostas de constituição de comissões eventuais.

## Buraco no Orçamento

Desrespeitando os prazos legais e sem que até ao momento fosse apresentada qualquer justificação, o Governo não apresentou à Assembleia da República o Orçamento de Estado para 1988 nem as Grandes Opções do Plano anuais e de médio prazo. Classificada pelo Grupo Parlamentar do PCP como «inaceitável», esta postura do Governo veio a lume no decorrer da conferência de imprensa, tendo Carlos Brito considerado não existir qualquer base do ponto de vista legal ou político que a justifique.

Nem sequer a invocação adiantada por alguns responsáveis do PSD com base no Artigo 15.º, n.º 5 da Lei de Enquadramento tem na opinião dos comunistas qualquer fundamento legal já que se trata, segundo foi dito, de

um «dispositivo excepcional» que não é aplicável na presente situação. Do ponto de vista político também não é aceitável a situação actual na medida em que «não se registou qualquer descontinuidade governamental em sentido material. Houve sim — diz o PCP — uma sucessão de governo da mesma matriz partidária».

José Magalhães chamou ainda a atenção dos jornalistas para um outro facto no comportamento do Governo susceptível de justificar «apreensão» e que se relaciona com a «derrapagem da execução orçamental que se regista no âmbito da cobrança de receitas fiscais em geral e do imposto sobre o Valor Acrescentado, em especial».

Os valores oficiais já publicados relativos ao 1.º semes-

tre de 1987, indiciam com efeito a existência de um buraco orçamental de algumas dezenas de milhões de contos, facto que exigiria um «orçamento suplementar» para o ano em curso.

Acontece porém que o Governo não só mantém sobre o assunto um «inusitado silêncio» como, entretanto, vai tomando medidas avulsas e expedientes que tudo indica, conforme lembrou José Magalhães, se destinam a tentar tapar o «buraco orçamental». Nesse sentido vai, por exemplo, o aumento da tributação dos combustíveis e do tabaco ou o anunciado acumular de dívidas a empresas de construção bem como a baixa execução orçamental do Plano de Investimentos do Estado.



No encontro com os jornalistas, a Direcção do Grupo Parlamentar do PCP, constituída pelas camaradas Carlos Brito, Jerónimo de Sousa, Álvaro Brasileiro, António Mota, João Amaral, José Magalhães e Ilda Figueiredo

## Camaradas Falecidos

### Joaquim Anastácio

Pequeno agricultor, de 64 anos, faleceu o nosso camarada Joaquim Anastácio, militante na organização do Pombalinho, no concelho de Santarém. Foi vitimado por um acidente de trabalho numa seara. Era o actual presidente da Casa do Povo daquela localidade.

### Manuel Fragoso

Residente em Santarém, faleceu Manuel Fragoso, de 72 anos, reformado, militante do Partido Comunista Português desde 1984.

### Lúis Baptista

Funcionário municipal, faleceu com 37 anos o camarada Luís Fernando Baptista. Foi membro da Comissão de Freguesia do Castelo (Sesimbra) do PCP, da direcção do STAL e dos corpos gerentes da Cooperativa de Habitação Zambujalense.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do nosso jornal dirige sentidas condolências.

Proletários de todos os países UNI-VOS!

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A unidade é indispensável para a defesa da democracia  
Dedicar maiores esforços ao enquadramento dos membros do Partido  
A importância actual da acção reivindicativa  
As Comissões de Moradores no concelho da Marinha Grande  
Notas sobre a guerra das «reprivatizações»

Notícias e Comentários  
Manipulação ideológica  
Processos  
O moderno e a adaptação  
Os mentirosos e os salários em atraso  
Mais mentiras... sem vergonha  
A nacionalização da Siderurgia Nacional em questão  
Tomemos nas nossas mãos as conclusões da Conferência sobre a Emancipação da Mulher  
Ainda sobre as eleições para o PE  
Sobre a «livre empresa»

**A unidade é indispensável para a defesa da democracia**

**Dedicar novos esforços ao enquadramento dos membros do Partido**

**A importância actual da acção reivindicativa**



edições  
**Avante!**  
Recomendam

## VIII SONETOS

Ary dos Santos



PCP

## Hospital do Montijo Um debate oportuno

A Comissão Concelhia do Montijo do PCP anuncia para amanhã (sexta-feira), a partir das 21 horas, no salão nobre da Câmara Municipal, a realização de um debate público sobre o Hospital Distrital daquela localidade, um dos 23 estabelecimentos hospitalares ameaçados pela ministra Beza. Participam na iniciativa os médicos **Mário Jorge**, sindicalista, e **João Camilo**, do Sector da Saúde do PCP. A nível do concelho do Montijo, o debate marca o lançamento do trabalho preparatório do 2.º Encontro Nacional do Partido sobre a Saúde, a realizar em 6 de Fevereiro de 1988.

Em contacto com a nossa redacção, a Comissão Concelhia do PCP salienta:

*São conhecidos os efeitos da Portaria Governamental 749/87, assinada pelo punho de Leonor Beza em 1 de Setembro passado: encerrar*

*vários serviços em 23 hospitais — mais uma machadada na saúde de centenas de milhares de portugueses.*

*Entre eles, encontra-se o Hospital Distrital do Montijo, que se verá afectado nos serviços de Ortopedia, Oftalmologia, Cardiologia, Ginecologia, Fisioterapia e Urologia.*

*A medida de Leonor Beza aponta para a prestação dos cuidados dessas áreas no Hospital do Barreiro, e ela própria, em declarações a um jornal local, teve o desprazo de afirmar que a «melhoria» destas prestações compensa grandemente os transtornos dos transportes do Montijo para o Barreiro. A opinião pública montijense revolta-se contra este estado de coisas, perguntando se Leonor Beza sabe o que representa para uma família média portuguesa perder 500 escudos numa ida e volta entre aquelas duas cidades e o que pressupõe perder um*

*dia de trabalho ou de aulas...*

*No plano estritamente institucional, verificou-se que o Governo despachou sem minimamente consultar as partes interessadas e entre elas a própria administração do hospital local. Mais grave, porém, é o facto de tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal do Montijo não tomarem uma posição firme contra esta ofensiva, lesiva dos mais elementares interesses dos cidadãos. Tal se explica por nelas dominar a coligação PS/PSD.*

*Já em 10 de Maio, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo do Partido, aprovou uma moção de repúdio pelo anúncio destas medidas. Coube agora à Comissão Concelhia levar a cabo um debate público, promovido pelos comunistas eleitos no executivo municipal.*

## Aveiro

### Visita a Lourosa e Sanguedo

Numa iniciativa da Comissão Concelhia da Feira do PCP, uma delegação constituída por membros daquela organização e da Comissão Distrital de Aveiro do PCP, por eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Feira e pelo deputado António Mota, em representação do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República, visitou recentemente as zonas de Lourosa e Sanguedo

afectadas pelo tornado que assolou aquelas regiões.

Numa nota dirigida aos órgãos de Informação, a Comissão Concelhia da Feira declara que aquela delegação constatou no local avultados prejuízos em habitações e em cerca de duas dezenas de fábricas, onde, no geral, a parte ligada à produção, máquinas e equipamentos não foi danificada. Na mesma nota afirma-se

serem infundadas e injustificadas as ameaças lançadas pela Associação Patronal da Indústria da Cortiça sobre a manutenção de 3000 postos de trabalho de operários corticeiros. Todas as empresas estão em plena laboração, havendo trabalhadores ocupados em obras de recuperação, enquanto outros se mantêm na produção, implicando isto a ocupação total dos trabalhadores.

## Deputado comunista na Figueira da Foz

Segundo uma nota divulgada pela Comissão Concelhia da Figueira da Foz, o deputado do PCP eleito por Coimbra, camarada Linhares de Castro, visitou aquele concelho no último fim-de-semana, para se inteirar de alguns problemas da zona.

Nos encontros com os pescadores foram abordadas as questões relativas às restrições à pesca da sardinha impostas pela CEE e à pesca artesanal, assim como as malhagens e licenças de pesca, a mudança da lota e do cais de atracagem e ainda a falta de informação do Governo quanto aos alegados 350 mil contos para apoio a este tipo de pesca.

Na reunião com a União dos Sindicatos da Figueira da Foz, discutiram-se, entre outros, os problemas do desemprego, o aumento da repres-

são patronal e da sobre-exploração dos trabalhadores das Têxteis Sidney, Tiffany e Scotwool, o trabalho precário e o desemprego na construção civil e a inoperância da Inspeção do Trabalho.

No encontro com a Comunicação Social, Linhares de Castro alertou para as previsíveis consequências negativas para a Imprensa Regional resultantes da autorização legislativa, requerida pelo Governo à Assembleia da República, para a promulgação do estatuto da Imprensa Regional. Foi reafirmada a disposição do PCP em defender uma lei justa para os rádios locais.

Na visita à Cooperativa Agrícola, o camarada foi informado dos prejuízos causados pelos recentes temporais no arroz e no milho, e das justas reclamações dos agricultores feitas ao Governo para lhes serem concedidas indemnizações e financiamentos especiais.

Na Leirosa o deputado do

PCP viu um dos maiores crimes ecológicos da região, o rio de detritos poluentes que a Soporcel e a Celbi derramam directamente no mar. Passa-se isto numa zona de turismo.

Em Vila Verde, com a Junta de Freguesia e a população, Linhares de Castro inteirou-se dos seus maiores problemas: a falta de saneamento básico, o péssimo estado das estradas e a indefinição da urbanização da Quinta das Recolhidas. Avistou-se também com elementos das direcções do Grupo Recreativo Vilaverdense e da Sociedade de Instrução e Recreio de Lares, onde pôde apreciar o trabalho desenvolvido por aquelas associações, com grandes dificuldades devido à falta de apoios oficiais.

O camarada deixou bem expresso o compromisso do Grupo Parlamentar do PCP para ajudar na resolução das questões detectadas.

Juventude

## Encontro da Juventude CDU

### «Vamos continuar juntos»

Aguardado com especial interesse por muitos jovens que se encontraram dando o seu contributo participativo e o seu entusiasmo à campanha CDU por todo o País, está aí mais uma iniciativa da Juventude CDU. Tendo por lema «**vamos continuar juntos**», esta iniciativa realiza-se no próximo dia 15 de Novembro em Lisboa e terá por palco o relvado da Cidade Universitária e as salas 3 e 5.1 da Faculdade de Letras.

toda a manhã e tarde e abrirá com a partida para uma prova de atletismo. Ainda durante a manhã haverá animação desportiva nas modalidades de futebol, «basket» e xadrez.

No Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras será levada a

A Juventude CDU é um conjunto de jovens que se encontraram na campanha eleitoral para as eleições de 19 de Julho e realizaram várias iniciativas de âmbito eleitoral. Foi logo aí que combinaram entre si não se separarem. Continuaram juntos em iniciativas realizadas depois da campanha com a mesma energia e vontade de então. Realizaram um passeio às ilhas Berlengas e, mais recentemente, acamparam durante um fim-de-semana no Cabeço de Montachique, onde o convívio entre jovens com maneiras diferentes de estar e de ser foi fraterno.

O que vai ser o Encontro da Juventude CDU?

Como nos disse António Filipe, do Secretariado e do Executivo da DN da JCP e que foi candidato da CDU pelo círculo de Lisboa, «um dos objectivos deste encontro é discutir com todos os jovens que lá estiverem, tal como aconteceu na campanha eleitoral, o que mais vamos fazer». Para tal servirão os debates que se irão realizar dentro do próprio Encontro.

Para além dos debates, neste domingo, dia 15, muitas mais iniciativas haverá para a realização das quais os jovens da CDU trabalharam com empenho. O relvado da Cidade Universitária habituado já a gente jovem



*Juventude CDU é a alegria de estar e continuar juntos, é o ponto de encontro de jovens interessados em iniciativas do agrado de todos, sorrindo ao futuro*

que estuda, conhecerá múltiplas actividades culturais, recreativas e desportivas. O Encontro prolongar-se-á por

efeito uma sessão de vídeo na qual serão mostrados telediscos e um filme. O vídeo estará presente ainda durante o almoço/piquenique.

À tarde, e ao mesmo tempo que nas várias salas se debaterão questões de juventude, no circo haverá um convívio musical com Grupos de várias regiões, um vídeo gigante e Discoteca.

## Corrida «Juventude CDU»

No âmbito do Encontro Juventude CDU haverá uma prova de atletismo em estrada com partida às 10.30 horas da Alameda da Universidade e chegada ao mesmo local por volta das 11.45.

Nesta prova em masculinos podem participar nas várias categorias jovens nascidos entre 1959 e 1974 e, em femininos, jovens nascidas entre 1974 e 1971, em 1970 e antes.

O percurso tem a extensão de 6,5 km e abrange algumas das ruas da cidade de Lisboa. Haverá prémios por escalões para os 10 primeiros classificados e para as primeiras cinco equipas, contando para a classificação os 3 primeiros atletas de cada equipa. Serão distribuídas

lembranças a todos os participantes.

Os interessados poderão inscrever-se até ao dia 14 de Novembro na Rua Sousa Martins, n.º 8 - 1000 Lisboa ou ainda pelos telefones 55 73 49 / 55 73 64/53 02 64. Poderão no entanto, inscrever-se no dia da prova, até 30 minutos antes da partida, na Cidade Universitária.

**CORRIDA**  
Juventude CDU



15 NOV. 87 - 10,30h.

6,5Km.

Nacional

# Transformar vontade de Paz em acção política

Importantes Assembleias de Paz vão realizar-se este fim-de-semana em Lisboa. Ao longo de toda a semana do desarmamento, tiveram lugar as mais diversas iniciativas, um pouco por todo o país. Por vezes mesmo as mais importantes até ao momento concretizadas nesta ou naquela localidade. Lisboa e Alcochete integraram-se na simbólica «Onda da Paz» que percorreu mundo dia 24, numa manifestação internacional pelo fim das armas nucleares.

Vivemos portanto um grande esforço do movimento da paz em Portugal para mobilizar as mais amplas camadas da população do nosso país — pois como justamente se sublinha, a conquista da paz diz respeito a todos e a cada um de nós. Um grande esforço no sentido de transformar sentimentos de paz e solidariedade em acção, num factor de intervenção política nacional.

Há neste esforço razões que dizem respeito a todos os povos do mundo e que assumem crescente urgência e impõem mesmo o reforço da acção, para que um primeiro passo esboçado — o acordo de princípio, entre a União Soviética e os Estados Unidos, para a eliminação dos mísseis nucleares de curto e médio alcance dos dois países na Europa — seja o encetar de um processo indispensável de real desarmamento.

E há também razões que nos são próprias. Razões com um âmbito nacional.

Na nota de abertura do último número de «Notícias da Paz», do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), justamente se sublinha — «É hoje evidente que as questões da guerra e da paz, na nossa era nuclear, dizem respeito a cada habitante do planeta, independentemente do país, região ou sistema social em que está inserido.

«Mas acrescem a esta razão de ordem geral, outras particulares que convém sublinhar neste momento.

«O surto de teorizadores sobre a “nova dimensão geo-estratégica” do nosso país dificilmente esconde propósitos de maior envolvimento do nosso país numa nova etapa armamentista com que se pretende “colmatar” a eliminação dos euromísseis: alargamento da base de Beja (para receber os bombardeiros com capacidade nuclear F-16 ou para novas missões ao serviço da Força Aérea Alemã), estação de rastreio de Almodôvar, nova base da NATO em Porto Santo, manutenção ou ampliação das funções da Base das Lajes.

«Por maior que seja a cosmética, hoje não é mais possível iludir a questão central: ou se é a favor ou se é contra o processo de desarmamento. E Portugal (os responsáveis da política governamental portuguesa) ainda não deu um único sinal positivo e independente a favor deste processo...».



## Luta pela Paz em Lisboa

Este fim-de-semana a Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa vai ser ponto de confluência de muitos dos que em Portugal estão empenhados na luta pela Paz. Nas suas instalações vão-se suceder duas importantes Assembleias, aliás estreitamente articuladas entre si: a Assembleia de e para o Movimento da Paz e a IX Assembleia da Paz do CPPC.

A Assembleia de e para o Movimento da Paz — que conta com um número significativo de apoios e se insere num amplo trabalho de desenvolvimento da cooperação entre todos os que apostam na construção de um movimento nacional de opinião pela Paz — inicia-se com uma sessão inaugural, dedicada à semana de desarmamento das Nações Unidas, a realizar sexta-feira a partir das 21 horas, e em que usarão da palavra, marechal Costa Gomes, dr. Hernan Escudero, embaixador das Nações Unidas, escritora

Natália Correia, eng. Aquilino Ribeiro Machado, escritor urbano Tavares Rodrigues, Maria João Martins, dirigente da Juventude Operária Católica (JOC).

Os trabalhos prosseguirão durante o dia 31, sábado, em três sessões subordinadas aos temas:

— O movimento e a luta pela Paz em Portugal, a conjuntura internacional e a acção pelo desarmamento e desanuviamento, a segurança e a cooperação;

— O movimento e a solidariedade com os povos em luta pela emancipação; os focos de tensão; paz e desenvolvimento.

— A construção de um movimento nacional pela Paz e a soberania de Portugal; objectivos e linhas comuns de acção.

Nesta Assembleia, aberta a todos, usarão da palavra, o brigadeiro Pezarat Correia, dr. Silas Cerqueira, padre Vilas Boas, Isaura Vieira, dr. Luís Moita, dr. Rui Grácio,

Paulo Areosa Feio, José Luís Judas, Blasco Hugo Fernandes e Carlos Candal.

Domingo, dia 1 de Novembro, realiza-se a IX Assembleia da Paz do CPPC, igualmente aberta a todos, e de que é tema central — o CPPC e o movimento da Paz em Portugal.

Nesta reunião deverão ser debatidos os relatórios de actividades e propostas e aprovado o programa de acção do CPPC.

### Duas Assembleias

A realização destas duas Assembleias culmina um grande trabalho que se vem a desenvolver desde os primeiros meses deste ano. Como surgiu este projecto? Como se articula a realização praticamente simultânea de duas grandes reuniões com objectivos afins? Qual o objectivo central desta iniciativa?

Reportamo-nos aqui a um artigo de Silas Cerqueira no

«Notícias da Paz» de Outubro.

«Na origem deste projecto — sublinha o dirigente do CPPC — esteve uma proposta e convite do CPPC, pondo à sua estatutária IX Assembleia da Paz, à disposição de todas as associações cívicas e individualidades interessadas, para em conjunto ser transformada, na sua parte central, em Assembleia de e para o Movimento da Paz em Portugal.»

Este o ponto de partida. O caminho que se lhe seguiu

não foi fácil, mas sem dúvida o próprio debate assim activado assume em si particular importância para a acção comum de todos.

Do debate resultou a decisão de realização de duas Assembleias.

Que complementaridades e diferenças entre elas?

Silas Cerqueira responde a tal questão — «A primeira, a Assembleia de e para o Movimento, consistirá, sobretudo, num amplo balanço de acção e debate sobre a nova conjuntura internacio-

nal e uma nova fase da luta pela Paz». Na IX Assembleia da Paz do CPPC trata-se de prosseguir o debate, mas já como «debate de organização, igualmente aberto a todos».

O objectivo — é também o que se coloca ao movimento da Paz por todo o mundo. Pormo-nos «à altura das novas exigências e exaltantes perspectivas de uma situação internacional em rápida e contraditória evolução, na qual as forças da Paz marcam pontos

## Que se pretende?

- Transformar esta cadeia humana de vontades, numa manifestação internacional em favor da eliminação de todas as armas nucleares, pela Paz e a Segurança Mundial no dia em que se inicia a Assembleia das Nações Unidas sobre o Desarmamento.
- Este Objectivo é justo e possível!

- Provam-no o recente anunciado acordo entre a URSS e os EUA para a eliminação dos seus mísseis nucleares de médio e curto alcance, em solo europeu, reivindicação dos movimentos de Paz europeus desde 1983!

(do folheto distribuído dia 24 na Rua Augusta, em Lisboa)

## Onda da Paz passa em Portugal

Dia 24, meio-dia, as acções da «onda da paz» acabaram de se iniciar. Tocam os sinos das igrejas e dos templos japoneses. Centenas de milhar de balões são lançados de Hiroshima e Nagasaki. Activistas de todas as organizações de paz iniciam uma recolha de assinaturas por todo o mundo pela eliminação das armas nucleares da face da Terra — objectivo: um bilião de assinaturas.

A «onda da paz» inicia a sua volta à Terra. Respondendo ao Apelo de Hiroshima e Nagasaki, do Comité Japonês da Paz, a «onda» estende-se pela Nova Zelândia, Austrália, ilhas Fidji, e avança pela Europa — Finlândia, Áustria, Hungria, URSS, RFA, Suíça, Grécia (para referirmos apenas um

pequeno punhado de exemplos).

Em Portugal, a «onda da paz» teve também a sua expressão.

Em Lisboa, com acções de esclarecimento e sensibilização realizadas dia 24 na Rua Augusta, e que incluíram: distribuição de um folheto explicativo; «dramatização», por grupos de jovens, do conteúdo da ameaça nuclear; um estúdio móvel, divulgando textos da ONU, música e poemas, depoimentos e entrevistas.

A «onda da paz» percorreu um pouco por toda a parte o distrito de Setúbal, revestindo-se de variadíssimas formas, desde Alcochete, Baixa da Banheira e Barreiro até Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines.

## Iniciativas em todo o País

As Assembleias da Paz a realizar em Lisboa este fim-de-semana, para além do impulso que sem dúvida representarão para o movimento da Paz em Portugal, são o ponto culminante das acções desenvolvidas no nosso país no quadro da Semana do Desarmamento da ONU.

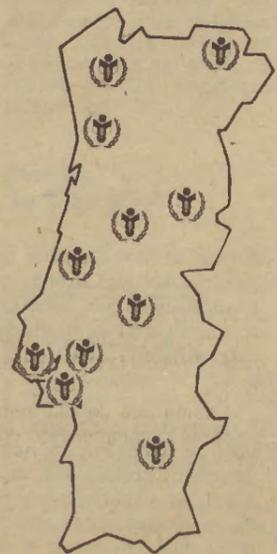
Mas este movimento de forma alguma se cinge a Lisboa. Como acções preparatórias da Assembleia e/ou inserindo-se no vasto movimento mundial da Semana do Desarmamento — realizaram-se por todo o País as mais diversas iniciativas, de sessões públicas a assembleias, de largadas de bombas a tomadas de posição colectivas.

Desta multiplicidade e amplitude de acções, reproduzimos um sucinto — e necessariamente incompleto — quadro informativo.

Sesimbra, 17 de Outubro — Assembleia Distrital dedi-

cada à Semana do Desarmamento da ONU.

Porto, 23 de Outubro — Sessão pública pela Paz e o



Desarmamento, realizada na Associação dos Jornalistas e

Homens de Letras, com a participação de Silas Cerqueira.

Coimbra, 23 de Outubro — Encontro da Paz.

Braga, 24 de Outubro — Assembleia da Paz do Minho.

Leiria, 24 de Outubro — Assembleia da Paz do Distrito de Leiria.

Marinha Grande, 24 de Outubro — Colóquio.

Covilhã, 24 de Outubro — Sessão pública no Cine-Teatro.

Seixal, 24 de Outubro — Colóquios no Sport Clube Torreense.

Lisboa, 24 de Outubro — «Onda da Paz» assinalada na Rua Augusta.

Alcochete, 24 de Outubro — Sessão pública promovida pela Assembleia Municipal, subordinada ao tema: Alargamento do Campo de Tiro de Alcochete.

Bragança, 25 de Outubro — Assembleia da Paz de

Trás-os-Montes e Alto Minho.

Santarém, 25 de Outubro — 1.ª Assembleia da Paz do Ribatejo.

Seixal, 24-25 de Outubro — Colóquios sobre Paz, Desarmamento e Solidariedade, com representantes da OLP e MPLA.

Lisboa, 26 de Outubro — Convívio organizado pela associação de Amizade Portugal-Angola.

Barreiro, 27 de Outubro — Sessão pela Paz no Médio Oriente e de solidariedade com o povo palestino.

Montijo, 28 de Outubro — Sessão pela Paz e Desarmamento no Pacífico, de solidariedade com o povo de Timor.

Vila Franca de Xira, 28 de Outubro — Sessão conjuntamente promovida pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Comissão pela Paz e pela Vida.

Beja, 14 de Novembro — Assembleia da Paz de Beja.

## Poder Local

### Teatro no Seixal

A Câmara Municipal do Seixal comemora o seu 151.º Aniversário do Concelho no próximo dia 6 de Novembro. De entre as várias realizações que o Município levará a efeito destaca-se o IV Encontro de Teatro Concelho, a decorrer de 20 a 29 de Novembro de 1987 e que conta, desde já, com a participação de alguns profissionais importantes nesta área e de grupos de teatro local actualmente em actividade.

O Poder Local Democrático demonstra assim que está empenhado na descentralização cultural no nosso país. Desta vez trata-se de descentralizar o teatro, fomentar o desenvolvimento dos grupos amadores locais que têm manifestado um maior dinamismo, apoiar o teatro escolar e a expressão dramática nas escolas e, finalmente, despertar a sensibilidade da população levando as pessoas a participar nos espectáculos teatrais do concelho. A importância desta iniciativa é levar as populações a gostarem de teatro e incentivar as crianças a «praticá-lo».

O actor Mário Viegas fará a abertura do IV Encontro de Teatro Concelho com um espectáculo de Prosa e Poesia no dia 20 de Novembro. No decorrer do Encontro estarão presentes os grupos «O Bando» (teatro infantil), Teatro Encontro do Seixal, Grupo Amador do Centro Cultural e Desportivo das Paivas, Alunos da Escola Secundária do Seixal «Os Arlequins», Teatro de Animação de Setúbal, Centro Cultural de Évora, o Grupo de Campolide e ainda o trio teatral Fernando Gomes, Maria Vieira e Adriano Luz.

### Vila Real de Santo António eleva-se a cidade

Em nota, a Comissão Concelhia de Vila Real de Santo António do Partido Comunista Português saudou o trabalho dos camaradas do Grupo Parlamentar que permitiu a apresentação do projecto para a elevação de Vila Real de Santo António à categoria de cidade, na actual legislatura.

Com efeito, e atendendo a um anseio antigo e profundo da população daquela vila e dos seus órgãos autárquicos, o deputado Carlos Brito, eleito pelo Algarve e presidente do Grupo Parlamentar do PCP, apresentou na Assembleia da República um Projecto de Lei para a elevação da vila à categoria de cidade.

Esta iniciativa do PCP foi tomada precisamente no dia da abertura dos trabalhos parlamentares da V Legislatura de Assembleia da República em virtude só lhe

competir a ela decidir sobre a criação de novas cidades.

A criação da cidade é um assunto muito caro a Vila Real de Santo António e representará o início de uma nova fase do seu crescimento urbano, reforçará a sua já grande influência no sotavento do Algarve e o adquirir de uma igual dignidade face à cidade espanhola de Ayamonte, com a qual se geminou quando era presidente da Câmara Municipal o camarada Alfredo Graça.

### «La Batalla» no Barreiro

Decorre até final do mês de Outubro o programa «Barreiro – a cidade e a música», uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal do Barreiro e das Juntas de Freguesia do concelho que permite a descentralização de actividades em todo o concelho.

O Grupo de Música Antiga – «La Batalla» actuou no dia 24, sábado, na Igreja de N. Sra. do Rosário.

O grupo é formado por músicos vindos de várias áreas musicais e faz a síntese dos conhecimentos de musicologia actual com a vivência de práticas de tradição oral mediterrânica, utilizando réplicas de instrumentos musicais originais ou instrumentos baseados na iconografia medieval.

Nesta fase foi escolhido um reportório poético-musical dos trovadores, com especial relevo para as cantigas d'amigo galaico-portuguesas e as cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio avô de D. Dinis.

«La Batalla» tem como preocupação fundamental a realização de espectáculos ao vivo do tipo «festa» e o seu mérito é já reconhecido nacional e internacionalmente.

### Animação Cultural em Grândola e Nisa

Estão a decorrer as comemorações do dia do concelho na Vila Morena do Alentejo, durante todo o mês de Outubro.

A Câmara Municipal de Grândola elaborou um vasto programa com diversas realizações em todo o concelho, onde estão incluídos acontecimentos desportivos, mostras de filmes, concertos, actuações de ranchos folclóricos, bailes. Das iniciativas dedicadas às crianças destaca-se o cinema infantil levado às escolas primárias e aos centros culturais.

No dia 31 o programa encerra com o encontro de jovens e o concerto do grupo Mler Ife Dada.

Também em Nisa os serviços socioculturais da Câmara

Municipal estão a organizar actividades no âmbito da animação cultural.

Assim, dia 24 efectua-se um concerto pelo Coral Misto do Orfeão de Abrantes e nos dias 27 e 28 o Teatro de Portalegre representa em Tolosa, Alpalhão e Nisa, a peça «Ele», de Sérgio Godinho, para os mais novos. Também destinado às crianças do concelho, terá lugar em Nisa, no dia 8 de Novembro, um espectáculo da Companhia de Marionetas de Lisboa com as peças «Auto da Barca do Inferno» e «O Romance da Raposa».

### Vila Franca de Xira: I Jornadas de Desenvolvimento

A população do Forte da Casa teve, no passado dia 23, oportunidade de expressar os seus desejos em termos de futuro durante mais uma reunião preparatória das «I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho» de Vila Franca de Xira.

Os vereadores José António, Carmo, Artur Bértolo e Carlos Félix presidiram à sessão, que foi destinada a debater questões ligadas ao ensino, cultura, desporto e demografia, as quais serão depois apresentadas e discutidas.

Esta foi a décima terceira reunião preparatória das «Jornadas» que, dado o alto nível de participação das populações locais, têm sido bastante frutuosas.

As «I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho» decorrerão durante os dias 13, 14 e 15 de Novembro sob o lema «Gerir o Município com a Participação da População» e têm sido objecto de várias reuniões preparatórias com os habitantes. Em seguimento disto, a Câmara Municipal quer dar também essa oportunidade a todos os seus funcionários e trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Águas e de Saneamento, os quais foram convocados para uma reunião no dia 26 de Outubro no Cine-Teatro de Vila Franca de Xira, para apresentação e discussão dos temas das «Jornadas».

Além da iniciativa acima citada, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira promoveu no passado domingo, dia 25, mais uma visita integrada no programa «A passear também se aprende», desta vez à Quinta Municipal de Subserra.

O Dr. Vítor Vladimiro, que acompanhou a visita, fez uma palestra sobre o tema «Liberalismo em Portugal», já que esta zona foi testemunha das suas lutas.

A visita a esta quinta (conhecida pela sua azulejaria), terminou com uma prova dos vinhos nela produzidos e que são muito apreciados na região.

## Terra

# Prejuízos no Baixo Mondego

Os graves prejuízos existentes nas colheitas de arroz na região do Baixo-Mondego devido às más condições climáticas foram objecto de análise de uma recente reunião de agricultores em Montemor-o-Velho promovida por iniciativa da respectiva Federação das Uniões e Ligas.

A falta de escoamento das águas pelas valas que se encontram em grande estado de sujidade é apontada como a principal causa para esta situação, lamentando os agricultores que os seus

alertas e pedidos atempadamente feitos aos Serviços da Hidráulica do Mondego para a respectiva limpeza tenham caído em saco roto.

Quanto ao milho, refere o comunicado chegado à nossa redacção, a sua colheita tem sido efectuada na sua maioria com água pela cintura, estando grande parte ainda por colher, situação que deverá provocar prejuízos ainda maiores do que no arroz.

A par do pagamento de justas indemnizações para

estes consideráveis prejuízos, os agricultores reclamam também o arranjo dos caminhos de acesso aos campos, na sua maioria em completo estado de degradação.

No decorrer da reunião, os presentes verificaram um atraso de quatro a cinco quinzenas nos pagamentos do leite ao produtor, salientando ainda que os créditos da CEE pelos seus juros altíssimos apenas são acessíveis aos grandes agricultores.

# Mais de 300 viaturas Produtores de tomate protestaram em Vila Franca

Os produtores de tomate da região de Vila Franca de Xira organizaram na passada segunda-feira uma marcha com cerca de 300 viaturas com destino à cidade, onde depois se mantiveram durante toda a tarde, exigindo serem recebidos pelo secretário de Estado da Alimentação.

A Câmara Municipal de

Vila Franca de Xira esteve presente na concentração e solicitou ao secretário de Estado da Alimentação a resolução urgente dos problemas apresentados pelos agricultores, principalmente o pagamento dos fretes do transporte de tomate pelas Unidades Industriais de Transformação. A Câmara também solicitou que os representan-

tes dos produtores de tomate sejam recebidos com a maior brevidade possível.

Igualmente foi pedida a intervenção do secretário de Estado da Alimentação e do presidente do IROMA, assim como o empenhamento das câmaras da região, para se conseguirem resolver os problemas que afectam os produtores de tomate.

## PCP

# Delegação do PCP na Hungria

A convite do Partido Operário Socialista Húngaro, visitou a Hungria, de 17 a 23 de Outubro, uma delegação de trabalho do Partido Comunista Português composta por Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central, Eloy Rodrigues e Silvestre Lacerda, para estudo da experiência do POSH em matéria de arquivos históricos.

A delegação encontrou-se com o camarada Géza Kótai, chefe de departamento das Relações Exteriores do Comité Central do POSH, e Aboim Inglês foi recebido pelo camarada János Berecz, membro

do Bureau Político e do Secretariado do CC do POSH.

A delegação teve oportunidade de visitar, durante a sua estadia, o Arquivo do Instituto de História junto do Comité Central do POSH, tomando conhecimento e trocando experiências sobre a sistematização, armazenagem, restauro e pesquisa científica de documentação assim como sobre a questão da periodização histórica. Visitou igualmente o Arquivo do Comité Regional de Nograd, dois museus regionais, bem como o Museu do Movimento Operário, em Budapeste, e o Arquivo Central de Fotografia. Visitou ain-

da a Secção Administrativa e a Secção de Informática do CC do POSH.

Nestas visitas de estudo e trocas de experiências a delegação do PCP foi acompanhada pelos directores dos Institutos e Arquivos respectivos, bem como por especialistas nos diversos domínios.

Além da frutuosa experiência colhida no domínio específico de estudo da delegação, a visita confirmou as fraternas relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Operário Socialista Húngaro e o Partido Comunista Português.

# Agricultores de Poço do Canto discriminados

Mais de uma centena de viticultores de Poço do Canto (Meda-Guarda) subscreveram um abaixo-assinado dirigido ao ministro da Agricultura, à Comissão de Agricultura da Assembleia da República e à direcção da Casa do Douro protestando contra a «situação de discriminação» a que se consideram sujeitos no que toca à atribuição do benefício da região demarcada do Douro.

«Sabendo que a Casa do Douro vai este ano alargar o benefício e sendo nós agricultores da região demarcada – afirma-se no abaixo-assinado – achamos que também temos o direito de ser contemplados com o benefício. Ora, acontece que, sendo as nossas uvas consideradas pelos respectivos técnicos de boa qualidade, não compreendemos como podemos nós continuar a vender

a pipa de vinho a vinte ou trinta mil escudos quando os viticultores com benefício a vendem a 60 ou 90 mil escudos».

Os produtores de vinho de Poço do Canto exigem «uma tomada de posição com vista à solução justa deste problema, no interesse dos agricultores desta freguesia e da agricultura da nossa região».

Nacional

# 7 de Novembro em todo o País



Por todo o país, o 7 de Novembro vai ser comemorado. Como todos os anos. Mais ainda que todos os

outros anos, já que se trata do 70.º aniversário da Revolução de Outubro. Não apenas pelos comunistas mas por muitos democratas para quem a data significa na história da Humanidade, uma esperança aberta para a sua libertação. Assim, não apenas as organizações do Partido, mas também outras organizações de carácter unitário, com especial destaque para a Associação de Amizade Portugal/URSS, levam a efeito nos próximos dias um grande número de iniciativas que anunciamos aqui.

## Distrito de Aveiro

- **Aveiro** – dia 5, às 21.30, Conferência por Igor Guriev, no Salão Cultural.
- **Mealhada** – dia 6, às 21.30, exposição, vídeo, colóquio.
- **Anadia** – dia 7, às 16.00, no CT.
- **Albergaria** – dia 7, às 20.00, convívio, vídeo e filme no Sobreiro.
- **Águeda** – dia 13, às 21.00, filme com intervenção, no CT.
- **Ílhavo** – dia 13, às 21.00, convívio, vídeo e intervenção, no CT.
- **Felra/Lourosa** – dia 14, às 21.00, vídeo gigante e colóquio, na Laurocoop.
- **Estarreja** – dia 14, às 21.30, vídeo, no CT.
- **S. João da Madeira** – dia 14, às 21.30, projecção de filme, no CT.
- **Ovar** – dia 7, às 21.30, exposição e colóquio. (Associação P./URSS).

- **Aveiro** – dia 12, jantar confeccionado por um cozinheiro soviético. (Associação P./URSS).
- **Espinho** – dia 20, sessão/debate. (Assoc. P. URSS).

## Distrito de Beja

- **Mértola** – dia 8, almoço-convívio, no CT.
- **Beja** – dia 13, às 21.30, espectáculo de folclore soviético, no Cine Pax Júlia. (Assoc. P./URSS).

## Distrito de Braga

- **Guimarães** – dia 7, jantar e projecção de filme, na Escola Preparatória João de Meira.
- **V. N. Famalicão** – de 2 a 8 de Nov., projecções de filmes, no CT; dia 14, exposição/magusto/convívio, no CT.
- **Barcelos** – dia 7, às 15.00, sessão no CT; às 18.00, convívio, no CT; às 21.30, cinema, no CT.
- **Braga** – dia 10, jantar c/cozinheiro soviético, na Assoc. Port./URSS.

## Distrito de Bragança

- **Carvalhais** (Mirandela) – dia 6, às 20.30, projecção de filme.
- **Assares** (Vila Flor) – dia 7, às 20.30, projecção de filme.
- **Cortiços** (Macedo de Cavaleiros) – dia 8, às 20.30, projecção de filme.

## Distrito de Castelo Branco

- **Castelo Branco** – dia 30/10, às 21.00, colóquio, no CT C. Branco, com a participação de Domingos Lopes, membro do CC do PCP.
- **Covilhã** – dia 31/10, às

- 14.00, colóquio, na Escola Central, com Domingos Lopes, membro do CC do PCP.
- **Tortosendo** – dia 31/10, às 21.30, colóquio, com Domingos Lopes, na Escola Preparatória.
- **Minas das Panasqueira** – dia 7, às 14.30, convívio-magusto.
- **Covilhã** – de 7 a 14 de Novembro. Exposição, no Salão do Turismo. (Assoc. P.-URSS).
- **C. Branco** – dia 14, Exposição/convívio/filme, na Sede da Associação P-URSS.

## Distrito de Coimbra

- **Coimbra** – dia 7, às 15.00, colóquio, com a participação de Domingos Lopes, membro do CC, no Rancho de Coimbra; dia 7/11, beberete na sede da Associação P./URSS; dia 8/11, almoço

## Exposição

Uma Exposição Comemorativa do 70.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro vai ter lugar de 3 a 12 de Novembro, no salão do CT Vitória, na Avenida da Liberdade, 170., em Lisboa. A entrada é livre.

- (cozinha regional soviética), na Cooperativa Agora (Assoc. P./URSS).
- **Montemor-o-Velho** – dia 7, às 15.00, convívio, na freg. de Azazede.
- **Soure** – dia 14, às 15.00, convívio no CT de Soure.
- **Vila Nova de Poiares** – dia 8, às 13.00, magusto.
- **Condeixa-a-Nova** – dia 14, às 15.00, magusto.
- **Lousã** – dia 14, convívio.
- **Figueira da Foz** – dia 14, às 20.00, jantar e projecção de filme, c/a participação de Aurélio Santos, membro do CC do PCP.
- **Cantanhede** – dia 14, às 15.00, sessão-festa.
- **Vila Verde** (Fig. da Foz) – dia 15, às 15.00, convívio, no CT do PCP.
- **Penacova** – dia 15, às 15.00, magusto.

## Distrito de Évora

- **Évora** – dia 3, às 17.00, conferência, com o orador Igor Guriev, vice-director do Instituto Científico da Economia Mundial e das Relações Internacionais da URSS, na Universidade; dia 14, às 21.30, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Teatro Garcia de Resende. (Ass. P./URSS).
- **Montemor-o-Novo** – dia 7, às 16.00, sessão solene, com a participação de Maria da Piedade Morgadinho, membro do CC do PCP, no Auditório da Câmara Municipal; dia 15, às 21.30, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Teatro Curvo Semedo (Ass. P/URSS).

- **Mora** – dia 7, às 20.30, sessão, no CT de Mora.

## Distrito de Faro

- **Lagos** – dia 7, às 21.00, colóquio, no CT.
- **Faro** – dia 8, almoço, no CT.
- **Portimão** – dia 8, almoço, no CT.
- **Olhão** – dia 8, almoço, no CT.
- **V. R. St.º Ant.º** – dia 8, almoço com intervenção política, no CT.

- **Lagos** – exposição de artesanato soviético (A. P.-URSS).

- **Faro** – dia 11, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Cinema Santo António. (Assoc. P.-URSS).
- **Olhão** – dia 12, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Cine-Teatro (Assoc. P.-URSS).

Da responsabilidade da Rádio Ria Formosa (Olhão) está previsto um programa especial com entrevistas e debates.

## Distrito da Guarda

- **Gouveia** – de 7 a 15, filmes (Assoc. P.-URSS).

## Distrito de Leiria

- **Leiria** – dia 7, a partir das 18.00, jantar-convívio e projecção de filmes, no Parque de Campismo da Praia do Pedrógão.

- **Caldas da Rainha** – dia 8, às 13.00, almoço-convívio, com intervenção de Joaquim Gomes, membro do Sec. e da C. Política do CC do PCP, no CT.

- **Marinha Grande** – dia 4, às 21.30, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, no Sport Operário Marinhense. (Assoc. P.-URSS).

A JCP assinalará a data durante o Festival «Viva a Festa», a realizar nos dias 6, 7 e 8.

## Distrito de Lisboa

- **Alverca** – de 3 a 8/Nov., projecção de filmes, exposições, debates, convívio. (Assoc. P.-URSS).
- **Lisboa** – dia 5, às 17.30, projecção de filme e debate, com a participação de Aurélio Santos e Blasco Hugo Fernandes, no CT Chiado.
- **Algés** – dia 6, às 21.00, projecção de filme, no CT.
- **Paço de Arcos** – dia 14, às 13.00, almoço.
- **Sacavém** – dia 20, exposição e projecção de filme, no CT.
- **Lisboa** – dia 13, às 21.30, jantar seguido de debate, promovido pela Hotelaria, Comércio e Escritórios, no CT Duque de Loulé; dia 14, às 13.00, almoço com tarde cultural, no CT Marvila; dia 15, às 13.00, almoço da 2.ª Zona, no CT Alcântara. Haverá uma exposição; dia 21, magusto, nos Olivais; dia 11/11, magusto, no CT de Arroios, 4.ª Zona; dia 14/11, almoço, no CT de Campolide, 3.ª Zona.
- **Torres Vedras** – dia 6, às

## O Azerbaijão em Portugal



A convite da Associação Portugal-URSS visitar Portugal, de 5 a 13 de Novembro, uma delegação oficial, presidida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da RSS do Azerbaijão, mais dois deputados, um dos quais é poeta e presidente da Casa de Amizade de Bakan.

Do programa da Associação Portugal-URSS fazem parte o Grupo Estatal da RSS do Azerbaijão de Danças e Cantares, que actuará no Continente e na Madeira, e um mestre cozinheiro também daquela República Soviética, que confeccionará pratos tradicionais nas localidades de Tortosendo, Covilhã, Viseu, Porto, Coimbra, Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Lisboa e arredores e, ainda, no Funchal.

21.30, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão no Cine-Teatro Ferreira da Silva, promovido pela Assoc. Port.-URSS e o apoio da Câmara Municipal de Torres Vedras. (Assoc. P.-URSS).

## Porto

**Iniciativa político-cultural a realizar a 7 e 8 de Novembro no Palácio de Cristal – Porto.**

- **Sábado** – dia 7, às 15.00, inauguração. Das 15.30 às 24.00, **Ciclo de cinema soviético**: «Lénine em Paris», de S. Lutkevitch; «Parada de Planetas», de Abdrachitov; «Que Viva México», de Eisenstein; «Nós Somos do Jazz», de K. Chakhazarov. Às 15.30, **momento de poesia**, com Estrela Novais, Jorge Pinto, Paula Magalhães, Alexandre Falcão e Júlio Cardoso, entre outros. Das 16.00 às 17.30, **Cantos da Revolução** – Grupo coral e instrumental. Às 17.30, **conferência-debate**: «1985/1987 – A ofensiva socialista pela paz no Mundo – o ponto da situação», com Paulo Areosa Feio e Armando de Castro. Às 21.30, **espectáculo com Samuel** (música revolucionária portuguesa e estrangeira). Às 22.30, **convívio/baile**.
- **Domingo**, dia 8, às 14.00, abertura. Das 14.30 às 16.00, **Revolução na Música** – audição comentada por José Luís Borges Coelho. Das 16.00 às 20.30, **ciclo de cinema soviético**: «Rainha da Neve», desenho animado de L. Atamanov; «Vassa», de Gleb Pankilov. Às 14.30, **debate** «A União Soviética hoje – a reestruturação e o aprofundamento da democracia socialista», com Igor Guriev, vice-director do Instituto Científico da Economia Mundial e das Relações Internacionais e Viriato Pina Moura. Às 16.00, **intervenção política**; às 16.30, **Grupo Estatal de Danças e Cantares da República Socialista Soviética do Azerbaijão**. Das 18.00 às 18.30, **momento de poesia**.

magusto e projecção de filme, no CT.

- **Dornelas** – Boticas – dia 8, às 15.00, magusto.

## Distrito de Viseu

- **Viseu** – dia 6, às 20.00, jantar-convívio, no restaurante o «Carvão» (Assoc. P.-URSS). Inauguração de 2 exposições, no Salão do Museu Almeida Moreira (Assoc. P.-URSS).
- **Lamego** – dia 6, às 21.00, projecção de filme, com intervenção de José Brinquete, na Esc. Sec. de Almacave. Dia 15, às 16.00, convívio/magusto.

- **Caramulo** – dia 7, às 21.00, projecção de filme, com intervenção de José Teles, na Assoc. «Os Modestos».

- **São Pedro do Sul** – dia 8, às 15.30, convívio-festa, com a participação do Grupo de Música Popular Portuguesa «O Trigo» e interv. de Carlos Fraião, membro do CC do PCP.

- **Mangualde** – dia 8, às 16.00, projecção de filme, e intervenção de Fernando Rodrigues, membro do CC do PCP.

- **Viseu** – dia 14, às 16.00, convívio/magusto, c/intervenção de Carlos Fraião.

## Distrito de Viana do Castelo

- **Vilar de Mouros** – dia 7, às 15.00, magusto e projecção do filme «Rev. Out.».
- **Caminha** – dia 7, inauguração de exposição nos Paços do Concelho de Caminha.
- **Paredes de Coura** – dia 7, às 21.30, magusto e projecção de vídeo, nos Bombeiros (?).
- **Viana** – dia 7, às 15.00, exposição sobre o 7 Nov., no CT. – dia 7, às 21.30, magusto e projecção de filme, no CT.

## Distrito de Santarém

- **Alpiarça** – dia 7, às 21.00, exposição e projecção de filme.
- **Cartaxo** – de 30/10 a 7/11, exposição e vídeo, no Pavilhão na Feira.
- **Chamusca** – dia 7, às 21.00, torneio de damas, vídeo e sessão.
- **Vale de Cavalos** – dia 7, sessão e filme, às 21.00.
- **Entroncamento** – dia 7, exposição, sessão e filme, às 21.00.
- **Benavente** – dia 8, almoço/convívio, filme e exposição, às 13.00.
- **Samora** – dia 14, almoço/convívio e filme, às 13.00.
- **Salvaterra** – dia 14, sessão e filme, às 15.00.
- **Santarém** – dia 5, espectá-

culo com Grupo de Danças e Cantares da URSS, às 21.00, no Cine Teatro Rosa Damasceno. (Assoc. P.-URSS). – De 5 a 7/Nov., exposição, projecção de filmes e vídeo (Assoc.).

## Distrito de Setúbal

- **Almada** – dia 6, sessão com projecção de filmes, às 21.30, no CT Almada.

- **Cova da Piedade** – dia 7, almoço-convívio, às 13.00, na Escola Primária n.º 14A.

**Promovido pela SFUAP, de 29/10 a 15/11.** – Exposição «Sebastopol – Cidade Herói». Ciclo de cinema soviético: 29/10 – «O Favorito do Público»; 5/11 – «Apaixonados por Direito Próprio»; 6/11 – «O Guarda-Costas». Dia 7, às 21.30, sessão com representantes da SFUAP, da Assoc. de Amizade Port.-URSS e da Embaixada da URSS e espectáculo com Luísa Basto, Celeste Amorim e o Coral da SFUAP. Dia 15, almoço confeccionado por cozinheiro do Azerbaijão.

- **Casebres** – dia 7, sessão, às 21.00.
- **Canal Caveira** – dia 7, baile, às 21.00.

- **Baixa da Banheira** – dia 3, espectáculo de danças e cantares do Azerbaijão, às 21.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS); dia 7, xadrez, às 10.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS); dia 7, encontro de resistentes ao fascismo, às 21.00, no Ginásio Atlético Clube, com a participação de Miguel Urbano Rodrigues (Assoc. P.-URSS); dia 7, projecção de filme, às 21.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS); dia 8, xadrez, às 10.00, no Ginásio Atlético Clube (Assoc. P.-URSS).

- **Alhos Vedros** – dia 8, almoço-convívio, às 13.00, na «Mahelma» (Assoc. P.-URSS).

- **Pegões** – dia 7, almoço-convívio, às 13.00, com a participação de Luísa Araújo, membro do Sect. do CC do PCP.

- **Alvalade-Sado** – dia 7, colóquio, na Casa do Povo, com um representante da Embaixada. (Promovido pela Casa do Povo).

- **Seixal** – dia 6, sessão, às 21.30, no CT.

- **Setúbal** – dia 7, jantar-convívio (Assoc. Port.-URSS); dia 8, colóquio, no Salão Nobre da Câmara Municipal Setúbal (Assoc. P.-URSS); dia 9, espectáculo de Folclore do Azerbaijão, às 21.30, no Luísa Tody (Assoc. P.-URSS).

## Madeira

- **Funchal** – dia 7, exposição, filme e convívio, às 15.00, no CT.

## Emigração

- **RFA** – jantar comemorativo: dia 7 – Dusseldorf; magusto Babenhausen; convívio Maiz. Dia 8 – piquenique Pfortzheim.

- **Holanda** – dia 8, almoço/convívio, Amesterdão, c/Martins Coelho, membro do CC do PCP.

- **Luxemburgo** – magusto.

## Conferências

A convite do PCP desloca-se a Portugal o camarada Igor Guriev, vice-director do Instituto Científico da Economia Mundial e das Relações Internacionais da URSS, para fazer uma série de conferências no âmbito das comemorações do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro.

As conferências decorrerão nas cidades de Évora, Coimbra, Aveiro, Porto, Lisboa e Barreiro.

## Internacional

# Uma delegação do PCP na Coreia Socialista

• Entrevista com Jaime Serra

Durante uma semana, de 8 a 14 de Outubro, uma delegação do CC do PCP, constituída pelos camaradas Jaime Serra, membro da C. Política e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável pela Secção Internacional do nosso Partido, esteve de visita à República Popular Democrática da Coreia a convite do Partido do Trabalho da Coreia, como consta de um comunicado já publicado nas colunas do «Avante!». Em entrevista ao «Avante!», o camarada Jaime Serra começou por referir que «a delegação chegou a Pyongyang, capital da RPDC, no dia 8 de Outubro, cerca do meio-dia local, onde foi recebida pelo camarada Kye Ung-Tai, membro suplente do Bureau Político e Secretário do C. Central do PTC, assim como por outros camaradas responsáveis». O programa da delegação constou de conversações e visitas de estudo.

**P. — Que questões foram tratadas nas conversações?**

R. — Nas conversações, realizadas num ambiente de grande fraternidade e camaradagem, foram abordadas questões relativas ao desenvolvimento e intensificação das relações de amizade e colaboração entre o PCP e o PTC, assim como sobre vários problemas relacionados com o movimento comunista e operário internacional, com a luta em defesa da Paz e a aproximação entre os povos de Portugal e da RPDC.

**P. — Como são as relações entre os dois Partidos e quais as principais iniciativas que antecederam a visita desta delegação do PCP?**

R. — As relações de amizade entre os comunistas portugueses e os comunistas coreanos vêm desde há muitos anos, mesmo antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, data a partir da qual se intensificaram.

Acompanhámos com muito interesse e emoção a luta libertadora dos comunistas e do povo da Coreia, durante décadas, contra a ocupação japonesa, a qual terminou em 1945 com a expulsão das tropas nipónicas por parte do movimento de libertação, com a preciosa ajuda dos Exércitos Soviéticos do Oriente, libertando o Norte da Coreia até ao Paralelo 38.

Acompanhámos com muito interesse e emoção a luta revolucionária do povo da Coreia contra a agressão dos Estados Unidos nos anos de 1950/53 e vivemos de forma solidária a luta nos dias de hoje do povo do Norte e do Sul da Coreia, pela reunificação pacífica de toda a Coreia, exigindo a saída dos imperialistas americanos do Sul da Coreia.

Muitos têm sido os contactos entre os dois Partidos nos últimos anos. Gostaria apenas de mencionar participação recíproca nos Congressos, a presença da delegação coreana na Festa do «Avante!» e, como principais iniciativas mais recentes, a visita à RPDC em Janeiro de 1985 de uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal e em Março de 1986 a visita a Portugal de uma delegação do PTC encabeçada por Hang Chiang Hyog, Secretário do CC do PTC.

Além disso delegações várias do nosso Partido e do

Movimento da Paz Português, têm participado em iniciativas diversas ligadas à luta pela reunificação pacífica da Coreia, assim como pela desnuclearização da Península Coreana e pela defesa da Paz na Ásia.

## Um olhar sobre a Coreia

**P. — Terminado o programa da visita, qual a impressão geral sobre a situação actual na RPDC?**

R. — A impressão geral que a delegação recolheu é a de que o povo da RPDC, sob a direcção do PTC, liderado pelo camarada Kim Il Sung, secretário-geral do PTC e Presidente da RPDC, constrói com grande entusiasmo e confiança a sociedade socialista, lutando ao mesmo tempo, tenazmente, pela reunificação pacífica da Coreia, exigindo o fim da ocupação militar do Sul da Coreia e a retirada das tropas invasoras dos Estados Unidos.

Nos mais diversos aspectos da vida do povo coreano, na cidade como no campo e nos locais de trabalho, saltam à vista os sucessos alcançados pelo povo coreano na edificação da nova sociedade.

**P. — No comunicado sobre a visita, já publicado pelo «Avante!», refere-se que a delegação do PCP efectuou numerosas visitas durante a sua estada na RPDC. Podes pormenorizar mais?**

R. — É necessário esclarecer, em primeiro lugar, que as realizações visitadas se situam em Pyongyang e nos seus arredores, devendo acrescentar que esta cidade, capital da RPDC, com cerca de 2 milhões de habitantes, foi totalmente reconstruída depois da agressão imperialista americana em 1950/53, durante a qual foi completamente arrasada.

É hoje, não só o centro político da Coreia, como também importante centro industrial e agrícola e centro de ciência, educação e cultura do povo coreano.

Rasgada por largas avenidas, ladeadas por gigantescos edifícios e monumentais palácios, tudo na base de uma arquitectura diversificada, onde o tradicional se combina harmoniosamente com o que há de mais mo-

derno. Vastos espaços verdes, tudo impecavelmente asseado, com um enquadramento e dimensionamento equilibrado, Pyongyang é um justo motivo de orgulho para os comunistas e todo o povo coreano.

Destacamos a visita ao Palácio dos Alunos e das Crianças...

**P. — Como é?**

R. — É um edifício de grandes dimensões com mais de 500 salas entre as

res da Revolução, uma necrópole monumental, onde estão os túmulos e os respectivos bustos em bronze de 112 mártires da revolução, caídos na luta pela restauração da pátria e pela liberdade e emancipação do povo coreano.

É um monumento majestoso e impressionante, situado num monte a que se tem acesso através duma escadaria monumental ornada de figuras alegóricas. Deste mo-

de hectares de terras anteriormente salgadas. Conseguiu-se irrigar vastas zonas ao longo das margens do rio e assegurar uma importante via fluvial de comunicações com a capital.

Destacamos ainda a visita à «Avenida da Libertação».

Sob esta designação, o que está em construção acelerada é um vasto complexo desportivo-habitacional nos arredores da capital.

Este complexo, que se

ciar os múltiplos e ricos testemunhos das raízes milenárias do povo e da nação coreana, assim como da sua heróica luta, ao longo dos séculos, pela liberdade e independência nacional.

## O Paralelo 38

**P. — Consta do comunicado da delegação que esta efectuou uma visita à linha de demarcação entre o norte e o sul da Coreia. Podes falar-nos sobre isso?**

R. — Com efeito a delegação do PCP deslocou-se até à «Linha de Demarcação», situada a cerca de 200 quilómetros a sul de Pyongyang, junto do Paralelo 38.

Foi uma visita impressionante, pois estivemos quase face a face com os soldados americanos que guarnecem essa linha do lado sul da Coreia e que divide há 35 anos o povo coreano de forma artificial, arbitraria e desumana.

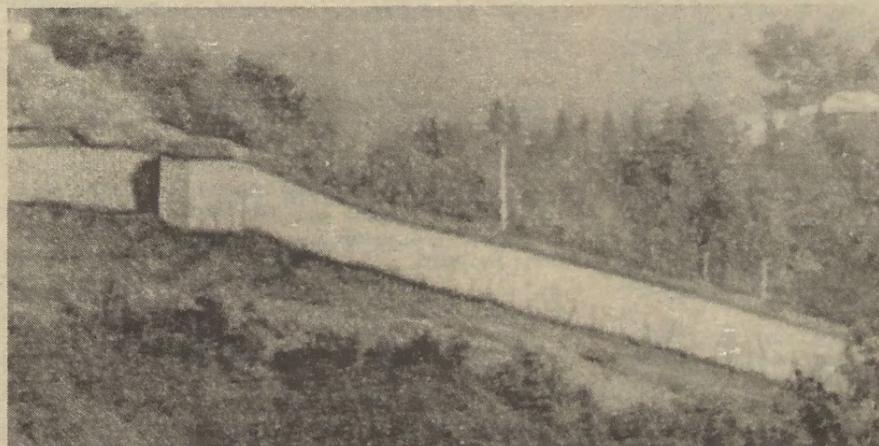
Para tentar perpetuar essa divisão e manter o mito das duas Coreias, os imperialistas americanos, apoiados no governo fantoche da chamada república da Coreia do Sul, construíram uma muralha de cimento armado, fortificada, de 240 quilómetros de extensão e de 5-6 metros de altura com 10 metros de largura na base e 2-4 metros no topo.

Através desta muralha, que se poderia chamar com propriedade o muro da divisão e do ódio, os americanos lançam diariamente constantes provocações por meio de potente instalação sonora e da exibição de grandes cartazes de propaganda imperialista e anticomunista.

Partindo da histórica cidade de Kesong, situada a cerca de 14 quilómetros da linha de demarcação e que foi capital do reino de Koryo, nos séculos IX a XV, a delegação visitou a zona desmilitarizada ao sul da qual se podem observar as fortificações militares norte-americanas atrás referidas, completamente ilegais.

Visitámos também a localidade de Panmoundjon, na linha de demarcação, onde foi assinado o armistício em 1953 entre norte-coreanos e americanos, o qual consagrou a derrota das tropas invasoras dos Estados Unidos. Desde então, estes mantêm-se ilegalmente como ocupantes do Sul da Coreia, apoiados na ditadura sangrenta dos seus lacaios que há dezenas de anos dominam e oprimem o povo do Sul da Coreia, impondo, assim, a divisão pela força das armas à nação coreana.

Como foi reafirmado, pela delegação, aos camaradas do Partido do Trabalho da Coreia, os comunistas, os trabalhadores e todo o povo português, são solidários com a justa luta do povo coreano, assim como as iniciativas da RPDC pela reunificação pacífica da Coreia, uma causa justa que acabará por triunfar.



A muralha em cimento armado, símbolo da trágica divisão do território e da nação

quais mais de 200 são salas de estudo e de actividades diversas; ciências sociais e naturais, arte, literatura, desportos, indústria, agricultura, etc. Dispõe também de uma biblioteca com centenas de milhares de livros. Dispõe de um enorme ginásio e um teatro moderno com 1100 lugares.

O palácio estava em pleno funcionamento, tendo a delegação visitado diversas salas onde se realizavam actividades muito diversificadas de carácter técnico e cultural, desde o desenho, caligrafia, bordados e pintura, a actividades profissionais, tais como electricidade e mecânica de automóveis, até aos desportos mais diversos.

A participação das crianças e alunos é voluntária, envolvendo permanentemente cerca de 6000 utentes. Cada aluno frequenta o palácio três vezes por semana.

No final da visita a delegação assistiu a um belo espectáculo dado pelas crianças que estudam no Palácio.

Visitámos também o Palácio de Estudos do Povo, chamado o centro intelectual da sociedade coreana.

É um belo palácio de 7 pisos seguindo a tradicional arquitectura oriental. Tem capacidade para guardar 30 milhões de livros devidamente catalogados. Pode receber e atender diariamente mais de 12 mil pessoas. Dispõe de mais de 600 salas, desde salas de leitura e de aulas, salas de gravação, de informação e de consulta. Todas as salas estão dotadas de equipamento bastante moderno. Cerca de 1000 trabalhadores asseguram diariamente o seu funcionamento.

## O passado e o futuro

Deslocámo-nos, por outro lado, ao Mausoléu dos Márti-

mento avista-se grande parte da capital e no vasto recinto onde está implantado ecoa, permanentemente, uma marcha fúnebre.

Visitámos ainda Mankiong-de, o lugar onde nasceu e viveu na infância o líder do PTC, camarada Kim Il Sung, tal como os seus antepassados, e o Parque de Diversões local.

Trata-se de um grandioso e diversificado complexo recreativo, com múltiplas modalidades, o qual é visitado, nos dias de funcionamento (fins-de-semana e feriados) por 10 mil pessoas, em média. É mantido por 450 trabalhadores que asseguram o funcionamento, manutenção e limpeza de toda a área que compreende mais de 600 mil metros quadrados. Fica situado a 12 quilómetros de Pyongyang.

Tivemos igualmente oportunidade de conhecer a Barragem do Mar Ocidental, na foz do rio Dadong. Trata-se de uma obra de engenharia verdadeiramente audaciosa.

Tem 8 quilómetros de comprimento, dispõe de três comportas, próximo da margem esquerda do rio Dadong, que permitem a passagem de navios até 50 mil toneladas. Por cima da barragem foi construída uma estrada e uma linha de caminho de ferro que ligam as duas margens. Custou 4 milhões de dólares e foi totalmente construída pelo Exército coreano, durante 5 anos.

De Pyongyang até à barragem, foram construídas mais 6 pequenas barragens de modo a tornar o rio navegável, numa extensão de cerca de 80 quilómetros.

Com esta notável obra de engenharia, para além de outros resultados económicos, conseguiu acabar-se com as inundações periódicas das margens do rio pelas águas salgadas do mar do Oeste, recuperando assim para a agricultura milhares

de hectares de terras anteriormente salgadas. Conseguiu-se irrigar vastas zonas ao longo das margens do rio e assegurar uma importante via fluvial de comunicações com a capital.

Compreende instalações desportivas (campos, pavilhões, etc.) para diversas modalidades, assim como 3 estádios, hotéis e grandes blocos de apartamentos que vão de 8 a 42 andares. Tudo isto, concebido numa arquitectura muito variada e original.

Destina-se a servir de base ao Festival Mundial da Juventude a realizar em 1989 em Pyongyang e, mais de imediato, a apoiar as modalidades desportivas das Olimpíadas de 1988 que vieram a realizar-se na RPDC.

No conjunto, disporá de instalações para alojar 100 mil pessoas em regime de habitação permanente, passadas as Olimpíadas e o Festival Mundial da Juventude.

Impressiona verificar que todo este vasto complexo de construções no qual trabalham 70 000 pessoas, entre os quais muitos jovens voluntários e muitos militares, sobe para o ar todo ao mesmo tempo.

Para além destas visitas, a delegação esteve na fábrica de metalurgia pesada em Dai An, arredores de Pyongyang, que fabrica todo o material necessário à construção de barragens e centrais hidro-eléctricas, tais como turbinas, geradores, transformadores, etc., além de grandes tubagens e tanques.

Visitámos ainda o Metro de Pyongyang, construído a 100 metros de profundidade, com 35 quilómetros de extensão e com uma utilização diária de 350 000 pessoas.

No último dia, foi-nos proporcionada uma visita ao Museu Central da História da Coreia. Aqui pudemos apre-

Internacional

# «Dias negros» em Wall Street

A Bolsa de Nova York regista a maior baixa da sua história. Na queda são arrastadas as principais praças financeiras. Fala-se de «jornada tormentosa». Vezes sem conta é lembrada a grande crise dos anos 30. As notícias referem uma actividade febril de vendas. Poucos dias depois, Reagan vem afirmar publicamente aos americanos que a economia do país está «sã e forte», anunciando entretanto, no mesmo discurso, que iria negociar com o Congresso um acordo sobre o défice orçamental. Mas tanto optimismo não corresponde às perspectivas dos próprios especialistas norte-americanos. Craig Roberts, antigo responsável do Tesouro, declarou mesmo que, com a crise da Bolsa, se registara «a maior destruição de riqueza da história». Há uma certa unanimidade no apontar da grande ferida aberta que são os enormes défices orçamental e comercial dos EUA.

O economista norte-americano Robert Solow, agora laureado com o Prémio Nobel de Economia, respondendo a uma questão sobre a crise da Bolsa, afirma que o mercado de valores «converte problemas a longo prazo em fogos artificiais imediatos», e sublinha que «o problema não está na Bolsa, mas no enorme défice orçamental dos Estados Unidos».

Durante o ano fiscal terminado em Setembro de 1986, o défice orçamental dos EUA atingiu o valor recorde de 221 mil milhões de dólares e o défice comercial passou de 122 mil milhões em 1984 para os 156 mil milhões de dólares em 1986. A dívida pública federal ultrapassa hoje os 2000 mil milhões de dólares.

São factos que nada têm a ver com a «saúde» da economia de que o presidente Reagan fala. «Saúde» aliás tão periclitante que especialistas norte-americanos vinham já a

alertar da inevitável iminência de uma crise.

## Os índices do declínio

«Os Estados Unidos estão hoje à beira de uma crise económica e financeira. O que não passava de uma eventualidade há ainda cinco ou seis anos, e mais recentemente uma probabilidade, tornou-se numa quase certeza. A questão está em saber quando é que essa crise vai deflagrar e como». O alerta provém de Felix Rohatyn, patrão do Lazard Frères, um dos mais importantes bancos de investimento internacional. Data de Junho deste ano. Não é de forma alguma uma posição isolada. E bem testemunha de como — mesmo na óptica de sectores do patronato dos Estados Unidos — a «jornada tormentosa» da Bolsa, ou uma qualquer outra manifes-

tação de crise, não é fenómeno isolado, desencadeado por razões fortuitas. Antes resulta muito natural — mesmo inevitavelmente — da degradação da situação económica.

Para termos uma medida comparativa da envergadura de tal degradação, basta referir o montante da dívida pública federal — 2000 mil milhões. E um termo de comparação particularmente significativo: o montante da dívida do conjunto dos países em vias de desenvolvimento é actualmente da ordem dos 1000 mil milhões de dólares.

Outros índices da realidade económica dos EUA de hoje testemunham igualmente do processo de declínio neste momento em curso.

A parte dos Estados Unidos na actividade económica mundial, tem vindo a restringir-se regularmente. Em dez anos — de 1973 a 1983 — passou de 26,1% a 24,4%. Apesar da queda do dólar, o nível de exportações não sobe. A produtividade industrial tende a estagnar: em 1986 subiu de apenas 1% contra 3% no Japão, por exemplo. O investimento não ultrapassa os 17% do Produto Nacional Bruto (PNB), contra 28% no Japão.

Note-se que, entretanto, as multinacionais norte-americanas desenvolvem boa parte da sua produção noutros países, onde é mais barata a mão-de-obra... Em 1984, as filiais estrangeiras das multinacionais norte-americanas produziram artigos no valor de 900 mil milhões de dólares,

mais 150% que as exportações norte-americanas. E em 1985, quase 80% dos microprocessadores utilizados na indústria electrónica dos Estados Unidos (à excepção dos de utilização militar) foram produzidos em fábricas de multinacionais norte-americanas em Taiwan, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Hong Kong, para depois serem reexportados para os Estados Unidos.

A fase do declínio económico em causa não afecta naturalmente apenas os Estados Unidos. Em 1984, os ritmos de desenvolvimento económico nos países capitalistas desenvolvidos foram da ordem dos 4,4%, para cair para 2,9% em 1985 e 2,6% em 1986.

## Jogos financeiros

Os jogos na Bolsa, e ainda outras práticas, como as manipulações com o dólar no plano internacional, têm a sua lógica própria, a do lucro. E beneficiam alguém: as grandes multinacionais, as empresas do grande capital. Podem contribuir, e contribuem, para processos de concentração de capital. Ou para «resolver» dificuldades económicas dos mais fortes países capitalistas. E têm também necessariamente um reverso, normal na evolução de um sistema em declínio: as crises.

Voltando aos factos concretos e actuais.

Um dos factores apontados para a profunda quebra registada em Wall Street, é o «bra-

ço de ferro» entre os EUA, a RFA e o Japão, sobre os aumentos das taxas de juros e a eventualidade de nova descida do dólar. Trata-se entretanto de um mero episódio de uma guerra de fundo. Uma guerra conduzida pelos Estados Unidos — e de que são vítimas os seus próprios parceiros — para financiar com capitais alheios, despesas próprias (muito em particular despesas militares).

O crescimento das taxas de juro no mercado monetário americano provocou um enorme afluxo de capitais dos outros países e do mercado de divisas europeias aos EUA. Entre 1981 e 1986 os investimentos líquidos estrangeiros na economia norte-americana totalizaram os 656 mil milhões de dólares.

Quanto aos efeitos dos jogos de Bolsa no campo da economia interna, valerá a pena citar o jornal de Wall Street, em edição de Agosto: «A escalada da Bolsa no decurso destes últimos cinco anos repartiu os bens de forma bem desigual na economia. As grandes instituições e algumas ricas personalidades recolheram a grande massa dos lucros, enquanto outros milhões perderam o seu emprego».

Enquanto na Bolsa os índices voavam de 200%, a produção dos EUA aumentava em menos de 20%. Em termos da vida concreta dos americanos, isto significou, entre outras coisas (através da concentração de capital, correndo em simultâneo com

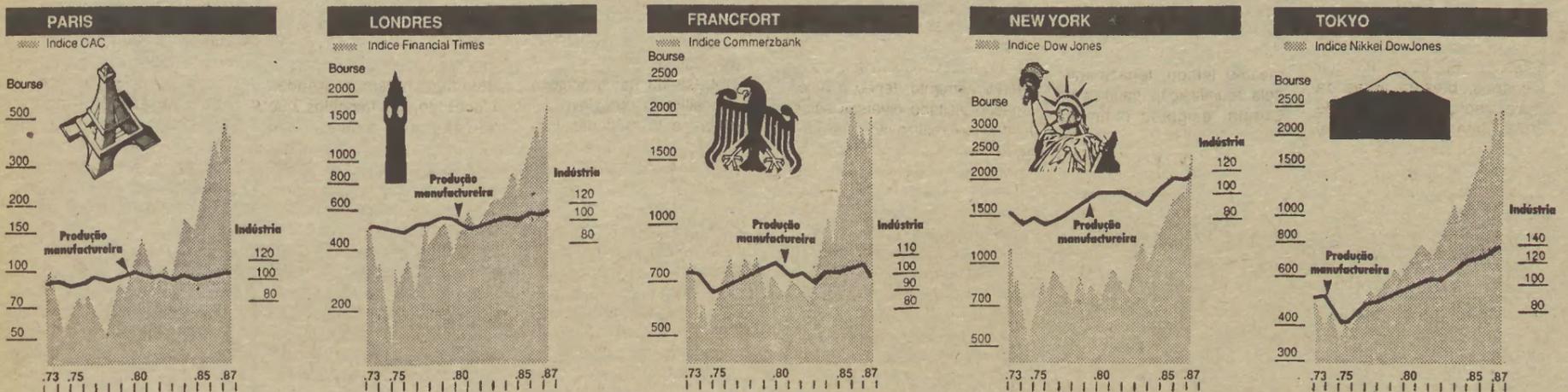
a quebra de investimento), a perda de 600 mil postos de trabalho entre os quadros, entre 1984 e 86, e a desvalorização dos novos postos de trabalho criados, em comparação com postos de trabalho destruídos.

Claro que não se trata de um fenómeno circunscrito aos Estados Unidos. Muito pelo contrário. A título de exemplo podemos referir a França onde, o ano passado, os especuladores da Bolsa movimentaram 2000 mil milhões de francos, o que corresponde ao dobro do orçamento nacional.

As crises não surgem por acaso e têm a ver com desequilíbrios de fundo, que se prendem à própria lógica do sistema capitalista. A gravidade da situação atingida já leva os teóricos do capital a apontar para vias diferentes das que têm vindo a ser seguidas. Os «irangate» não surgem por acaso. Reagan está a ser posto em causa porque as vias conservadoras da sua política estão a provar o seu fracasso. Tão pouco é ocasional, certamente, a atribuição do Prémio Nobel a um economista norte-americano, que em certa medida defende um regresso a Keynes.

Para nós, o que certamente mais importa reter, é que as teses do «capitalismo popular» e do «liberalismo» — actualmente a ser contestadas mesmo pelos teóricos do capital, pelos efeitos já patentes e por temidas consequências socioeconómicas — estão em Portugal na ordem do dia.

## Estagnação da produção industrial, desenvolvimento da actividade bolsista



Depois de uma baixa em 1973-74, ligada à crise petrolífera, os índices das bolsas dos cinco grandes países industrializados atingiram os seus máximos em 1987. Enquanto o índice da OCDE da produção manufactureira não evoluía nada, com excepção do Japão, e em menor medida, dos Estados Unidos (gráfico publicado no «Monde Diplomatique», 22/10/87)

# «Guerra das estrelas»: o grande obstáculo

Não foi fixada qualquer data para uma cimeira Gorbachov-Reagan, muito embora novos avanços se tenham registado no caminho para a assinatura de um acordo sobre a eliminação dos mísseis soviéticos e norte-americanos de curto e médio alcance na Europa. Este um sucinto balanço das conversações havidas em Moscovo, com a delegação norte-americana dirigida por Shultz.

Uma vez mais o obstáculo é o projecto norte-americano de militarização do espaço, que já em Reykjavik havia impedido a concretização de acordos que tenderiam a al-

terar fundamentalmente a tensa realidade internacional de hoje. Obstáculo que bem simboliza as pretensões, por parte do imperialismo, de reconquistar a perdida superioridade militar, e com ela o domínio, igualmente perdido, do mundo.

Múltiplos são os factos que comprovam que em Washington se aposta ainda numa política de força e de corrida aos armamentos.

Dois exemplos, apenas. Gorbachov propôs, dia 23, a adopção de uma moratória sobre a produção, testes e instalação de mísseis nucleares na Europa, até que um

acordo definitivo seja firmado. Os Estados Unidos deram como resposta que está fora de questão aceitar tal moratória, e continuam a instalar mísseis. Isto muito embora o acordo possa estar «por semanas»!

Por outro lado, o departamento militar dos EUA pretende efectuar, nos princípios do próximo ano, e no âmbito do programa da «guerra das estrelas», duas experiências em camadas superiores da atmosfera.

Assim a guerra da corrida armamentista prossegue. Testemunho de absurdas pretensões e de uma política perigosa. Mas também do

mais total irrealismo.

Irrealismo, porque ignora a força gerada pela objectiva confluência entre as propostas e a batalha pela paz da URSS e as mais sentidas exigências do movimento da paz.

Irrealismo, porque menospreza os efeitos económicos da corrida aos armamentos nos próprios EUA, efeitos que hoje se estão a fazer sentir com particular força. As despesas militares são um elemento importante, não escamoteável, dos défices norte-americanos, e portanto da grave crise patenteada na queda espectacular das Bolsas.



Um cabaz que pesa no orçamento

## Internacional

# África do Sul prepara grande agressão a Angola

A força aérea sul-africana violou 41 vezes o espaço aéreo de Angola, entre 9 e 20 de Outubro, penetrando a uma distância de 500 quilómetros para o interior do país, anunciou a Angop no final da semana passada, citando fontes oficiais.

Segundo as mesmas fontes, assiste-se desde meados do mês ao aumento da concentração dos aviões de guerra nos aeródromos de Runtu, na região norte da Namíbia e fronteira com Angola, bem como à convocação de todos os reservistas das Unidades Territoriais da Namíbia, o que faz prever mais uma iminente agressão de grande envergadura contra a República Popular de Angola.

No período referido, cerca de 70 aviões e helicópteros bombardearam oito vezes

posições das FAPLA e várias povoações do país, sobrevoando diversas regiões das

provincias de Kuando-Kubango, Cunene, Huila, Namibe e Moxico. Travaram-se vários combates entre as FAPLA e as tropas da África do Sul, as quais têm desenvolvido todos os esforços para impedir o fornecimento normal de víveres e artigos de primeira necessidade à população e apoiar as infiltrações de grupos armados da «Unita».

A situação agravou-se nos últimos dias, como refere o despacho da Angop, com os «invasores sul-africanos a

umentarem os seus efectivos na parcela de território angolano que ocupam e nas bases e aeródromos no interior da Namíbia, próximo da fronteira com a RPA».

Trata-se da famigerada «grande ofensiva» anunciada por Jonas Savimbi no início do mês que, como as autoridades angolanas oportunamente denunciaram, é na verdade mais uma agressão dos racistas sul-africanos. Recordar-se que, desde 1975, a guerra movida pela África do Sul contra Angola provocou a este país cerca de 60 mil mortos e mais de 12 milhões de dólares de prejuízo, como é reconhecido no recente relatório do Comité Internacional das Organizações Infantis e Juvenis reunido há dias em Luanda.

Significativo também o facto do terrorista Jonas Savimbi ter solicitado de novo à Casa Branca o fornecimento de mais material de guerra sofisticado, o que mereceu todo o apoio da administração Reagan.

Esta situação, cuja gravidade não pode ser subestimada, levou o governo angolano a apelar ao povo e combatentes das FAPLA a manterem-se firmes e unidos no

combate ao invasor sul-africano, apostado em impedir o normal desenvolvimento das tarefas de construção da nova sociedade. Em comunicado distribuído em Luanda em meados do mês, o governo «exorta os combatentes das FAPLA a continuarem a defender com heroísmo, determinação e bravura a pátria e a revolução» e apela «ao povo angolano, de Cabinda ao Cunene, a continuar a brindar o seu apoio indefectível às gloriosas FAPLA no combate sem tréguas contra os invasores e os seus lacaios».

Simultaneamente, a RPA apelou ao apoio e à solidariedade internacional face ao previsível incremento da agressividade sul-africana.

Em comunicado divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores, o governo angolano dá conta da situação que se vive no país e «denuncia uma vez mais o incremento da agressão permanente da racista África do Sul contra a soberania e integridade territorial e alerta a opinião pública internacional para as consequências imprevisíveis que disso possam advir, imputando toda a responsabilidade para a parte sul-africana».

«O salazarismo procura resolver a grave crise que atravessa fazendo cair sobre as massas populares todo o peso do seu aparelho de repressão. Operários, camponeses, estudantes, intelectuais, comunistas, socialistas, católicos, simples democratas, todos são alvo da fúria repressiva de Salazar, que não hesita em espalhar o terror e empregar os métodos mais violentos. Na Margem Sul já passaram pelas prisões, desde fins de Abril, mais de 200 pessoas. (...)

No Alentejo houve nos últimos meses mais de 150 prisões (...). Certas terras como o Couço, Aljustrel, Ervidel, são alvo especial das forças repressivas, que aí espalham o terror, revistam pessoas, assaltam tabernas e cafés, patulham as ruas e os campos próximos com cães-polícias.

Em Coimbra houve em Agosto nova vaga de prisões. Foram presas 50 pessoas, na maioria operários e estudantes, e o conhecido escritor Joaquim Namorado.

Têm sido ultimamente presos no Porto algumas dezenas de jovens empregados estudantes.

A vaga de prisões atingiu também Lisboa e os arredores. (...) foram presos numerosos enfermeiros, alguns motoristas de táxi, operários de várias empresas da zona do Poço do Bispo, (...) os intelectuais Nikias Skapinakis e Urbano Tavares Rodrigues.

São constantes as exigências, pressões e ameaças sobre cooperativas, cineclubes e outras organizações. As direcções são demitidas e os seus membros presos (...).

(«Nova Vaga de Prisões» — «Avante!», VI Série, n.º 322, Out. 1962)



AVANTE! PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNIDOS!

«O «Estado Social» de Caetano não tem nada de social e tem tudo de policial. A repressão tornou-se uma norma de proceder de todo o enorme aparelho do Estado, assim como de muitos serviços autónomos e municipais. Muitas vezes, por motivos fúteis, agentes da PIDE, da GNR, da PSP e até da Guarda Fiscal, todos eles educados e instruídos no culto da violência, agridem, prendem, espancam desalmadamente nas ruas, nos postos e nas esquadras a seu belo prazer. (...)

Nas estradas, não impera apenas a caça à multa: vasculha-se tudo, exige-se a identificação dos passageiros (...).

Simplees fiscais da Emissora Nacional são revestidos de autoridade para poderem forçar a entrada nos lares dos cidadãos e perturbarem à vontade a sua intimidade. Estes senhores batem às portas, resistem a identificar-se e quando os incautos abrem a porta irrompem por ali dentro sem o menor respeito. (...)

Fiscais das actividades económicas empregam também a violência como processo de investigação contra os pequenos comerciantes, industriais e produtores, como ainda recentemente ficou provado num tribunal. Acaso não disse o ministro do Interior, em 19 de Agosto passado, que «a autoridade não se discute nem se deixa discutir?»

(«Resistir às violências policiais» — «Avante!», VI Série, n.º 434, Out. 1971)

## Semana da Namíbia

Está a decorrer a Semana Internacional de Solidariedade com o Povo da Namíbia e o seu movimento de libertação, a SWAPO, decretada anualmente pelas Nações Unidas desde 1976.

A iniciativa assinala o fim do mandato da África do Sul sobre a Namíbia e a passagem para a ONU da responsabilidade sobre o território, que há muito deveria ter usufruído do direito à autodeterminação e à independência. Tal não sucedeu devido à persistente recusa sul-africana, que continua a ocupar ilegalmente a Namíbia.

As diversas iniciativas internacionais levadas a cabo para favorecer a independência da Namíbia — utilizada pela África do Sul para a exploração das suas riquezas e como trampolim para as agressões a Angola — têm até à data sido infrutíferas. No entanto, o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia não desarma, tendo aprovado no passado dia 14 uma moção que recomenda à Assembleia Geral da ONU que fixe, até ao final do ano, a data para a aplicação da resolução 435 de 1978 que reconhece o direito do povo namibiano à independência e autodeterminação.

# Polémica nos EUA sobre intervenção no Golfo

A intervenção directa das forças norte-americanas na guerra do Golfo está a provocar polémica crescente nos EUA, em particular desde o ataque, presumivelmente iraniano, ao principal terminal petrolífero do Kuwait. A recente declaração de Reagan de que «os EUA estão determinados a fazer respeitar o direito de livre navegação em águas internacionais» causou sérias apreensões aos que se opõem a um maior envolvimento no conflito, sobretudo tendo em consideração que pode tratar-se de uma resposta ao pedido de autorização formulado há dias pelo comandante da força naval dos EUA no Golfo, contra-almirante Harold J. Bernsen, para «atacar quaisquer navios iranianos que abram fogo sobre navios mercantes que peçam assistência, independentemente da sua nacionalidade».

A polémica, agravada após o ataque ao Kuwait, está no entanto a ter o mérito de contribuir para o esclarecimento da política delineada pela administração Reagan no que respeita à intervenção norte-americana no Golfo. Enquanto responsáveis da administração defendem que «não responder aos ataques iranianos só porque eles ocorrerem em águas do Kuwait seria pôr em causa o empenho americano na defesa dos seus aliados árabes», outros sectores contrariam tal posição com o argumento de que «não existem tratados de defesa entre o Kuwait e os EUA», sublinhando que «a verdade é que os Estados árabes têm feito muito pouco no sentido de conseguirem uma defesa comum».

A questão que se coloca é a de saber até que ponto os EUA estão interessados em

manter esta situação. A recente viagem de George Shultz a uma série de países árabes, com o objectivo expresso de angariar apoio para a «protecção» alargada a que Reagan se referiu, não deixa grande margem para dúvidas.

De acordo com Guennadi Guerassimov, chefe do Departamento de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, os Estados Unidos envolveram-se na prática no conflito irano-iraquiano ao bombardearem, a 19 de Outubro, duas plataformas petrolíferas do Irão.

Fazendo notar a contradição entre tal ataque e a resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU, de que os EUA são co-autores enquanto membro permanente, Guerassimov considerou o ataque como uma violação flagrante do direito interna-

cional, dado ter sido dirigido contra instalações civis.

Por outro lado, o representante soviético expressou a opinião de que a actuação dos EUA só pode «contribuir para o agravamento daquele conflito, na medida em que as causas da sua escalada não residem apenas na continuação da guerra entre o Irão e o Iraque, mas também no alargamento da presença militar e da ingerência dos EUA nos assuntos da região».

Também na semana passada a agência Tass salientava o facto do ataque norte-americano ter sido autorizado pela administração Reagan após esta ter recusado a proposta de garantir a segurança de navegação no Golfo através de esforços conjuntos ao abrigo da ONU.

Ou seja, Washington alicia os seus aliados ocidentais a intervir na «segurança da navegação», em particular no âmbito da NATO, mas recusa a intervenção da ONU. O que é muito esclarecedor.

E preocupante, mesmo para alguns sectores norte-americanos. É curioso assinalar que um relatório sobre a guerra no Golfo preparado pelo comité do Senado para os Negócios Estrangeiros do Congresso dos EUA acuse a Casa Branca de ser um dos principais responsáveis pela continuação daquela guerra e pela explosiva situação criada na região, designada-

mente por ter fornecido armas ao Irão.

Relevante também que aquele relatório considere que a navegação do golfo é actualmente menos segura do que antes do início da escalada da presença militar dos EUA na zona. Segundo o documento, os cerca de cem navios de guerra do ocidente concentrados no Golfo aumentam o risco de falhas e de escalada da tensão. Os

autores do relatório consideram ainda que existe uma séria ameaça de envolvimento dos EUA numa guerra e que uma das razões principais porque os EUA concederam a bandeira norte-americana a petroleiros do Kuwait foi a sua intenção de restabelecer a confiança nos EUA, após o desmascaramento do escandaloso negócio «Irão-Contras». Caso para dizer que é pior a emenda do que o soneto.

## Repressão na Arábia Saudita

O Partido Comunista da Arábia Saudita divulgou recentemente um comunicado em que denuncia a vaga repressiva do regime reaccionário saudita contra as forças democráticas do país.

O documento refere a campanha desencadeada contra as forças progressistas e patrióticas, incluindo o Partido Comunista, que se manifestam contra a política do regime, contrária aos interesses nacionais, e recusa o crescente enfeudamento do país ao imperialismo norte-americano.

Nos últimos tempos, denuncia o comunicado, o regime explora os incidentes de Meca, em que as forças repressivas massacraram pacíficos peregrinos, em especial iranianos, bem como a perigosa escalada da guerra entre o Irão e o Iraque, para justificar o «aumento das medidas de segurança» e a escalada repressiva no interior do país.

Considerando que a presença militar americana e da NATO na região do Golfo contribui para o desenvolvimento da agressividade do regime saudita, quer internamente quer contra os países vizinhos, o Partido Comunista da Arábia Saudita apela à opinião pública árabe e internacional para que desenvolva acções de solidariedade para com o povo da Arábia Saudita, em luta pela liberdade, a democracia e a paz, exigindo o fim da repressão, a libertação dos presos políticos e o respeito pelos direitos humanos.



Passear no centro de Braga é um prazer que já não se encontra em muitas cidades. É que lá as coisas ainda estão acertadas pelo quotidiano das pessoas...

## Por acção do PCP na Câmara

# Braga: quando o trânsito aproxima a cidade

■ Henrique Custódio

**S**e conhecem Braga, sabem que se trata quase de um museu a céu aberto. Se não conhecem, então saibam que o acervo histórico desta cidade minhota pode aprisionar indefinidamente o visitante curioso, que ficará rendido em definitivo ao experimentar a gastronomia da região e a afabilidade das suas gentes. O fascínio tem destas coisas.

Todavia não fomos a Braga para visitar deslumbramentos e arriscarmo-nos a não sair de lá tão cedo — exagero concomitante à forte impressão que causa esta urbe ancestral, que foi buscar o nome aos tempos em que o império romano a apelidava de «Bracara Augusta» e chegou a ter importância peninsular no contexto da expansão cristã.

A nossa visita teve o seu quê de prosaico: fomos a Braga para ver o trânsito, o que, mau grado o jogo ambíguo da expressão com a outra que põe as pessoas «a ver passar comboios», foi verdade e sem qualquer relação com a CP.

Sabíamos da situação já quase caótica do trânsito na cidade, dado o acentuado crescimento do número de veículos nos últimos anos e o aumento da população flutuante (as causas deste fenómeno não vêm agora ao caso e desenvolvê-las-emos mais à frente). Estávamos nisto quando nos caíram, na mesa da Redacção, «rumores» de que algo se passava em Braga, nesta matéria. O trânsito, que tanto mexia, estava agora a ser ele próprio «mexido». Mas mexido a sério, nada de panos quentes e plantação de uns sinais.

Quando verificámos que as novidades apontam para objectivos tão sérios como a devolução do centro da cidade aos peões, a preservação do centro histórico, a racionalização de todo o tráfego da cidade, etc., fizemos a trouxa e fomos lá. ➔

# BRAGA: O trânsito aproxima a cidade

**M**exer no trânsito de uma cidade é tarefa delicada, já que qualquer cidade é um organismo vivo e o trânsito como que a sua corrente sanguínea. Vem nos livros.

Depois há outras delicadezas a considerar: hábitos arreigados, direitos adquiridos e, sobretudo, a convicção profunda da generalidade dos pedestres e automobilistas acerca da imbecilidade congénita de quem se mete a trocar-lhes as voltas e as ruas. E, valha a verdade, aparece às vezes cada decisão... O facto é que, acertadas ou não, as decisões que modificam a circulação urbana têm sempre à espera uma espécie de ordálio onde a opinião pública abanca, feroz e atenta, na expectativa que o tempo confirme não passar aquilo de uma parvoíce pegada. É claro que também há decisões neste domínio que são tomadas por pressão da própria opinião pública, aí transformada em porta-voz do utente em geral. Contudo, não são essas decisões que, porventura, atrapalham os responsáveis pelo trânsito, dada a garantia antecipada da sua popularidade; o busilis está nas «outras», nas que são tomadas de dentro para fora, gizadas em gabinetes e semeadas administrativamente pelas ruas. Aí é que são necessárias qualidades de organização e direcção, nomeadamente sentido da responsabilidade, preparação técnica, sensibilidade social, cultural e urbanística, espírito democrático e... uma boa dose de coragem.

Parece que isso chegou tudo de uma vez só à cidade de Braga, concomitante com a entrega — pela primeira vez — do pelouro do trânsito à representação comunista na vereação da Câmara Municipal, no caso protagonizada pelo camarada **Casais Baptista**, engenheiro e funcionário superior da Junta Autónoma das Estradas de Braga.

Verificámos logo à chegada que algo de sério se passava na cidade em matéria de trânsito.

Viajávamos na carreira-expresso e estávamos à espera das habituais voltas e voltinhas com que, ainda há dois anos, entretinham o viajante urbe dentro antes de o largarem na estação de camionagem, quando nos apercebemos que, chegados a Braga, passámos a «navegar à vista», ou seja, víamos permanentemente o «miolo» da cidade à direita mas entrar nela nicles.

Quase nos preparávamos para interrogar a hospedeira de bordo quanto à possibilidade de havermos tomado o autocarro errado quando, ao virar de uma curva, nos apareceu a central de camionagem, referência familiar que sabíamos estar à mão, ou melhor, ao pé de qualquer ponto central da cidade.

«Arranjaram uma espécie de grande circular para as carreiras-expresso», pensámos. Mas pensávamos mal, como constatámos logo a seguir ao vermos alinhadas nas dezenas de cais de embarque camionetas para todos os gostos e distâncias, ou seja: para perto e para longe da bela capital minhota.

Serviço é serviço e camionagem é trânsito, pelo que nos pusemos logo na perguntação. Um grupo de condutores, na galhofa junto ao átrio de acesso aos cais, estava mesmo a jeito. Que sim senhor, «agora há uma grande circular que escoo o trânsito pesado e dá muita vantagem sobretudo às camionetas de carreira», agora «entramos e saímos da cidade que é uma limpeza», agora «sai tudo aqui e entra tudo aqui, que está perto de qualquer coisa que se queira da cidade».

E agora era a minha vez de circular e tentar perceber alguma coisa daquilo. E estava tudo perto, na verdade — até a azáfama com que em Braga se procura «devolver a cidade aos peões», que é uma das consignas (soubemo-lo depois) do actual pelouro de trânsito da Câmara: é que mesmo em frente à central de camionagem labutavam homens e máquinas na construção de um dos novos parques-automóvel, que são as peças-chave desta ambicioso projecto.

Se tiverem a paciência de nos



*Casais Baptista insistia que não eram precisas fotos, mas nós é que não fomos nisso: o trabalho tem sempre por trás méritos, nomes e rostos. Este é o dele*



*Esta é uma das ruas do centro histórico que já foram vedadas ao trânsito automóvel. Seguir-se-á a repavimentação adequada à sua «exclusividade pedestre»*



*A sinalização horizontal faz-se em pedra branquinha meticulosamente calcetada. Não há nada que a apague!*

acompanhar hão-de, como nós, perceber os porquês disto.

## A relativização... do absoluto

E para perceber os porquês, nada melhor que procurá-los junto do responsável pelas alterações em curso.

**Casais Baptista** é assim como um dinamo sempre afinado. A energia daquele homem parece inesgotável. Fomos reencontrá-lo com uma carrada de gripe às costas e, por estranho que pareça, com o estilo directo e bem humorado de sempre. Vereador pelo PCP na Câmara Municipal de Braga há já sete anos, conhecíamos-lo do tempo em que a arrogância da maioria absoluta PS na Câmara de Braga lhe recusava sistematicamente a atribuição de qualquer pelouro, não se livrando, por isso, da pertinaz e vigorosa acção fiscalizadora dos actos da gestão municipal, desenvolvida pelo vereador comunista, o que per-

mitiu o despoletar de vários e célebres escândalos envolvendo o executivo socialista.

Começámos exactamente por aí. O que tinha forçado Mesquita Machado — o presidente da edilidade e verdadeira «alma mater» da gestão municipal de Braga — a ceder pelouros ao vereador comunista, concretamente os do trânsito e do cemitério? Casais Baptista riu-se e explicou, enquanto nos encaminhávamos para o projectado silo-auto da Cangosta da Palha, no coração da cidade:

**Forçado, dizes bem! A atribuição de pelouros foi fruto da nova correlação de forças saída das eleições gerais de 1985, onde o PS perdeu a maioria absoluta e a gestão municipal sofreu uma profunda alteração; agora, e contrariamente ao que sucedia em mandatos anteriores, caracteriza-se por uma muito maior participação de todos os eleitos nos destinos do Município. E nós, como sabes, estamos sempre disponíveis para trabalhar seja com quem for, sem**

preconceitos e desde que isso sirva os interesses das populações e da comunidade.

## Parques, são mais que muitos

Chegámos à Cangosta da Palha e deparámos com uma paisagem inesperadamente desarrumada por trás de um extenso gradeamento de ferro; terra avermelhada e húmida da chuva mostrava que todo o recinto havia sido rasgado pelas escavadeiras, só que enquanto uma das metades apresentava crateras profundas, a outra fôra raspada apenas superficialmente; sobre esta última estava instalado equipamento de investigação arqueológica e viam-se pessoas a trabalhar. Voltámo-nos, perplexos, para o vereador que de novo riu:

Cavar numa cidade milenária dá nisto — quando menos esperamos, temos achado arqueológico! Ora aqui irá haver um silo-auto com capacidade para 246 viaturas, quando a investigação arqueológica tiver terminado os seus trabalhos.

Encaminhámo-nos para os dois outros parques de estacionamento já em construção, um junto à central de camionagem (que havíamos visto à chegada) com capacidade para 108 viaturas, outro de apoio ao mercado e servindo de complemento aos parques de Pópulo e Campo da Vinha, dimensionado para 79 viaturas. Um 4.º parque para 400 viaturas está previsto para os Granjinhos, mas aí ainda não começaram as obras. Casais Baptista explicou então o porquê de tantas zonas de estacionamento:

O nosso plano de actividades, o plano do PCP, propunha que a Câmara Municipal de Braga seguisse uma política de trânsito que permitisse a devolução da cidade aos seus habitantes, com vista a estes melhor poderem conhecer e fruir a sua cidade e, ao mesmo tempo, se preservasse o melhor possível o seu centro histórico. Esse plano foi aprovado por unanimidade e, assim, avançou-se com uma série de medidas: retirar do centro da cidade o trânsito interurbano, desviando-o para as estradas periféricas e ac-



Aspecto dos trabalhos na construção do parque de estacionamento automóvel frente à central de camionagem

tivando-se, para isso, uma grande circular a servir sobretudo a central de camionagem; complementarmente está a dotar-se a cintura da cidade com parques de estacionamento bem colocados e dimensionados, que no futuro permitirão aos automobilistas deixar lá as suas viaturas, libertando finalmente o centro da cidade do trânsito automóvel.

## Um fascínio

Foi pelo centro da cidade que prosseguimos. A pé. E valeu a pena: o centro de Braga ainda não foi engolido por bancos e seguradoras, a cidade conserva a dimensão humanizada, o pequeno comércio abunda, os cafés também, os habi-

tantes ainda não foram expulsos, tudo aquilo pulsa ao ritmo do homem. Apetece viver na capital minhota. Mais apetece quando se conseguir libertar o seu centro do trânsito automóvel, como pretende a vereação comunista, o que beneficiará todos — a cidade e os seus habitantes. E ninguém ficará realmente prejudicado, nem mesmo os automobilistas habituados a ir de pópó até à porta dos empregos: é que o centro de Braga está perto de

si próprio e de qualquer trajecto pretendido. Confirmámo-lo pessoalmente em passeios a pé que eram, em si mesmos, um deleite.

Foi no «O Nosso Café», uma das relíquias bracarenses carregadas de história (fundado em 1958 como protesto pelo aumento do café e transformado rapidamente em ponto de encontro de antifascistas) que tomámos a bica e prosseguimos a conversa. Ao lado, uma padaria que não necessitava de anunciar que

«temos forno a lenha» porque, à porta, podia ver-se o descarregamento de belas achas de madeira; mais abaixo o Teatro Circo, que o PCP propôs já há anos ser adquirido pelo município, preservando-o assim como peça importante do património da cidade e rentabilizando-o convenientemente, dado tratar-se de um espaço fabuloso com possibilidade de ocupação simultânea de mais de 2000 pessoas.

Pelos dois anteriores parágrafos se percebe o fascínio que esta cidade exerce sobre o forasteiro. Antes que as «impressões do viajante» assoberbem o espaço disponível, devolvemos a palavra a Casais Baptista e ao seu também óbvio carinho pela cidade. Mas ainda a propósito do trânsito:

Antes de termos tomado posse deste pelouro em Março do ano passado, o trânsito era tido pela Câmara como uma coisa menor, que la «rolando» por si e de nenhuma forma encarado como um serviço autónomo, estando inclusivamente adstrito ao sector das obras. O nosso primeiro objectivo

Baptista completou os seus esclarecimentos, abordando um dos pontos da actividade do pelouro que faz prova do cuidado técnico e da metodologia democrática com que ali se fazem as coisas:

Pusemos a funcionar uma Comissão Consultiva do Trânsito, com ampla participação: todos os presidentes das juntas de freguesia da cidade, comandante da PSP, comandante da Brigada de Trânsito da GNR, director da Divisão de Viação de Braga, representantes da Associação Comercial e Industrial de Braga, Clube Automóvel do Minho, Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários, etc. Todas essas pessoas e organizações permitem uma abordagem exaustiva e participada dos problemas e das soluções a encontrar. Refira-se ainda que, na Câmara, o consenso tem presidido à aceitação de todas as propostas do PCP no âmbito do pelouro.

Faltava ver o previsto passeio público no centro histórico da cidade, a enquadrar o belo jardim de Santa Bárbara. Fomos lá. As ruas Justino Cruz e Francisco Sanches já estão vedadas ao trânsito automóvel e esboçam-se os trabalhos que pavimentarão toda a zona, adequando-a exclusivamente para a utilização pedestre. Quando os trabalhos estiverem concluídos, pratica-



O Teatro Circo (na foto) é um espantoso edifício com capacidade para mais de 2000 pessoas e várias iniciativas simultâneas. O PCP — e com ele muitos bracarenses — considera-o ideal para a dinamização cultural da cidade. Daí a sua proposta de municipalização deste património, avançada já há anos



Braga é uma cidade carregada de história. Visitar-lhe a arquitectura é percorrer ao vivo o próprio trajecto nacional (na foto, Largo do Paço)

## Só que os comunistas...

O vereador do PCP na Câmara Municipal de Braga recebeu no ano transacto e pela primeira vez em dez anos, dois pelouros — o do trânsito e o dos cemitérios. Considerando que o primeiro nem pelouro era no passado e que ambos, também no passado, foram sistematicamente votados a um semi-abandono pelos sucessivos titulares, pode imaginar-se o objectivo desta distribuição ao representante comunista.

Só que os comunistas não cruzam os braços nem têm pruridos quanto à aparente humildade das tarefas. E o resultado está à vista na questão do trânsito: em pouco mais de um ano o recém-criado pelouro do trânsito ganhou autonomia, personalidade e dinâmica suficientes para começar a mudar o rosto da cidade e os hábitos dos cidadãos, emergindo já, bem visível, com um papel de relevo na racio-

nalização rodoviária e no melhoramento da qualidade de vida dos seus habitantes.

O mesmo se está a passar com a questão do cemitério. Tendo como objectivo central «dotá-lo de infra-estruturas que sirvam condignamente quer os trabalhadores quer os utentes», o vereador do PCP começou por reunir com todos os trabalhadores e fazer o levantamento dos problemas e carências mais urgentes. Foi assim que em poucos meses apareceu o que faltou durante anos: casa para o pessoal, balneários, casas de banho públicas, sala de autópsias (que se faziam ao ar livre, por trás dos cedros) — tudo no edifício da foto — ossários e jazigos, pavimentação de arruamentos, pintura de muros e capela.

O urgente alargamento do cemitério é a batalha que se segue. ■

foi autonomizá-lo, apetrechando-o convenientemente.

Como? Salbamo-lo no outro lado do subtítulo.

## Do apetrecho à acção

Para isso — prosseguiu o vereador comunista — criámos uma brigada exclusivamente vocacionada para os problemas do trânsito, apetrechada com os meios indispensáveis: pessoal (especializado para trabalhar na semaforização, pinturas, etc.) e material (concretamente um carro/grua, cuja aquisição já foi aprovada, encontrando-se presentemente em Espanha para montagem da grua). Quando tudo isto estiver a funcionar em pleno, iremos exigir relatórios diários do trabalho executado. Entretanto foi encomendado um novo estudo de actualização dos programas de semaforização e já se fez um grande esforço na construção de passadeiras para peões e de sinalização horizontal.

Tivemos oportunidade de observar esse trabalho de sinalização nos pavimentos; é coisa para durar: em vez das habituais pinturas no asfalto, pedra branca incrustada nas ruas e meticulosamente calcetada pela brigada. Não há esforço de utilização que raspe aquilo! E Casais

mente todo o centro histórico estará reservado aos peões. Dá gosto ver e andar.

Faltava saber uma coisa: a reacção da população a estes profundas alterações nos seus hábitos. De novo o sorriso de Casais Baptista iluminou a resposta:

Está a reagir bem. Temos vindo a procurar sensibilizar a população e a juventude para a problemática do trânsito, nomeadamente através de concursos para as escolas e para os adultos. Quanto à resistência que a novidade sempre provoca, ela aqui pode ser ilustrada com o que se passou com a mudança da praça de táxis no jardim das arcadas: ao princípio houve um sarabulho de todo o tamanho, pelo que fui ter com os taxistas a discutir a questão. Hoje já afirmam que está melhor assim.

Foi o que lhes ouvimos, em breve conversa posterior. Não pudemos averiguar se toda a população acha que está a ser melhor assim. Contudo não nos ficaram dúvidas de que o futuro confirmará aos bracarenses que, quanto a trânsito, Braga ficará melhor assim.

Se puder ir lá, não hesite: além de bonita, a cidade deixa-o passear à vontade, num encontro pessoal consigo. Sem engarrafamentos nem sentidos proibidos. ■





# Viva o 70.º aniversário da Revolução de Outubro

1.

No próximo dia 7 de Novembro celebra-se o 70.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, acontecimento que inaugura uma nova época na história da luta da classe operária e das massas exploradas e oprimidas de todo o mundo pela sua emancipação.

Ao evocar as jornadas gloriosas de Novembro de 1917 e o seu profundo alcance e significado histórico, o PCP presta homenagem ao heróico proletariado russo que, conduzido pelo Partido Bolchevique sob a direcção de Lênine, vibrou o primeiro grande golpe no sistema mundial do imperialismo, fundou o primeiro Estado de operários e camponeses, empreendeu a construção da sociedade mais humana, mais justa e mais progressista que até então a História conheceu. Simultaneamente, o PCP chama todos os seus militantes, a classe operária e os trabalhadores em geral a aprofundar o conhecimento e o estudo do maior acontecimento revolucionário do nosso século; ele comporta experiências, ensinamentos e motivos de inspiração da maior importância e actualidade para a acção dos comunistas e de todos os revolucionários.

2.

O triunfo da revolução russa, a defesa e consolidação do poder soviético, a construção do socialismo na imensa e plurinacional União Soviética, constituiu um empreendimento revolucionário de extraordinárias dimensões.

Percorrendo um caminho nunca antes desbravado e obrigado a consentir colossais sacrifícios na luta contra a intervenção imperialista e a agressão nazi-fascista, o povo soviético alcançou grandes êxitos e realizações na edificação da nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem. Com base no poder dos trabalhadores, na propriedade social dos meios de produção e na mobilização entusiástica da energia e criatividade populares, foi liquidada num espaço de tempo historicamente curto a situação de atraso semi-feudal da velha Rússia czarista. As condições de vida material e espiritual do povo modificaram-se radicalmente. A opressão nacional, a miséria, o desemprego, o analfabetismo foram abolidos. Nos campos da saúde, da instrução e cultura, da habitação, da segurança social e muitos outros foram alcançados grandes êxitos. A URSS transformou-se numa poderosa potência industrializada, com um imenso potencial técnico e científico, desfrutando de grande prestígio e autoridade internacional.

O processo de edificação do socialismo na URSS, verificado nas condições de aguda confrontação com o imperialismo, não esteve isento de deficiências, atrasos e erros. A nova sociedade patenteia porém a imensa superioridade do socialismo sobre o capitalismo e a sua capacidade para dar satisfação aos mais profundos anseios dos trabalhadores.

O PCP saúda o Partido Comunista da União Soviética, os comunistas, o povo soviético pelas grandes realizações alcançadas na edificação da sociedade socialista. É com base nelas e avaliando criticamente e com elevado espírito de responsabilidade o caminho percorrido que o PCUS e o povo soviético abordam as suas tarefas no momento actual. O PCP deseja-lhes os maiores êxitos na concretização da orientação e dos objectivos apontados pelo XXVII Congresso do PCUS no sentido de uma mais completa afirmação das potencialidades do socialismo.

A URSS e a comunidade dos países socialistas constitui a principal realização do movimento operário internacional, o principal bastião das forças do progresso social e da paz. Hoje, como sempre, o PCP continuará solidário com os comunistas e o povo soviéticos no seu trabalho pacífico e criador, combatendo as campanhas de desinformação e intoxicação da opinião pública com que as forças do capital procuram minar a confiança dos trabalhadores e dos povos no futuro socialista dos seus próprios países.

3.

A Revolução de Outubro, inaugurando uma nova época da História da Humanidade, abriu caminho a profundas transformações na sociedade e na evolução mundial.

O triunfo do socialismo na URSS e a formação do sistema mundial do socialismo com a conquista do poder pelos trabalhadores em novos países; a derrota do nazi-fascismo na 2.ª Guerra Mundial; o desenvolvimento do movimento operário nos países capitalistas; a derrocada dos impérios coloniais e a conquista da independência por numerosos povos da África, Ásia e América Latina; a orientação progressista e socialista de numerosos países recém-libertados do colonialismo e do imperialismo; a intervenção crescente das massas populares, na luta pela democracia, a independência, o progresso social e a paz — são realidades que alteraram radicalmente o mapa político do mundo, apontam para o fim inevitável do capitalismo, confirmam que a evolução mundial se processa no sentido da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

As forças do imperialismo e da reacção não se conformando com as derrotas sofridas e a perspectiva do seu desaparecimento, procuram por todos os meios sustentar e se possível inverter o curso do processo revolucionário. Insistem na busca da superioridade militar e numa estratégia de confrontação com o campo socialista. Recorrem à ingerência e à agressão mais brutal contra os povos de numerosos países e regiões do mundo. Desencadeiam violentas ofensivas contra as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores nos países capitalistas. No plano ideológico conduzem uma campanha sistemática visando justificar a exploração capitalista, desacreditar os ideais do socialismo e do comunismo e enfraquecer a confiança dos trabalhadores na sua própria força organizada. Isto é bem patente nas campanhas sobre os pretensos «desaparecimento da classe operária», «declínio irreversível do movimento comunista», etc.

A história dos últimos 70 anos constitui porém o mais flagrante desmentido de tais teses. A influência do movimento comunista e operário internacional, num processo sem dúvida irregular e desigual, não cessou de crescer. Nas grandes transformações revolucionárias ocorridas desde a Revolução de Outubro é patente o papel crescente da classe operária e das massas laboriosas, dos seus ideais libertadores, da sua ideologia marxista-leninista criadora, da sua força organizada, do novo sistema social dirigido pelos trabalhadores em que vive já um terço da humanidade.

Fiel aos princípios do internacionalismo proletário, o PCP continuará a dar o seu activo contributo para o fortalecimento da amizade, cooperação e solidariedade entre os comunistas e revolucionários de todo o mundo. O PCP continuará a trabalhar para o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, assim como para

o reforço da cooperação e acção comum de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

4.

As celebrações do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro têm lugar numa situação internacional marcada, por um lado, por graves perigos para a paz resultantes da política de guerra e agressão liderada pelo imperialismo norte-americano e, por outro lado, pelo alargamento do campo das forças da paz e a intensificação da sua luta pela eliminação da ameaça nuclear e por uma viragem no sentido do desarmamento, do desanuviamento e da segurança internacional.

Na linha do primeiro decreto do poder soviético, o Decreto da Paz, e exprimindo a natureza pacífica e humanista do socialismo, a URSS desempenha, com os outros países socialistas, um papel determinante na luta contra os propósitos agressivos do imperialismo e pela salvaguarda da paz. Disso são expressão as propostas apresentadas pelo camarada Gorbatchov em 15 de Janeiro de 1986 visando libertar completamente o mundo das armas nucleares assim como muitas outras, designadamente as que preconizam a eliminação dos mísseis nucleares de médio e curto alcance, a redução em 50% das armas nucleares estratégicas, a prevenção da militarização do cosmos, a proibição de ensaios nucleares. Trata-se de contribuições da mais alta importância para a defesa da paz.

5.

Em Portugal as celebrações do 70.º Aniversário da Revolução de Outubro têm lugar numa situação particularmente perigosa para a democracia portuguesa. Para os comunistas, a melhor forma de celebrar esta data histórica consiste em reforçar a organização do partido, estreitar ainda mais a sua ligação com as massas, intensificar a luta em defesa dos interesses e direitos fundamentais das massas trabalhadoras, trabalhar ainda com maior energia para unir na acção todos os democratas e patriotas em defesa de Abril.

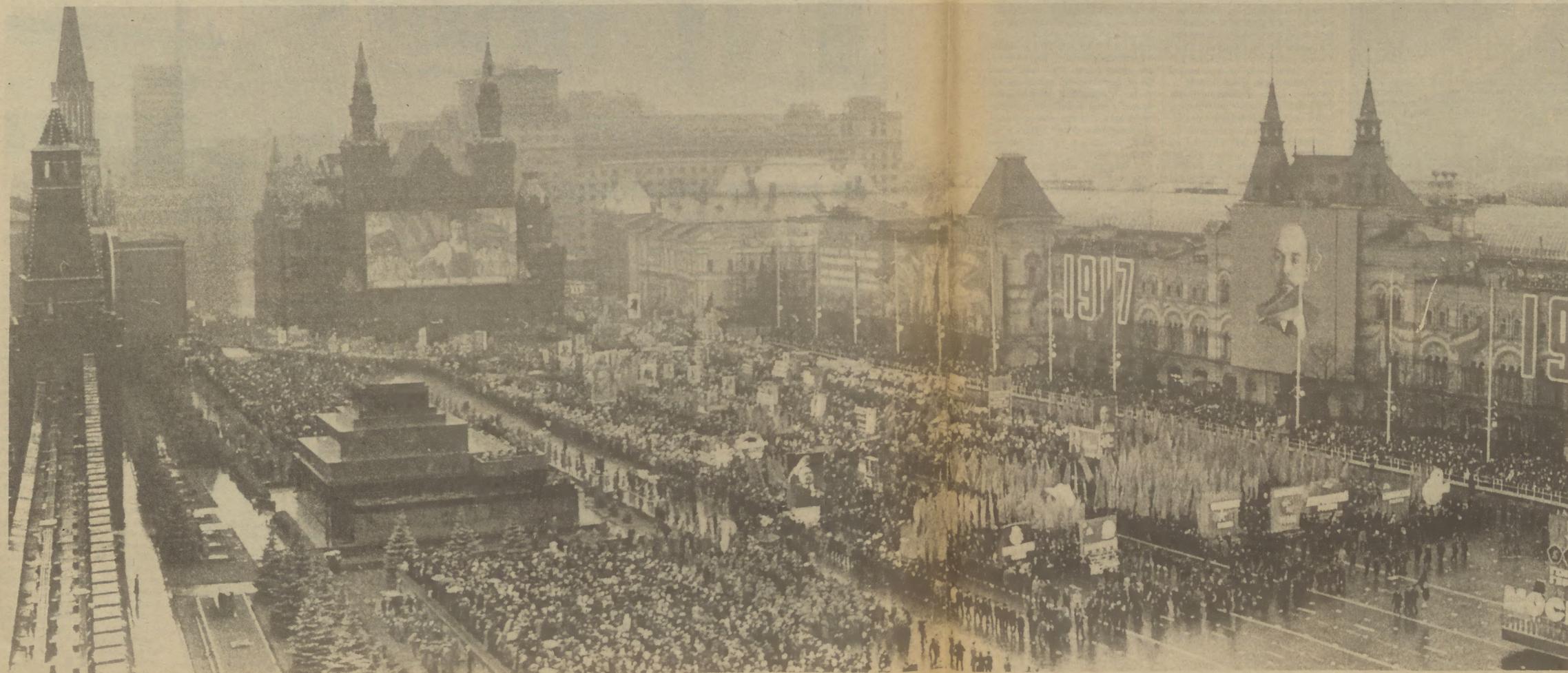
A Revolução portuguesa insere-se no processo universal de libertação dos trabalhadores e dos povos. O resultado da dura e difícil luta que hoje travamos contra as tentativas de restauração do poder dos monopólios e pela salvaguarda do regime democrático e das conquistas da Revolução do 25 de Abril, dependerá essencialmente da acção dos comunistas, da classe operária e do povo português. Ao mesmo tempo a solidariedade internacionalista, os sucessos das lutas revolucionárias de outros povos, o avanço na edificação socialista na URSS e demais países socialistas, constituem um incentivo poderoso para a nossa própria luta.

Este um motivo mais para desejarmos ao PCUS e ao povo soviético os maiores sucessos no processo de reestruturação em curso visando a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, o aprofundamento da democracia, o aperfeiçoamento e o reforço do socialismo. Tal é do interesse, não apenas do povo soviético, mas da classe operária internacional, do movimento revolucionário mundial, das forças progressistas e amantes da paz do mundo inteiro.

Viva o 70.º Aniversário da Revolução de Outubro!

Viva a amizade e solidariedade entre o PCP e o PCUS, entre o povo português e o povo soviético!

28 de Outubro de 1987  
O Secretariado do Comité Central  
do Partido Comunista Português



# Mentir e reprivatizar

**N**a campanha contra as nacionalizações, o Governo e o grande patronato dispõem de armas poderosas — e não queremos com isto referir apenas o controlo sobre os mais importantes meios de comunicação social do Estado, eles próprios, aliás, também sob a gula dos privatizadores. Dispõem de armas poderosas — e utilizam-se delas para espalhar nuvens de confusão, invencionices, *lendas* e argumentos de pés de barro a favor de teses que não estão interessados em expôr de forma suficientemente clara. No plenário de organizações representativas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado (15 de Outubro, Lisboa) foram lembradas algumas verdades do passado e do presente das empresas públicas. Convém ter presentes esses factos, fundamentais para o combate em defesa do SEE, do regime democrático e dos direitos dos trabalhadores, contra a reconstituição dos grupos monopolistas e o agravamento da dependência externa de Portugal.

Vamos ver, por exemplo, os casos do sector cervejeiro — um dos que constam da lista dos primeiros a reprivatizar que Cavaco Silva apresentou nos EUA — da Rodoviária Nacional e dos transportes rodoviários, da Electricidade de Portugal, da comunicação e das telecomunicações. Mas são, como se diz, exemplos.

Convém apurar os factos até ao fim, e o grupo parlamentar do PCP propõe na Assembleia da República a constituição de uma comissão eventual para efectuar esse traba-

lho. Mostrar-se-ão os outros partidos — nomeadamente os que defendem as reprivatizações — interessados numa análise concreta e aprofundada, ou preferirão manter a nuvem de desinformação?

## Unicer e Centralcer

A Unicer e a Centralcer são hoje empresas lucrativas, que movimen-

## — duas faces da ofensiva contra as nacionalizações

tam anualmente milhões de contos e, na opinião dos representantes dos trabalhadores, apresentam «sintomas reais de grande vitalidade e desenvolvimento».

Em 1986 os lucros da Unicer EP foram de 560 mil contos e os da Centralcer de 130 mil contos — isto, sublinha-se, apesar do aumento da carga fiscal. Além disso, estas duas empresas cervejeiras transferem anualmente para o Orçamento do Estado qualquer coisa como 6 milhões de contos, através do IVA e de impostos vários.

Só que, recordam as ORT's, se tal acontece, «isso fica-se a dever em grande parte aos trabalhadores, à sua combatividade e à sua luta persistente» em defesa da naciona-

lização e dos seus postos de trabalho.

Em 1974, antes da nacionalização, as empresas cervejeiras Cerga, Copeja e Imperial estavam «falidas e em vias de extinção». Estavam na iminência do desemprego cerca de meio milhar de trabalhadores. As dívidas daquelas empresas e da Central de Cervejas ascendiam a mais de 1,5 milhões de contos. «**Só os patrões Vinhas, da Central de Cervejas — refere-se na comunicação apresentada pelas ORT's do sector cervejeiro — contraíram junto de um banco americano um empréstimo de 6 milhões de dólares, cujo destino ninguém soube qual foi mas que, mais tarde, se transformou em mais um fardo que a actual Centralcer EP carregou às costas até aos dias de hoje.**»

Depois de nacionalizadas, as empresas cervejeiras foram alvo de uma autêntica «sabotagem económica» por parte de sucessivos governos. A concretizar a acusação recorda-se que tiveram que esperar 28 meses até que lhes fosse reconhecido o estatuto de empresas públicas; atrasaram-se os seus planos de reestruturação e saneamento financeiro; foram obrigadas a pagar «milhares de contos de impostos sobre os lucros e dinheiros arrecadados e desviados pelos donos da Central de Cervejas» e, como se isso não bastasse, tiveram que pagar ainda os prejuízos das empresas vidreiras associadas da Central de Cervejas (CIVE e Empresa Produtora de Garrafas) num montante «próximo dos 80 mil contos».

### EDP

A Electricidade de Portugal ocupa, antes de mais pelo serviço público que tem a seu cargo, uma posição extremamente importante. As ORT's da empresa recordaram no plenário que «no período de 1965 a 1975 foram electrificadas 894 sedes de freguesia. Após a sua constituição, em 1976, a EDP electrificou cerca de 5 mil localidades, servindo mais de 400 mil portugueses que até aí não tinham acesso à energia eléctrica». Uma

comparação a ter em conta perante os intentos de regresso ao antigo estado através do desmembramento.

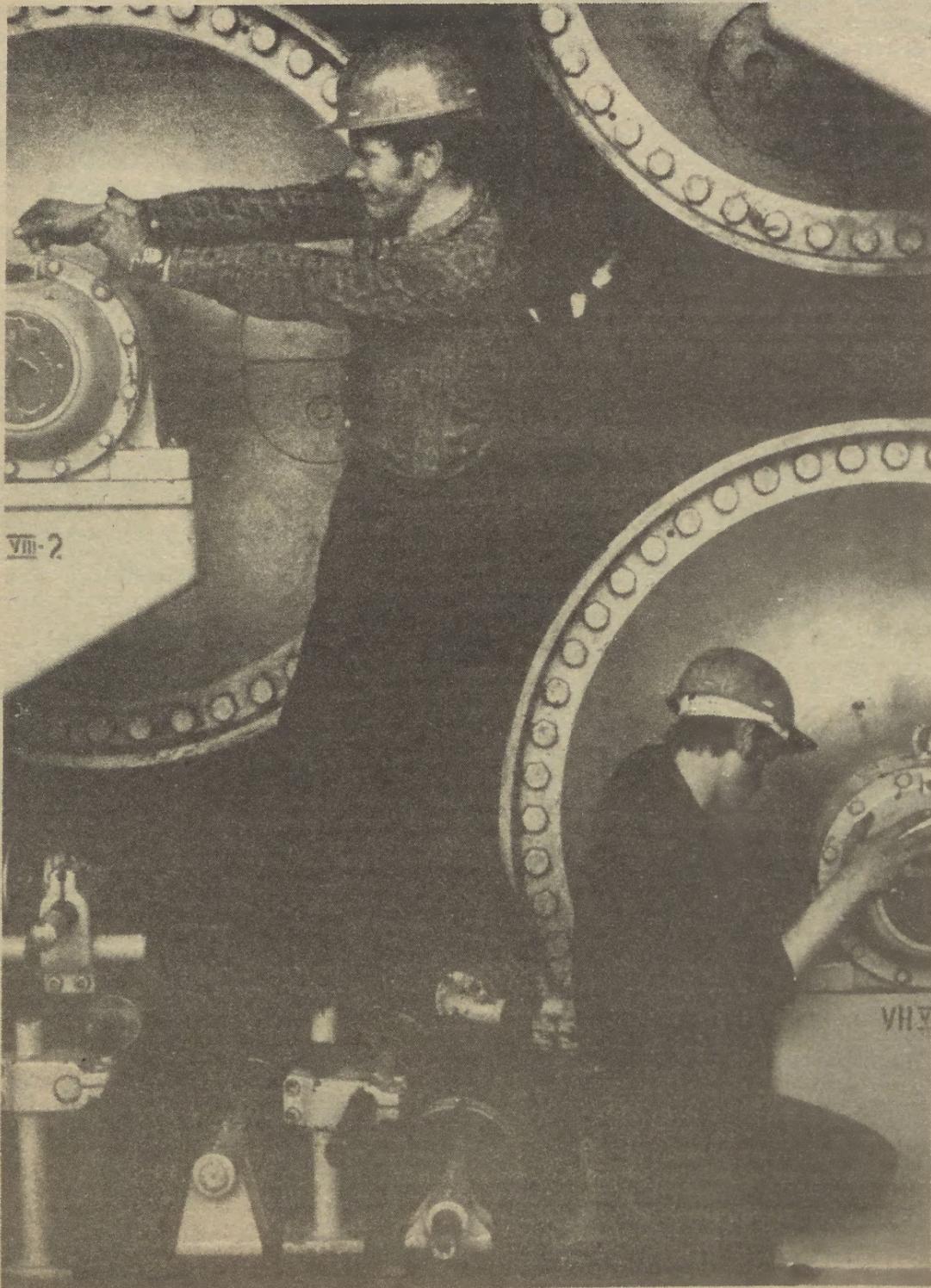
Por outro lado, a EDP é o maior investidor português. «Os custos técnicos do investimento feito pela EDP nos últimos 10 anos têm representado entre 4 e 9 por cento da formação bruta de capital fixo do País.» Em 1985 o investimento total da EDP (129 milhões de contos) representou 44% da FBCF do sector público empresarial.

No entanto, como as empresas públicas em geral, também a EDP tem sido alvo de ataques por parte dos governos, ataques que se situam em várias áreas e que — como se denuncia na comunicação apresentada pela Federação das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) — têm por objectivo denegrir a imagem daquela empresa perante o consumidor, «construindo pacificamente um clima de dificuldades que justifique a sua reprivatização e, consequentemente, a entrega das suas partes rentáveis ao capital privado».

Mas há mais: «**A EDP — lê-se naquele documento — tem vindo a ser usada desde 1980 como bomba de transfega de divisas necessárias à República, mas dispensáveis à sua actividade intrínseca. É esta uma das razões para a elevadíssima dívida externa da EDP, situada em 737 milhões de contos.**»

A Federação reclama do Governo «medidas sérias e concretas» que fortaleçam a Electricidade de Portugal EP, «em vez de declarações e decretos-lei que perturbam a estabilidade» da empresa, já que com a instabilidade e, muito menos, com o desmembramento da EDP ninguém aproveitaria. «Nem mesmo a indústria privada portuguesa» — sublinha-se na intervenção.

A FSTIEP lembra ainda que «a **defesa da EDP é também do interesse dos consumidores**, nomeadamente daqueles que, vivendo em regiões do interior, não dispõem de electricidade se não fosse o esforço da EDP. O seu desmantelamento ou o seu desmembramento levariam a que as várias empresas praticassem políticas comerciais diferentes, trazendo consigo, quase



### Porquê a desnacionalização?

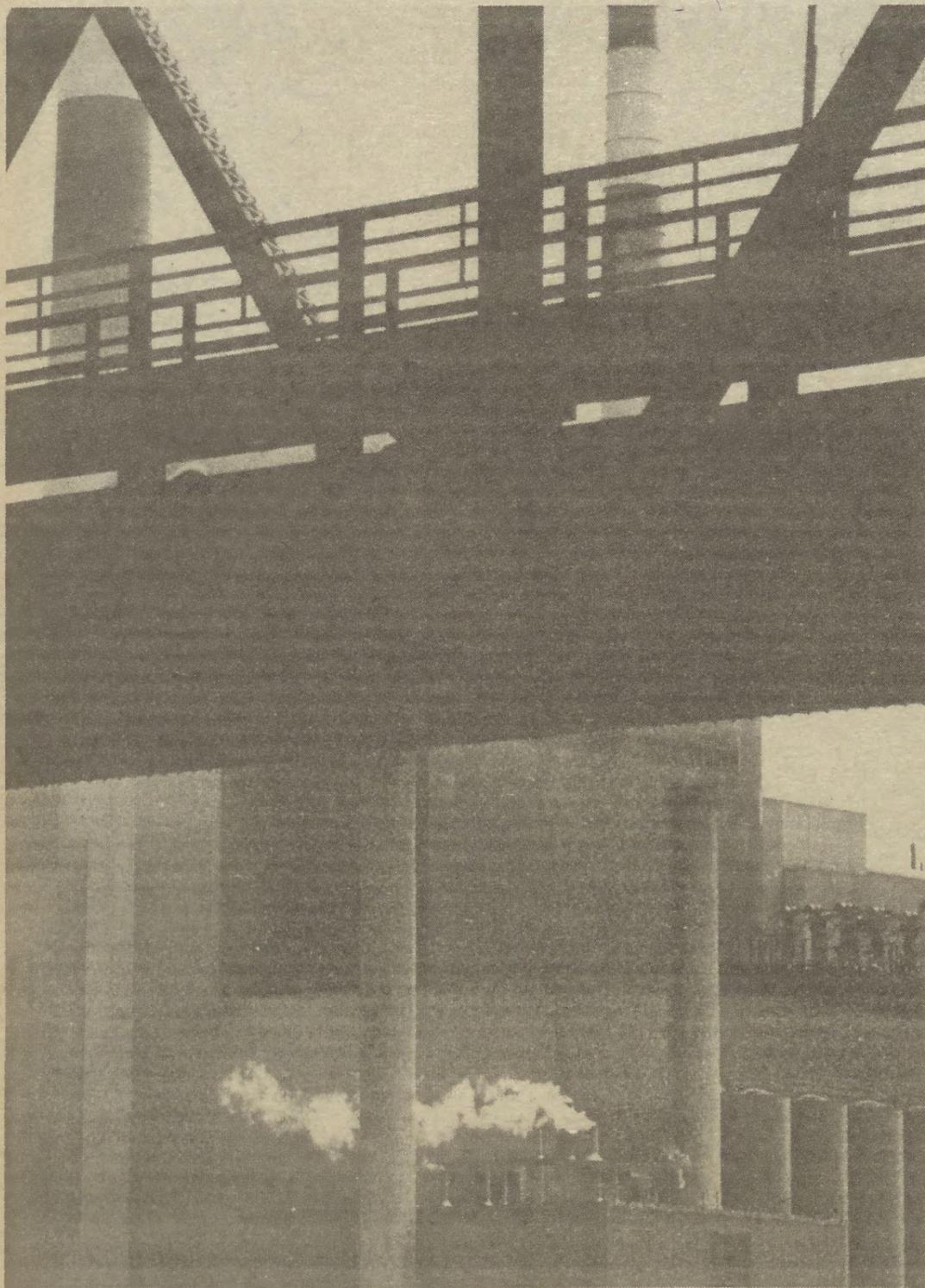
«Face à situação actual da Centralcer EP e da Unicer EP, é legítimo perguntar:

«Porquê a desnacionalização do sector cervejeiro?

«Se este dá lucro, porquê entregar as empresas cervejeiras ao capital privado nacional e estrangeiro?

«Pensamos que este objectivo central do Governo é (re)privatizar tudo o que for imediatamente rentável em benefício dos grandes grupos económicos e das grandes famílias (tal como antes do 25 de Abril) para que estes controlem cada vez mais o poder político».

(Da intervenção do sector cervejeiro no plenário de ORT's do SEE)



fatalmente, o retorno às tarifas diversificadas que vigoraram anteriormente à constituição da EDP».

## Comunicações

«Existe da parte do Governo uma clara intenção de subtrair ao Estado lucros dos correios e telecomunicações, impedir as empresas de comunicações de cumprir cabalmente o seu papel de prestadores de serviços de carácter social e privatizar o sector da comunicação audiovisual em vez de democratizar mais o sector público existente» — acusa a Federação dos Correios e Telecomunicações na comunicação que apresentou ao plenário das ORT's do sector público.

Analisando detalhadamente o sector das comunicações, aponta-se as Linhas Gerais de Orientação para os CTT e os TLP como «o exemplo da contradição da sua gestão».

**«Os grandes grupos económicos têm plena consciência que os trabalhadores do SEE conquistaram importantes direitos, individuais e colectivos, que representam regimes que globalmente podem ser considerados dos mais progressivos nas relações de trabalho».**

(Da resolução aprovada no plenário de ORT's do SEE)

Deixamos aqui um parágrafo dessa «contradição»:

**«Lamenta-se o empolamento dos serviços de apoio, que é real, mas todos os dias se cria mais um lugar para um partidário do Governo. Os novos serviços lançam-se sem qualquer estudo de rentabilidade. Novos serviços claramente rentáveis, que serviram o sector e o País, como os cheques postais, continuam sem ser autorizados. Preconiza-se aumento de produtividade, qualificam-se 2200 trabalhadores de "não rentáveis", mas o esbanjamento, as almoçaradas, os automóveis para directores superabundam.»**

Mais adiante a FCT (Federação dos Correios e Telecomunicações), que engloba sindicatos dos CTT, TLP e Marconi e o STT (RTP, RDP, RR e outras empresas de radiodifusão) analisa o sector público da comunicação social. Registamos aqui a denúncia do que se tem passado com a Televisão:

«O projecto do Governo é já claro: esvaziar a empresa no campo da produção interna, limitando-a aos telejornais; possibilitar num futuro próximo, a pretexto das dificuldades financeiras criadas à empresa, a sua desarticulação e redução sensível dos postos de trabalho; permitir e incentivar a criação de empresas privadas ou de capital misto que reforcem ainda mais a penetração dos valores e culturas estrangeiras (designadamente através de *enlatados*), em detrimento dos valores nacionais e democráticos.»

## Rodoviária Nacional

A Rodoviária Nacional foi constituída em 1976 pela junção de 93

empresas privadas. «A maior parte» — segundo a intervenção das ORT's da RN no plenário de 15 de Outubro — estava «em situação de acentuada, se não absoluta, degradação em termos técnicos, económicos e financeiros».

Foi assim que «a formação, consolidação e recuperação da RN, em que os trabalhadores tiveram uma importante participação, exigiu o superar de dificuldades vultosas, acrescidas por falta ou atraso na tomada de medidas por parte dos governos até 1980, altura em que o Governo anula a sua dívida para com a empresa (mais de 13 milhões de contos a preços de hoje) e nomeia novos gestores, apontando como objectivo estratégico o desmembramento da Rodoviária Nacional».

Considerando a actual situação da RN «pior em muitos aspectos do que a existente no início da década», as organizações representativas dos trabalhadores desta empresa salientam que ela se mantém, contudo, «incomparavelmente melhor» do que a existente no momento da sua formação: a situação financeira está muito mais equilibrada; os resultados económicos são positivos; transportam-se mais 90 milhões de passageiros do que em 1977, em melhores condições e numa área maior que então; os trabalhadores mantêm importantes direitos e regalias.

Numa intervenção sobre as empresas públicas de transportes rodoviários e urbanos (RN, Carris, STCP e Metropolitano) alefita-se para um **ante-projecto de lei de bases dos transportes terrestres**, «presentemente a ser discutidos, tanto quanto sabemos, por menos entidades do que as devidas». Tal documento — afirma-se — «enquadra perfeitamente os objectivos de desmantelamento e privatização da Rodoviária

## A receita deles

*A receita seria, se de culinária se tratasse, mais ou menos assim: pegar numa empresa nacionalizada o mais cedo possível e com a garra maior que se arranjar (convém agarrar logo por cima, digamos, pelo Governo ou pela gerência, ou ambos, que ainda é melhor); depois de feita essa panelinha, levar a lume mais ou menos brando, conforme o temperamento dos cozinheiros e o clima laboral (quanto menos gente souber do cozinhado, melhor, para evitar ondas que podem entornar o caldo); mexer para todos os lados, com colheres de pau e de metal, com garfos, facas, mãos, tudo o que arranjar, de modo a que, deitando as culpas para a nacionalização, comecem a surgir falhas no funcionamento, conflitos, prejuízos (de tudo isto, quanto mais melhor); para apurar o sabor, de forma a que o português médio coma sem refilar, há que acrescentar uns pózinhos de RTimPimpim e afins pimpins, manipulando como melhor convier (nisto abundam os especialistas e a experiência é vasta); servir com moderação, pelo menos no aspecto, e só na altura considerada própria; consegue-se um respeitável ar democrático acompanhando o serviço com umas palavrinhas sobre as vantagens da distribuição do capital — mas não vale a pena entrar em pormenores, como explicar, por exemplo, quem fica a mandar no baile que se segue se isto tudo der certo. ■*

Nacional» e, além disso, «poderá ter sérias implicações para todo o sistema de transportes colectivos».

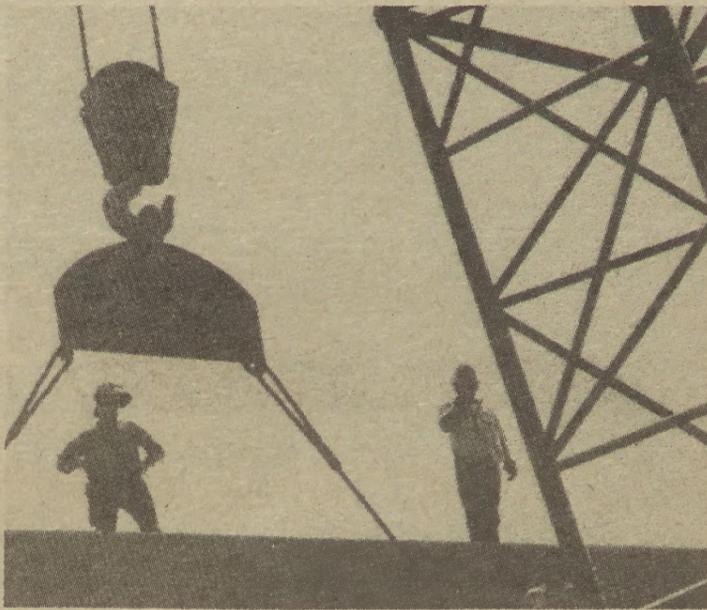
Um aspecto que não é de menor importância é que com a nacionalização da RN melhoraram substancialmente as condições de trabalho e de vida dos rodoviários. «Não só dos trabalhadores da RN — sublinha-se na comunicação —, mas também, e por arrastamento, dos restantes trabalhadores dos transportes rodoviários».

Deixamos aqui alguns exemplos, em jeito de um balanço das conquistas obtidas e que disseram respeito a: **horário de trabalho**, nomeadamente períodos para refeição, descanso diário e descanso semanal; **passagem inicial dos contratados a prazo para efectivos**; **uniformização de condições de tra-**

creativas, culturais e desportivas; maior garantia do cumprimento do acordo de empresa e das leis de trabalho.

Recorde-se, a propósito, a resolução aprovada no plenário de dia 15: «Os grandes grupos económicos têm plena consciência que os trabalhadores da SEE conquistaram importantes direitos, individuais e colectivos, que representam regimes que globalmente podem ser considerados dos mais progressivos nas relações de trabalho».

O Governo — na opinião dos representantes dos trabalhadores da RN expressa no encontro das ORT's do SEE — «percebe que, para privatizar, necessita degradar as condições de trabalho e baixar os salários ao nível dos praticados em empresas privadas. Não será já



balho; **subsídio de doença e complemento de reforma**; proliferação de **refeitórios**; diversas cláusulas de expressão pecuniária; novas formas de organização dos trabalhadores, permitindo-lhes meios, informação, participação na vida da empresa; lançamento de actividades re-

por isso — interrogam — que na actual revisão salarial Governo e conselho de gerência pretendem aumentos de 10,5% na RN, quando, na mesma altura, noutras empresas públicas, eram obtidos aumentos de 12% e até superiores?». ■

## «Defender o sector empresarial do Estado»

No quadro em que, no «Em Foco» da semana passada, se referiam os lucros de algumas empresas públicas, os dados da Portucel saíram com um erro. Pedindo desculpa do facto aos leitores, deixamos a correcção: a **Portucel EP teve, de 1976 a 1986, lucros no valor de 4 milhões de contos.** ■

# Gazetilha

por **Ignotus Sum**

## O que eles querem

O grande ataque na Siderurgia noutros lados também tão claro como o dia não engana ninguém. Para o grande patronato, governar tem uma vocação totalitária: é desorganizar a classe operária.

Será preciso recordar de novo que não se pode demitir o povo?...

## A estratégia da aranha

Já se diz que o Cavaco se baseia num discurso do centro Quem está dentro da teia sabe bem quando, como e onde a aranha tece para colher o tonto que aparece. Comentarador de rojo a enaltecer o tal «discurso» agora feito sabe a quem faz o jeito e mete nojo

## Aprendiz de feiticeiro

A Bolsa quer dizer prosperidade? Debate a questão. Pra mim, acho que ela é, na realidade pura especulação.

Só não repito aqui o «a bolsa ou a vida» e sem pejo nenhum, porque a frase de tanto repetida é um lugar-comum...

De tal maneira se exaltou a febre que eu cá, de assombro, estaco quando quem diz que há ali «gato por lebre» e o próprio Cavaco...

Lembra-me o conto nada lisonjeiro de um infeliz aprendiz de feiticeiro que, movido por falso dinamismo, pôs a andar terrível mecanismo que depois já não pôde controlar (O falso dinamismo a que chamamos hoje cavaquismo...)

Ele aí está, a provar que nos quer «embolsar»...

## Assim vai o «progresso»...

Raquítica a política do governo que está blá-blá se não muda pra bem seja o que for muda o vocabulário: Já não despedem um trabalhador mandam embora um... «excendentário!»

Se isto assim continua a ir gente para a rua (com a mão «leve» que na Siderurgia deu sinal) de «excendentários» haverá em breve aí uns dez milhões em Portugal...

Com estes percevejos e trapaças de facto é um «progresso» do caraças...

# Pontos Cardeais

## A rotina e o escândalo

O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República emitiu já um parecer em que afirma existir matéria para a instauração de procedimento criminal contra o MAP por desobediência à execução de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo. Mas, recordou-se na conferência da Reforma Agrária, «o Governo e o ministro insistem e agravam o seu comportamento de fora-da-lei». Foram citados «só dois exemplos» que aqui registamos:

**Um** — o Supremo Tribunal Administrativo ordenou a devolução às UCP's «15 de Outubro» (Estremoz) e «Albufeira do Monte Branco» (Elvas) de duas reservas, gado e máquinas ilegalmente entregues às agrárias Maria Guiomar e Maria da Conceição Cortes de Moura; o não cumprimento dessa decisão pelo MAP levou o STA a emitir um segundo acórdão, estabelecendo um prazo de 90 dias para a sua execução. Vai daí, o ministro decidiu restabelecer a legalidade. Como? Assim: anulou o despacho que esteve na origem de toda a questão e emitiu outro, em 31 de Agosto de 1987, igualzinho ao primeiro, como se de novo processo se tratasse!

**Outro** — o agrário Veiga Teixeira, que é hoje detentor de um património de mais de 2 mil hectares de reservas concedidas a ele próprio, aos filhos e à sociedade de que é titular, recebeu em tempos uma reserva de 700,8 hectares na herdade de Pedrógão, da UCP «Boa Esperança de Lavre»; com dinheiros da CEE, propõe-se fazer uma barragem cujo regolfo irá submergir, naturalmente, parte da reserva. E não é que por esta razão o ministro Barreto já decidiu, por despacho de 27 de Julho, retirar à UCP e atribuir ao Veiga Teixeira mais 12 hectares do resto da herdade por conta da área que irá ser submergida! Escândalo é palavra leve para classificar procedimentos como estes. Mas a verdade é que, mesmo assim, esta situação é já considerada rotina, polémica e não tem merecido da parte de algumas forças democráticas, «por razões de mero interesse partidário-eleitoral e preconceitos ideológicos e de classe» — como lembrou um dos oradores —, a denúncia e a intervenção activa que tão grande escândalo exigiria.

## H. Parry & Son

O progresso e o desenvolvimento estão aí a bater à porta... A promessa repete-se todos os dias. Nas colunas de certa Imprensa, na TV, na Rádio, nos discursos governativos de pompa, circunstância e demagogia. Do lado de lá do Tejo, no concelho de Almada, os trabalhadores (e as famílias) da H. Parry & Son estão bem conscientes do que significa a estafada *cassette* cavaquista



do progresso e da estabilidade. A política de direita destruiu e mandou a leilão a mais antiga empresa da indústria naval portuguesa. Fundados em 1855, os estaleiros da Parry conhecem hoje o silêncio frio e o abandono. Nas oficinas e nas docas não se reparam nem se constroem barcos, tão necessários para a pobre marinha mercante, também ela vítima da política de destruição direitista. «Como é que Portugal» interroga a propósito o executivo da C. Concelhia de Almada do PCP, «país com uma débil estrutura industrial e económica, se pode dar ao luxo de encerrar empresas?» Tanto mais que das exportações transportadas por via marítima, apenas 15% utilizam navios nacionais. Quem beneficia com isto?

## Sem futuro

Deixando o futuro a deriva no Século XXI, cuja Fundação abandonará para se dedicar

ao CDS — já com dois candidatos à sucessão, o televisivo Prouça e o ex-político Marcelo Rebelo de Sousa — Freitas do Amaral arrisca-se a afundar ainda mais o menos centrista de todos os partidos, até agora conduzido por Adriano Moreira. Com efeito, o futuro, com Freitas ou sem ele, não parece sorrir ao CDS. Depois da derrocada do 19 de Julho, com um grupinho parlamentar em bicos de pés apresentando um projecto próprio de revisão constitucional que é apenas uma bandeira do antigamente agitada ao sopro do passado, o CDS vê-se não apenas sem préstimo para a formação de uma maioria como sem peso para os dois terços necessários à revisão constitucional. E, ainda por cima, os ingratos do PSD já deram claramente a entender que não precisam do CDS nas autarquias. Nem mesmo na de Lisboa. Resta saber se não é pressa a mais do PSD. Se o CDS não tem futuro, quem garante um futuro aos cavaquistas?

## O que bate na fraqueza?

«O que é mais importante para disfarçar a fraqueza do Homem?»

A pergunta é colocada pela revista colorida de um semanário, a tal que mais semanalmente fala das Kukas e das Quicas, das Nitinhas e das Picuxas, abundantemente fotografadas ao lado de rapaziada enfarpelada a rigor. E, vai daí, responde: «Prestígio, poder e dinheiro!»

Curiosamente nem toda a gente parece estar de acordo. Para uns é mais importante o dinheiro. Para outros o prestígio... com alguns trocos ou... como meio para os ganhar.

O mais curioso, porém, é a ideia que a sondagem «OLÁ/Norma» dá, transmitida pelos entrevistados (queremos crer entre os leitores da revista), do que é um rico. Para muitos só uns 500 contos por mês chegariam. Alguns, poucos, precisariam de mil — estes devem ser dos mais assíduos leitores do «Semanário». Mas alguns já se contentavam com 100 contos — seriam «ricos»! Em terra de grande pobreza, os sonhos de dinheiro são capazes de baterem na fraqueza...

# Agenda

**Avante!**

Ano 57 - Série VII  
N.º 722

29 de Outubro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



**70.º Aniversário  
da Revolução Socialista  
de Outubro**

Porto Palácio de Cristal 7 e 8 Novembro

**Quinta** <sup>29</sup>

Centro de Trabalho do  
Seixal.

• **SEIXAL**

Reunião sobre o trabalho autárquico, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• **LISBOA**

Reunião de naturais do Alentejo, às 20.30, no Centro de Trabalho Vitória, Av. da Liberdade, 170, com a presença do camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

**Sexta** <sup>30</sup>

• **MONTIJO**

Debate, às 21.00, sobre o Hospital Distrital, na Câmara Municipal do Montijo, com a presença dos camaradas Mário Jorge e João Camilo. Preparação do segundo Encontro Nacional do Partido Sobre a Saúde.

• **PERNES**

Reunião geral de militantes, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• **SEIXAL**

Plenário dos trabalhadores das autarquias, às 18.30, no

**Sábado** <sup>31</sup>

• **S. MAMEDE DE INFESTA**

Plenário de militantes, às 15.00, seguido de convívio e magusto, no Centro de Trabalho.

• **S. PEDRO DA COVA**

Sessão de Amizade, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia. Participação de uma delegação da Comissão Distrital de Leipzig do Partido Socialista Unificado da Alemanha e de uma delegação da DORP do PCP.

• **AMARANTE**

Reunião do Pleno do Vale do Tâmega, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **VIALONGA**

Noite de Fado, a partir das 21.00, com magusto, no Centro de Trabalho.

• **PENICHE**

Plenário, às 15.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada António Orcinha, membro da Comissão Política do CC do PCP.

## Assembleia da Paz <sup>Lisboa</sup>

Aula Magna da Reitoria  
da Universidade de Lisboa



**Sexta-feira**

Sessão inaugural, às 21.00, consagrada à Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas.

**Sábado**

*Primeira parte:* das 9.30 às 13.00, O Movimento e a Luta pela Paz em Portugal; a conjuntura internacional e a acção pelo desarmamento e desanuviamento; a segurança e a cooperação.

*Segunda Parte:* das 14.30 às 17.00, o movimento e a solidariedade com os povos em luta pela emancipação; os focos de tensão; Paz e desenvolvimento.

*Terceira parte:* das 17.30 às 19.00, construção de um movimento nacional pela Paz e a soberania de Portugal; objectivos e linhas de acção comuns.

ASSEMBLEIA  
O MOVIMENTO  
EM PORTUGAL

30-31 DE OUTUBRO 1987  
AULA MAGNA • LISBOA



Henniger, Barbara (1938) RDA in «Mit Soitenopiel und spitzer Feder», colectânea de desenhos humorísticos sobre temas musicais, editado em Berlim em 1986

# TV O Programa



Quarta-feira, às 21.45, na RTP-1 em *Lotação Esgotada* «O Pecado Mora ao Lado», com Marilyn Monroe

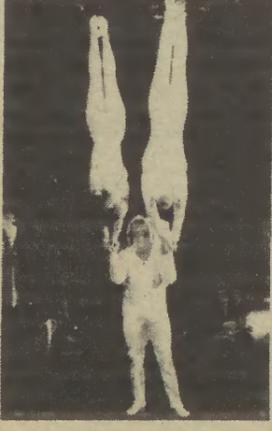
## Quinta

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada», 37.º Epis.
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.30 - Sumário
- 17.35 - Brinca Brincando
- 18.20 - Série - «Você Sabia Que...», 1.º Epis.
- 18.50 - Série - «O Império de Carson», 14.º Epis.
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro», 13.º Epis.
- 21.15 - Primeiro Andamento - «Sonatas de Beethoven» por Sequeira Costa
- 21.45 - Programa da Direcção de Informação
- 22.15 - Série - «Anastásia», 2.º Epis.
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

### RTP2

- 13.15 - Telenovela - «Os Imigrantes», 117.º Epis.
- 14.00 - Pano Para Mangas
- 15.35 - Série - «As Bluebell», 3.º Epis.
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Countdown
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Simon Show
- 19.55 - Série - «Hitchcock Apresenta», 106.º Epis.



- 20.20 - Série - «Os Malucos do Circo», 20.º Epis.
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Já Está!
- 22.40 - Série - «As Teias da Lei», 2.º Epis.

## Sexta

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 17.30 - Sumário
- 17.35 - Brinca Brincando



- 18.20 - Série - «Os Anos Não Contam», 1.º Epis.
- 18.50 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Telenovela - «Roque Santeiro»

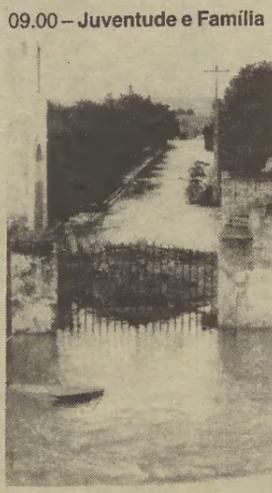
- 21.15 - Série - «Guerra de Espiões»
- 22.05 - O Programa das Festas
- 22.35 - 24 Horas
- 23.05 - Remate
- 23.15 - Pela Noite Dentro - «Justiça Cega», real. Andrew Gottlieb (EUA/1985)

### RTP2

- 13.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 14.00 - Agora, Escolha!
- 15.35 - O Mundo é um Palco
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Countdown
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Simon Show
- 19.55 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.20 - Série - «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clube de Jornalistas
- 22.00 - Série - «Fanny e Alexandre»
- 23.15 - Troféu

## Sábado

### RTP1



- 09.00 - Juventude e Família
- 12.00 - Defesa do Ambiente
- 12.30 - Estrada Larga
- 13.00 - Jornal de Sábado
- 13.10 - Especial National Geographic
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - Série - «Lucky e Luke»
- 15.00 - Concurso - «Sobe e Desce»
- 16.00 - Sessão da Tarde - «Malícia no País das Maravilhas», real. Gus Trikonis (EUA/1985)
- 17.30 - Fisa
- 18.15 - Vivamúsica
- 19.15 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - Série - «A Relíquia»
- 22.00 - Parabéns Hollywood
- 00.30 - Cinema da Meia-Noite - «Cativos do Mal», real. Vincente Minnelli

### RTP2

- 09.00 - Compacto Countdown
- 13.00 - Compacto «Tudo ou Nada»



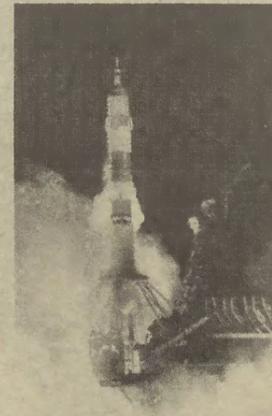
- 16.00 - Troféu

- 20.00 - Música na América
- 21.00 - Série - «Mandella», 3.º e últ. Epis.
- 22.00 - Concordo ou Talvez Não

## Domingo

### RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.00 - 70x7
- 13.00 - Jornal de Domingo
- 13.10 - O Som da Casa
- 14.15 - Telenovela - «A Casa de Irene»



- 14.45 - Série - «Cosmos»
- 15.30 - Primeira Matinée - «A Mulher Modelo» real. Vincente Minnelli (EUA/1957)
- 17.15 - Clube Amigos Disney
- 18.50 - Série - «Um Anjo na Terra»
- 19.45 - Saber Saúde
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - Eu Show Nico
- 21.40 - Série - «O Polvo 3»
- 22.35 - Domingo Desportivo

### RTP2

- 09.00 - Música Box
- 10.00 - Troféu - «Automobilismo - Grande Prémio do Japão»
- 12.30 - Juventude e Família
- 13.00 - Caminhos
- 13.20 - Novos Horizontes
- 13.40 - TV Mulher
- 14.10 - Série - «A Evolução do Homem»
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 16.00 - Troféu
- 18.00 - Série - «A Tia do Frankenstein»
- 19.00 - Piano Bar
- 20.00 - Quem Sai aos Seus
- 20.30 - Arte e Letras - «Marguerite Duras»
- 21.50 - Cineclube - «O Lirio Quebrado», real. David Wark Griffith (EUA/1919)

## Segunda

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ciclo Preparatório TV
- 17.30 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.30 - Você Sabia Que...
- 19.00 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.15 - Concurso - «Saber a Valer»
- 22.15 - Série - «A Clínica da Floresta Negra»
- 23.10 - 24 Horas
- 23.40 - Remate

## RTP2

- 13.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 14.00 - Agora, Escolha!
- 15.00 - Concurso Viana da Motta
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Countdown
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Simon Show
- 19.45 - Almanaque
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.50 - Ópera - «Capriccio»

## Terça

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV

## RTP2

- 17.30 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.30 - A Mão - O Homem em Projecto
- 19.00 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.15 - Programa da Direcção de Informação
- 22.00 - Série - «Acção em Miami»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

## RTP2

- 13.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 14.00 - Dois Dedos de Conversa
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Countdown
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série - «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 22.00 - CinemaDois - «Das Andere Lacheln»

## Quarta

### RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Tudo ou Nada»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ciclo Preparatório TV
- 17.30 - Sumário
- 17.40 - Brinca Brincando
- 18.30 - Portugal de Garfo e Faca
- 18.50 - Série - «O Império de Carson»
- 19.30 - Telejornal
- 20.10 - Telenovela - «Roque Santeiro»
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 - Lotação Esgotada - «O Pecado Mora ao Lado» real. Billy Wilder (EUA/1955)
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate

### RTP2

- 13.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 14.00 - Agora, Escolha!
- 15.30 - Piano Bar
- 16.30 - Trinta Minutos Com...
- 17.00 - Countdown
- 18.00 - Ponto Por Ponto
- 19.00 - Simon Show



- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Os Malucos do Circo»
- 20.55 - Montra de Livros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Fantasia e Realidade
- 22.00 - Clube de Imprensa
- 22.30 - Série - «Crime Organizado nos EUA»

# Teatro O Cartaz

### • LISBOA

- Caixa Económica Operária**, Rua Voz do Operário, 64. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Kartoteka**, de Tadeusz Rozewicz, enc. de António Solmer.
- Comuna**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17.30. **O Urso na Cama**, de José A. Gouveia.
- Sala Nova**, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom., às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua**, de Richard Demarcy, enc. João Mota.
- Teatro Aberto**, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **A Dama do Maxim's**, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.
- Teatro ABC**, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00
- e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira. Solnado e Filho Gouveia, enc. de César Oliveira.
- Theatro Gymnásio**, Rua Nova da Trindade, 5. **Calderón de Pier Paolo Pasolini**, enc. Mário Feliciano.
- Teatro Maizum**, Rua dos Poiaes de S. Bento, 75-B 2.º. De 2.ª a sáb., às 21.30. **Bela-Calgula**, de Augusto Sobral, enc. de Rogério Vieira.
- Teatro Maria Matos**, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.
- Teatro Nacional D. Maria II**, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. **Guerras do Alecrim e Manjerona**, de António José da Silva, o Judeu, enc. de Carlos Avilez.

### Teatro da Trindade

- Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Peça Para Dois Actores**, de Tennessee Williams, enc. Osório Mateus.
- Teatro Vasco Santana**, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras**, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.
- Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

### • PORTO

- Sala do Povo Portuense**, Rua de Camões, 578. **Tio Vania**, de Anton Tchekov pela **Seiva-Trupe**, enc. Fernando Umaña.
- Sede da Caixa de Pandora**, Rua de N.

### Senhora de Fátima. O Marinheiro

- de Fernando Pessoa, enc. de Fernando Costa.

### • SETÚBAL

- Teatro de Bolso**, Rua Balbeário Dr. Paulo Borba. 5.ª, 6.ª, sáb. e dom., às 21.30. **Boavida e o Diploma**, de Luigi Pirandello, pelo **Teatro de Animação de Setúbal**, enc. de Carlos César.
- Para Crianças**
- LISBOA**
- Comuna**, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem**, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.
- TIL - Teatro Infantil de Lisboa**, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.

# Cinema A selecção

# ...e ainda Música, debates, etc.

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Os Intocáveis	★★	—	★★	—	★★
<b>B</b>	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
<b>C</b>	Mélo	—	★★★★	★★★	★★★★★	—
<b>D</b>	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
<b>E</b>	O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
<b>F</b>	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

A — Real. Brian de Palma — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 14.00, 16.30, 19.00, 24.00; Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Mundial/1 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30); S. Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15) — Lisboa.  
 B — Real. Francis Ford Coppola — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Stanley Kubrick — Amoreiras/6 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); 7.ª Arte (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 24.00); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.  
 E — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.  
 F — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/5 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de a a f



## «Ler e dialogar» no Vitória

É «uma série de encontros-debate em que, a partir da leitura de um livro (regra geral muito recente) e com a presença do autor, os leitores po-

derão comentar, questionar, melhor entender» um e outro.

Primeiro convidado é Fernando Campos e tema vai ser o seu romance «A Casa do Pó».

No CT Vitória, a partir das 21 horas de hoje, com entrada livre.

Fora de Lisboa (mas perto), decorre em Troia o III Festival Internacional de Cinema. De 31 Outubro a 8 Novembro, com projecções simultâneas em várias salas.

Mais longe, em Faro, a Janela Indiscreta, de Hitchcock, a projectar amanhã às 18.00 e 21.30 no Teatro Lethes; em Viseu, no mesmo dia mas só à noite, Cria Corvos, de Carlos Saura, no Auditório Gulbenkian.

ria João Pires estará no Grande Auditório da Gulbenkian. Para três concertos com o mesmo programa: hoje, quinta-feira, às 21.30, amanhã às 18.30 e sábado de novo às 21.30.

Com ela estará outro pianista, Husseyin Sermet, e a Orquestra Gulbenkian. Interpretarão abertura de «Guilherme Tell» de Rossini, o poema sinfónico «O Rochedo» de Rachmaninov, e os concertos n.º 26 em ré menor para piano e orquestra e n.º 10 em mi bemol para dois pianos e orquestra de Mozart.

Estes concertos estão aliás integrados no ciclo de audição integral dos concertos para piano e orquestra de Mozart de que Maria João Pires tem vindo a ser solista na Gulbenkian.



## Música

Dois acontecimentos de natureza musical bem diferente são de destacar esta semana:

Por um lado, Pablo Milanés e um trio de excelentes músicos cubanos (Jorge Aragon-teclas, Frank Berjano-bateria e percussões, Eduardo Ramos-guitarra e guitarra baixo) realizam ainda no nosso país dois concertos: amanhã às 21.30 no Teatro Rivoli do Porto, e sábado, 31, às 22.00 no Coliseu dos Recreios de Lisboa — aqui acompanhados por Luís Represas e previsivelmente por Sérgio Godinho.

Por outro lado, Ma-

## Cultura popular em Coimbra

As 5.ª Jornadas de Cultura Popular de Coimbra tiveram já início e prosseguem até ao próximo dia 8, englobando manifestações culturais de várias índoles: gastronómicas, de artesanato, teatrais, musicais. Quanto à música, destaca esta semana para o concerto conjunto de Paulo Vaz de Carvalho e do tocador de harpa celta Emílio Cao, da Galiza.

A iniciativa é a organização do GEFAC-Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra.

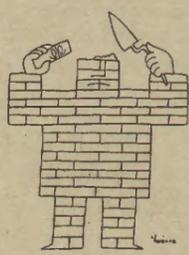
## A «ameaça nuclear» existe?

É absolutamente certo que sim. Porém, neutralizá-la é também absolutamente certo que depende de nós.

Por isso, mesmo que já o sabemos, é bom ter argumentos sólidos de convencimento, e, desses, os vistos e ouvidos e discutidos são sempre os melhores.

Se se vive para as bandas da Linha, a oportunidade é ir hoje à noite até à sala da Biblioteca do Palácio dos Anjos, em Algés, onde o Grupo Dinamizador da Comissão de Paz de Oeiras or-

ganiza uma sessão sobre o tema, orientada pelo Dr. Moradas Ferreira e que incluirá a projecção do filme «Ameaça Nuclear».



## Cinema

Além da «Seleção» que publicamos, assinalamos ainda:

**ABC Cine-Clube de Lisboa** — termina esta semana o ciclo «Novíssimo Cinema Italiano» com a projecção de «Sonhos de Ouro», do realizador Nanni Moretti. Amanhã, sexta-feira, às 18.45, no Estúdio 444 (Av. Defensores de Chaves, ao Campo Pequeno).

**«Rumores do Vietnam»** — é um ciclo que começa dia 1 no Fórum Picoas e que incluirá alguns dos melhores filmes feitos nos EUA sobre a guerra e especificamente sobre a guerra do Vietnam. O primeiro deles será M.A.S.H., de Robert Altman, uma «paródia» sobre a guerra (esta a que os EUA levaram à Coreia) — contra a guerra...

Ainda no Picoas, nos dias 29, 30 e 31, **Cotton Club**, um filme de Coppola de 1984 que alguns críticos consideram «muito bom». Indubitável é o fascínio da banda sonora — jazz anos 20/30, incluindo muitas gravações da época.

No Picoas as sessões são às 19.00 e 22.00, com bilhetes a 200\$00.



## Dias da URSS

Os Dias da URSS em Portugal/87, que contam este ano com a participação de uma embaixada cultural do Azerbaijão, e decorrem sob o signo dos 70 anos da Revolução de Outubro, têm ponto alto nos espectáculos progra-

mados com o conjunto Estatal de Danças daquela República, que estará entre nós até ao dia 15.

Os primeiros espectáculos realizam-se nos dias 3 e 4, respectivamente na Moita e Marinha Grande.

# Exposições

## • LISBOA

**Ana Gonçalves** — Tecidos. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

**António Carmo** — Desenho «Poesia e Trabalho». Cooperativa de Gravadores Portugueses, Trav. do Sequeiro, 4, r/c (até 15-11).

**«9 Artistas Franceses-87»** — Galeria do Piso 1 do Centro de Arte Moderna.

**Colectiva** — Pintura e escultura. Galeria Escada, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª, das 14.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 21/11).

**Colectiva** — Desenho e Pintura. De António Folgado, António Castilho, Pedro Monteiro e José Mouta. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb., das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

**Colectiva** — Artex. Galeria R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

**Colectiva** — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

**Colectiva** — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

**Colectiva** — Galeria EMI/Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 5/11).

**Colectiva** — Galeria de São Bento, Rua do Machado, 1.

**«30 Desenhos de Portinari»** — Na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

**Eduardo Gageiro** — Fotografia. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00.

**Ernesto de Sousa** — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

**IV Exposição Nacional de Gravura** — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.

**Fátima Vaz** — Pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. De 2.ª a sáb., das

14.00 às 19.00 (até 21/11).

**Gallí Bibiena** — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

**Homenagem a Peniche Galvelas** — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.

**Índios da Amazônia** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

**Instrumentos Musicais** — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (ao Restelo).

**Isabel Meyreles e Cruzeiro Seixas** — Escultura e desenho. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30 (até 14/11).

**João Cutileiro** — Homenagem a Isaac Holly. Galeria Holly, Largo da Trindade, 17. segunda, das 15.00 às 19.00, de 3.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 31/10).

**José António Cardoso** — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. Inaugura hoje.

**José Esteves** — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.

**Jorge Freire** — Pintura. Galeria Triângulo, 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 19.00 (até 5/11).

**Júlio** — Pintura e desenho. Junta de Freguesia de Santiago, Terças e 6.ª das 20.00 às 22.00, sáb. das 13.00 às 18.00 (até 30/10).

**Luís Cruz** — Escultura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 31/10).

**Luís Newparth** — Escultura. Galeria Quadrum, Rua Alberto de Oliveira, 52 Coruncheús. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 7/11).

**Luísa Correia Pereira** — «Tarot, cartas de um jogo». Sociedade Nacional de Belas Artes. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 8/11).

**Maria Irene Ribeiro** — Gravura «Um Certo Jardim em Angra». Atelier 15, Rua Freitas Gazul, 24-D. De 2.ª a 6.ª das 18.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/11).

**Maria José Escalístico e Júlio Pego** — Pintura. Casa dos Taboenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. 2.ª e 3.ª, das 18.00 às 20.00, de 4.ª a sáb., das 18.30 às 21.30 (até fim de Outubro).

**Marcos Duprat** — Galeria Bertrand, Livraria Bertrand do Chiado.

**Manuel João Vieira** — Desenho e pintura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. dom. das 16.00 às 19.00 (até 8/11).

**Manuel San-Payo** — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.

**Murilo Mendes** — «O Olhar do Poeta», Centro de Arte Moderna.

**Nelson Cardoso** — Escultura. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. De 3.ª a 6.ª, das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 4/11).

**Pintura Maneirista** — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

**Projectos de Design Industrial IADE** — Palácio Pombal, Rua do Alegrim, 70.

**Stuart Carvalhais** — Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1.

De 3.ª a sáb. das 11.00 às 20.00, 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 31/10).

**«Têxteis Mexicanos»** — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 22.00 (até 11/11).

## • OUTRAS LOCALIDADES

**Jules Heyndels** — Pintura. Centro Cultural de S. Lourenço — ALMANSIL (até 14/11).

**Gravuras da Coleção Calouste Gulbenkian** — Museu do abade de Baçal (até 15/11) BRAGANÇA.

**Delfim Maya** — Exposição comemorativa do centenário do escultor. Museu José Malhoa — CALDAS DA RAINHA.

**Francisco Elias** — Cerâmica e miniaturas. Museu de Cerâmica (até final de Outubro) — CALDAS DA RAINHA.

**Colectiva** — Círculo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.

**Colectiva** — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

**Colectiva** — Círculo de Artes Plásticas. Diariamente das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às

20.00.

**«Figuras»** — Fundação Engenheiro António de Almeida, Rua Tenente Valadim, 231. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 18.30.

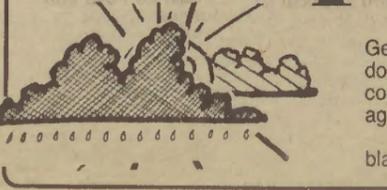
**Colectiva** — Pintura. Galeria Antiga, Rua Dr. Júlio de Matos. Todos os dias das 16.00 às 20.00 (até 10/11).

**«Figuras»** — Fundação Engenheiro António de Almeida, Rua Tenente Valadim, 231. De 2.ª a sáb., das 14.30 às 18.30.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê céu geralmente muito nublado e vento de sudoeste moderado por vezes com rajadas fortes. Períodos de chuva ou aguaceiros.

No domingo, períodos de céu muito nublado com aguaceiros.

# Tempo Fim de Semana



# a TV

## Não deixar morrer a memória

Quero hoje chamar a atenção dos meus leitores para a importância cultural de três séries uma das quais, **Shohah**, já terminou depois de ocupar toda uma semana de exibição. É natural, no entanto, que, dada a sua importância, a reportagem (pois de uma notável reportagem se trata) venha um dia a ser repetida. Estejam atentos...

Parecerá estranho a alguns que o nazismo venha a sentar-se novamente no banco dos réus, passados mais de quarenta anos sobre o fim da guerra. Para quê gastar dez anos de investigação, de sacrifício, de trabalho incansável?

Claramente porque é preciso não deixar morrer a memória, é preciso que o «sono» não se apodere das pessoas e se abra assim caminho para outros extermínios, para outros «shohas».

Há dias, por altura do lançamento de mais um livro negro do fascismo, foi acentuado que a juventude portuguesa vive, na sua grande maioria, ignorante do tempo que se viveu antes do 25 de Abril. Isto porque os meios de comunicação, em geral, e a televisão em particular, se alhearam desta acção educativa.

Há nomes importantes da resistência portuguesa que morreram sem deixarem o testemunho da sua experiência. A História ficará sem a memória da sua voz, da sua imagem. Pedro Soares, José Magro, Pires Jorge, muitos heróicos tarrafaístas, etc., etc., que guardou deles a televisão portuguesa? Nada. Prejuízo irreparável no espólio cultural e anímico do povo português.

Muitos outros resistentes ainda vivem. A televisão portuguesa, se quer guardar os seus testemunhos está numa corrida contra-relógio.

Mas, se calhar, não quer...

## Amor para Nelson Mandela

Assistir à biografia de Nelson Mandela, actualmente em curso, é obrigatório.

A condenação do *apartheid* generalizou-se a todo o mundo. Mesmo aqueles que, como Reagan, na realidade o protegem, mesmo esses se abstêm de uma palavra de apoio. Por aqui se vê a impopularidade do regime desumano da África do Sul.

A biografia de Nelson Mandela proporciona-nos a visão dos dois aspectos da situação naquele país: por um lado a segregação da população negra levada aos extremos do crime e da ignomínia; por outro lado, a determinação de lutar contra o *apartheid*, de não baixar os braços, de passar de mão em mão o sinal do combate.

Nelson Mandela personifica esse combate, no qual entrou ainda jovem. Esta biografia não é apenas a construção histórica de um combatente, mas o levantamento total da sua personalidade, da sua humanidade.

Aqui temos, além disso, a demonstração de como o confronto, na África do Sul, não opõe negros e brancos. Há os brancos retintamente nazis, para quem o Boby Kennedy era um perigo comunista, mas há também aqueles brancos que combatem lado a lado com os negros, que protegem Nelson Mandela na clandestinidade e, pela vitória da democracia no seu país, igualmente e fraternalmente tudo arriscam.

Nelson Mandela é um nome que todos os povos do mundo trazem no coração. Preso há 25 anos (!) dia-a-dia ofendido e destruído, a sua determinação não abriu a menor brecha.

Há muito que se fala na possibilidade de um Prémio Nobel da Paz para Nelson Mandela. Até hoje a Academia Sueca não se mostrou sensível à ideia. Até quando?

## Crimes, criminosos & CIA

A história do crime organizado nos Estados Unidos é uma das mais extraordinárias reportagens transmitidas pela televisão portuguesa.

Porquê? Com ela não está em causa apenas a maldição da Mafia, da Cosa Nostra, organização de origem italiana implantada na América. Temos, de facto, os aspectos mais sórdidos da guerra entre os vários «padrinhos» para a conquista ou domínio do «território», nas suas componentes principais: o jogo, a droga, a prostituição, a exploração dos comerciantes e industriais.

Mas temos mais: Temos as suas relações com a polícia, a justiça, a alta finança, os políticos. Há projectos em que CIA e Mafia trabalharam em conjunto, como aquele cujo fim era o assassinio de Fidel Castro...

Não se trata de blá-blá, de especulação ou de algo que ainda se possa pôr em dúvida. Não é, como em Washington chegou a dizer-se, uma calúnia.

Na segunda edição desta reportagem o projecto foi descrito, com todos os pormenores pelos responsáveis envolvidos no processo. Nomes, datas, tática a usar, foi tudo ali posto em pratos limpos. Eis sem a mínima possibilidade de defesa, a política de terrorismo de Estado do governo americano a qual teve, nos tempos mais recentes, demonstrações de grande risco.

Um conselho, pois: não percam esta história do crime — na terra do crime...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A Constituição? Ora, um papel...

**Tendes jornais / Usai-os.** Parece uma palavra de ordem ou a frase descarnada de um panfleto. São porém dois versos de um longo, comovente e exaltante poema de amor chamado **Pátria, Lugar de Exílio**, escrito por Daniel Filipe quando «Neste Primeiro de Maio de 1962 / Podemos finalmente sorrir sem amargura»... Ele morreu — e nós nessa altura não pudémos.

Entretanto, embora um pouco mais tarde, houve — e há — Abril.

Mas em 1987 eles ainda têm jornais — e usam-nos. O PSD bem pode «manter em segredo» o seu projecto de revisão da Constituição (de que aliás é sabido o que pretende: os seus jornais, os seus jornalistas são q.b. para «revelar», especular, discurrir, distorcer, «desdramatizar», fazer de advogados do Diabo junto da opinião pública para que tudo depois nos pareça o Paraíso.

Uma das linhas de argumentação, como abaixo se verá, é a de que mudar (radicalmente) a Constituição em nada altera a nossa vida! Será por exemplo irrelevante, diriam eles, que os lucros — **lucros** — da Banca nacionalizada deixem de ser incorporados no Orçamento do Estado...

As transcrições são hoje de dois jornais de uma mesma família agora desavinda. Porque tudo começou pela mão — e a bolsa — de Pinto Balsemão, dono do «Expresso» e de outras ninharias, candidato a uma televisão privada, ex-PM do PSD, fundador e militante do PSD, «agora não interessado em fazer política». Puderá!...

### «A Constituição nunca existiu»...

● «(...) Quando seria indispensável que todos os partidos desbravassem por iniciativa própria os conceitos absurdos, anacrónicos ou «fetichistas» da Constituição, corre-se o risco de comprometer uma oportunidade histórica, com o combate retrógrado e hipócrita que se trava ainda em torno dos troféus ideológicos da Constituição. Apesar de se saber que o PS e o PSD partilham um amplo consenso para a superação desses fantasmas, a verdade é que eles continuam a pairar como uma hipotese de «remake» de 82, quando Almeida Santos e Mário Soares — para iludir o essencial da revisão então consumada — mantiveram como totem guerreiro a natureza socialista de uma Constituição que já o deixara de ser e de uma «sociedade sem classes» que nunca chegaria a ver os «amanhãs que cantam».

A navegação à vista triunfa também nos mares da Revisão Constitucional, com os navegadores escondendo-se uns dos outros através das cortinas de nevoeiro que eles mesmos suscitam, simulando um jogo de forças que, no caso do PS — para já não falar na situação patética dos comunistas —, denuncia uma preocupante fragilidade e a proeminência do jacobinismo jurídico sobre uma vontade política moderna. A persistência das artimanhas e sofismas que uns e outros vão esgrimindo para não perderem uma face ideológica que só é reconhecível no circuito religioso e autista do PCP, essa quase infantil disputa sobre um terreno já há muito ultrapassado pelo progresso e a evidência dos factos, poderá abafar, num tumulto de retóricas estereis, a próxima Revisão Constitucional. Com isso ganharão certamente os sectores mais conservadores da sociedade portuguesa — entre o capitalismo parasitário dos filhos-família, os nostálgicos da autarquia salazarista e o comunismo refém da segunda revolução industrial —, mesmo que um dia as ironias da História venham a demonstrar, por absurdo, que a Constituição de 1976, 82 ou 87 nunca existiu...

(Vicente Jorge Silva, «Expresso», 24/10/87)

### ...é irrelevante...

● «Saberá o cidadão que vai ao mercado, que procura nos jornais os anúncios de emprego, compra de automóveis ou aluguer de casas, e eventualmente joga na Bolsa, que a «República Portuguesa (...) tem como objectivo assegurar a transição para o socialismo»? Ou que «incumbe ao Estado a execução de políticas de pleno emprego»? Ou ainda que a organização económica do País obedece à regra da «apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais»?

Não sabe e tanto lhe faz. No termo da próxima Revisão da Constituição — tarefa soberana do Parlamento português durante os próximos meses — os preceitos constitucionais que obrigam ao socialismo ou ao colectivismo deixarão certamente de figurar no texto da Lei Fundamental. No entanto, nada se alterará na vida do cidadão que vai ao mercado, procura casa, ou emprego, ou outro automóvel... E que, muito provavelmente, elegeu nas últimas eleições para governar o país o líder de um partido que não é socialista, nem de esquerda, nem, muito menos, defensor do colectivismo...

Nada mudará efectivamente em Portugal — a não ser o texto da própria Constituição (...)

### ...ou (quase) absurdo!

Olhados à distância de 13 anos — os que nos separaram da revolução de Abril —, ou mesmo dos cinco que já passaram sobre a última Revisão Constitucional, estes preceitos de que na prática ninguém se lembra parecem (quase) um absurdo.

(...) Faltou, pois, durante essa primeira Revisão, expurgar o texto constitucional daquilo a que hoje os políticos chamam eufemisticamente de «excessiva carga ideológica».

### Os «pequenos senões» desta revisão...

● (...) A partir daqui, no entanto, as modificações que os de-

putados introduzirem no texto da Lei Fundamental terão os seus efeitos — a médio ou longo prazo — na vida do País e na vida dos cidadãos. Não será totalmente inócua a forma através da qual se porá termo à «irreversibilidade» das nacionalizações operadas após o 25 de Abril, nem a opção (possível) pela desconstitucionalização da Reforma Agrária, nem o sistema eleitoral que ficar registado no texto constitucional ou os novos equilíbrios de poder que se encontrarem entre Presidente, Governo e Parlamento.

(...) As condições em que foram feitas as nacionalizações (...) são de molde a retirar qualquer dramatismo a esta questão.

(...) é evidente que o processo de desnacionalizações — mesmo que lento e cauteloso, como prometeu o Primeiro-Ministro na sua última entrevista televisiva — terá custos sociais, nomeadamente ao nível do emprego, que nem mesmo o voluntarismo de Cavaco Silva conseguirá evitar.

São, todavia, suficientemente próximas as posições do PS e do PSD em matéria de liberalização do sistema económico para que não venham a verificar profundas alterações e simplificações nos capítulos da Lei Fundamental que o regulamentem... (...)»

(Teresa de Sousa, «Expresso», 24/10/87)

### ...que afinal é um jogo!

● «(...) Sabendo-se, nas suas linhas gerais, a posição do PSD sobre a revisão, tudo na prática depende do PS.

(...) O Partido Socialista está seguramente consciente disso e também de que dois riscos pode correr neste processo. O primeiro risco é o de não ser capaz de mostrar suficientemente abertura a revisões que estarão de acordo com o sentir dominante de áreas eleitorais moderadas, o que constituiria uma críspação esquerdista; o segundo risco é o de não ser capaz de revelar ao eleitorado de esquerda que é uma barreira para os fantasmas que julgam reais de um excesso de poder do PSD e da «direita», o que constituiria uma críspação «direitista».

No processo de revisão constitucional o PS terá por isso de ser capaz de conciliar uma abertura reformista com uma firmeza oposicionista. Se exagerar na primeira tónica, corre o risco de ser considerado um partido colaboracionista e não conseguir liderar em termos reais as forças oposicionistas; se exagerar na segunda tónica, corre o risco de entregar de mão beijada ao PSD e a Cavaco Silva a estável dominação do eleitorado moderado sem o qual o PS não tem qualquer possibilidade de vir um dia a desalojar o actual partido maioritário do controlo do Gabinete.

Conseguir um adequado balanceamento entre estas duas pulsões não será obra muito fácil, nem isenta de riscos. (...) Mas a dificuldade real não pode ser, do ponto de vista do PS, um álibi para evitar o referido equilíbrio ou para sofismar a forma de o obter. (...)

De que se trata então? É no fundo de uma solução segundo a qual o PS se mostrará totalmente aberto a uma revisão maximalista da Constituição, que aparentemente torna o processo de revisão — no que ao texto constitucional se refere — em algo fácil de terminar. (...)

(José Miguel Júdice, «Semanário», 24/10/87)

### Chato é o PCP...

● A esquerda, o PCP fará, entretanto — e com dupla energia — o papel que os democratas-cristãos representarão à direita: responsabilizaro permanentemente o PS por todas as «cedências»...

(T. Sousa, «Expresso», 24/10/87)

# Damas

SOLUÇÕES DO N.º CXXIV

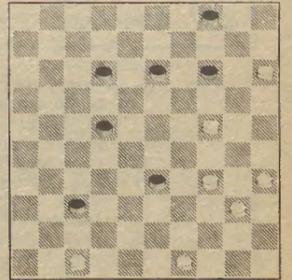
N.º 124 (L.W.T.): 48-42 (36x38); 49-43 (38x49); 15-10! (49x24); 34-29 (5x14); 29x29+

Golpe N.º 124 (E.L.): 6. ... (23-29); 7. 33x24 (20x29); 8. 34x23 (17-22); 9. 28x17 (19x26)...

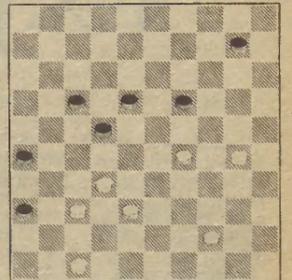
Eugène Leclercq foi fundador e director da «Revue du Jeu de Dames» (1893-1908) 2373 páginas.

A combinação 124 (E.L.) é um Golpe não datado que o autor tentava frequentemente em jogo prático.

CXXV — 29 de Outubro de 1987  
Proposição N.º 125  
Por: O. Baekke, 1935  
Jogam as brancas e ganham



Golpe N.º 125  
Por: Guiliarov  
Jogam as brancas e ganham



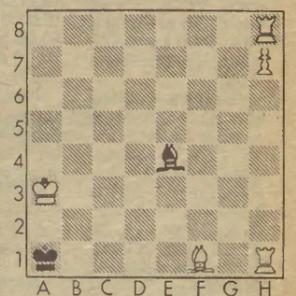
SOLUÇÕES  
N.º 125 (OB): 47-42 e 15-10 e 35-30 e 10x50+  
Golpe 125 (G): 29-23 (18x29) 47-41 (36x47) 30-24 (47x50) 24x33 (50x28) 32x5 (22-27) 5-14 (17-22) 14-19 B+

■ A. de M.M.

# Xadrez

CXXV — 29 de Outubro de 1987  
Proposição N.º 125

Por.: Camile Seneca  
«Match França/Espanha»  
«La Stratégie», Outubro, 1936  
Pr.: [2]: B64-Ra1



Br.: [5]: Ph7-Bf1-Tsh1.h8-Ra3

Mate em 2 lances

Jogo n.º 25  
Interzonal de Szirak, 1937

Br.: J. Nunn  
Pr.: M. Martin  
1.º Prémio de Beleza  
(melhor partida do Torneio)

1. e4,c5; 2. Cf3,d6; 3. d4,c:d4; 4. C:d4,Cf6; C. Cc3,a6; 6. Bc3,e6; 7. Dd2,b5; 8. f3,Cb7; 9. g4,h6; 10. 0-0-0, Bb7; 11. Bd3,Ce5; 12. Thel,Cf7; 13. f4,b4; 14. Cd5,C:d3+; 15. D:d3,e:d5; 16. e:d5,Be7; 17. Cc6,B:c6; 18. d:c6,Cf6; 19. Bb6,D:b6; 20. T:e7+,Rf8; 21. D:d6,Rg8; 22. g5,h:g5; 23. f:g5,Tc8; 24. c7,D:d6; 25. T:d6,Cg4; 26. Td8+,Rh7; 27. Te7f e as Pretas abandonam.

Solução do N.º 125

Chave: 1. Tb8 ameaça: 2. h8=DouB++  
1. ... B:h7; 2. Bd3++  
1. ... Bb7; 2. Bg2++

■ A. de M.M.